A painting of a rural landscape. In the foreground, a man wearing a red shirt, dark pants, and a white hat walks away from the viewer on a dirt path. He is carrying a long wooden pole over his shoulder, with a dark object hanging from it. To the left of the path is a small pond with a wooden bridge. In the background, a white house with a red roof sits on a grassy hill, with a large green tree next to it. The sky is a pale, overcast blue.

EXTENSÃO RURAL

Experiências, Pesquisa e Sindicalismo

VOLUME II

Ailton Francisco dos Santos
Gustavo José Barbosa
(Organizadores)



EXTENSÃO RURAL

Experiências, Pesquisas e Sindicalismo

Ailton Francisco dos Santos
Gustavo José Barbosa
(Organizadores)

EXTENSÃO RURAL
Experiências, Pesquisas e
Sindicalismo

VOLUME II



JOÃO PESSOA – PARAÍBA
- 2019 –

Reserva-se aos autores a exclusividade do direito de utilização, publicação ou reprodução desta obra, conforme preceitua o art. 5º, inciso XXVII, da Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei Federal nº 4.944, de 06.04.1966, a Lei Federal nº 5.988, de 14.12.1973 - (Lei dos Direitos Autorais – LDA), e a Lei Federal nº 9.610, de 19.02.1990.

O conteúdo dos capítulos é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião do SINTER-PB, SINAVEZ ou dos organizadores da obra.

SINTER-PB: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba. Rua Leonel Coelho, 34, Pedro Gondim, CEP: 58.031-050, João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3246-7332. E-mail: sinter.pb@hotmail.com

SINAVEZ – PB: Sindicato dos Agrônomo, Veterinários, Zootecnistas e Profissionais a Afins dos Entes Públicos do Estado da Paraíba. Rua Coronel Otto Feio da Silveira, 105 e 113. Pedro Gondim, CEP: 58.031-010. João Pessoa – PB, Telefone: (83) 3244-2788. E-mail: sinavez@gmail.com

EXTENSÃO RURAL
Experiências, Pesquisas e Sindicalismo

VOLUME II

Organizadores

Ailton Francisco dos Santos
Gustavo José Barbosa

Equipe Editorial

Ailton Francisco dos Santos
Gustavo José Barbosa
Helloyse Alves dos Santos Villar
Ramon Freire da Silva

Capa:

Maria das Graças Jerônimo dos Santos

Poema da Contracapa

Nivaldo Moreno Magalhães

E96 Extensão rural (experiências, pesquisas e sindicalismo)
volume II / Ailton Francisco dos Santos / Gustavo
José Barbosa, Organizadores - João Pessoa: Mídia
Gráfica e Editora, 2019
270p.

ISBN: 978-85-7320-182-6

1. Extensão Rural. 2. Qualidade de vida das famílias
rurais. 3. Assistência Técnica Rural. 4. ATER - Assistência
Técnica e Extensão Rural

CDU: 631

DIRETORIA DO SINAVEZ

Presidente: Odnilson Alves de Aguiar

Vice-Presidente: Verneck Abrantes de Sousa

Diretor Tesoureiro: Carlos Eugênio de Vasconcellos / Pedro Paulo Bezerra da Silva

Diretor Secretário: Severino Henrique de Lima / Aderval Valença Dias

Diretor de Comunicação: Fábio Pereira Sousa

Diretor para assuntos Jurídicos: Francisco Eduardo Mesquita Filho

Diretor de Política Sindical: João Ferreira Gonçalves Filho

DIRETORIA DO SINTER-PB

Diretor Geral: José Claudio Fidelis Pereira

Diretoria de Secretaria: Paula Francinete Pereira Silva / Maria Lucia Martins Santos

Diretoria Financeira: Kátia Santana Ferreira da Silva / José Victor Cordeiro

Diretoria de Cultura e Comunicação: Helloyse Alves dos Santos Villar / José Genuíno da Nobrega Medeiros

Diretoria de Assuntos Jurídicos: Leonardo Alves da Silva Filho / Tatiana Eiko Assahi Araújo

Diretoria Social: Maria Bethânia Torres Costa / Francionildo Araújo

Diretoria de Política Sindical: Antônio Ferreira Filho / Ailton Francisco dos Santos

Diretoria de Agricultura Familiar e Reforma Agrária: Helder Granjeiro Lira / Josemilton Gomes de Matos

APRESENTAÇÃO

Chegamos ao segundo volume do livro “Extensão rural: experiências, pesquisas e sindicalismo” em continuidade ao projeto que materializou as discussões sobre a construção de uma publicação, que torna possível divulgar o trabalho desenvolvido pelos profissionais que atuam no setor da extensão rural paraibana e brasileira.

O ano 2019 foi de mudanças na estrutura do Governo Federal e também no Estado da Paraíba, o Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) também experimentaram momentos de tensões e expectativas sobre a oferta desta ação junto aos agricultores familiares e produtores rurais.

No caso do Estado da Paraíba assistimos a fusão da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB), Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária do Estado da Paraíba (EMEPA) e do Instituto de Terras e Planejamento Agrícola e Planejamento do Estado da Paraíba (INTERPA) que gerou a fundação da Empresa de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER).

Já a nível nacional a reestruturação administrativa cujas ações voltadas para a agropecuária foram inseridas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a readequação financeira da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) têm motivado a mobilização dos dirigentes das entidades de ATER pública e em grande medida pelo movimento sindical que representa a categoria profissional.

Neste contexto a publicação desta obra é vital para que a sociedade, a academia e os profissionais tenham acesso a relatos de atividades desenvolvidas por profissionais da

EMPAER e entidades parceiras, demonstrando o valor deste serviço para toda a sociedade.

Os artigos inseridos neste volume mostram ações que vão desde a produção do algodão, produção leiteira, até a comercialização por meio dos canais institucionais e também feiras da agricultura familiar que estão presentes em toda a Paraíba. Não obstante as atividades de ATER também estão presentes no incentivo à leitura nas comunidades rurais, nas ações junto aos camponeses em situação de pobreza extrema e na moradia rural.

Esperamos que este livro possa trazer ao leitor uma demonstração modesta do valor do nosso trabalho pela agricultura paraibana e brasileira, e também fomentar o debate sobre a qualificação e melhoria da extensão, pesquisa e do movimento sindical em cada ambiente onde esta obra penetrar.

Vale salientar o trabalho pioneiro a nível nacional que desempenham os Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (SINTER-PB) e o Sindicato dos Agrônomo, Veterinários, Zootecnistas e Profissionais a Afins dos Entes Públicos do Estado da Paraíba (SINAVEZ) com a publicação deste livro.

Boa leitura!

Os organizadores

PREFÁCIO

O setor agrícola no Brasil tem acompanhado a dinâmica que ocorre nos diversos setores produtivos. Assim como em outros segmentos, as novas tecnologias e a inovação têm cumprido um importante papel nesse processo. Portanto, conhecer o contexto em que atuam os profissionais da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é fundamental.

Neste sentido, a organização de trabalhos que relatam experiências, pesquisas e sindicalismo na Extensão Rural do território paraibano, elaborada por Ailton Francisco dos Santos e Gustavo José Barbosa, pode se tornar uma referência para os demais estados brasileiros, especialmente agora que a Política Nacional de ATER (PNATER) está sendo revisada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através de seu Departamento de ATER (DATER) e da Agência Nacional de ATER (ANATER).

Esta publicação busca analisar o espaço responsável pela produção de alimentos sob uma perspectiva integradora, observando as formas de produção e as diferentes imagens que se tem do setor agrícola.

O livro traz uma visão da Extensão Rural pública, sobretudo aquela voltada à agricultura com base familiar e representa um compêndio rico de trabalhos do setor produtivo da agricultura paraibana conduzidos pelos profissionais da EMPAER. Além disso, apresenta um histórico dos caminhos trilhados nos últimos anos mostrando programas e políticas de governo, alguns dos quais já descontinuados.

Neste contexto é importante o engajamento dos profissionais da ATER com perfil sindical e histórico de luta pelas representações nas quais atuam. É fundamental traduzir de forma clara e científica suas experiências locais, que também servem de inspiração às demais unidades federativas

que compõem o cenário nacional e contribuem para o desenvolvimento do Brasil.

Destaca-se aqui a relevância do trabalho colaborativo e a busca por parcerias, que enriquecem os resultados e ampliam a atuação do extensionista rural.

É preciso enxergar o espaço rural de um modo diferente e considerar a crescente influência na produção agrícola causada pelas escolhas alimentares mais saudáveis da população residente nas áreas urbanas. É preciso reconhecer que já não há mais fronteiras entre o que é rural e o que é urbano.

Lúcia Moraes Kinceler

Coordenadora Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (FASER)

SUMÁRIO

EXPERIÊNCIAS EM EXTENSÃO RURAL

- CAPÍTULO 01** - A ação extensionista educadora a partir do Programa Arca das Letras. (*Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo*) **15**
- CAPÍTULO 02** - A importância das políticas governamentais na produção leiteira da agricultura familiar paraibana. (*Hermano Severino de Araújo*) **35**
- CAPÍTULO 03** - Algodão orgânico na Paraíba. (*Ailton Francisco dos Santos; Cristiano Campello Cavalcante; Maysa Gadelha*) **53**
- CAPÍTULO 04** - Enraizamento e combate à pobreza rural no semiárido nordestino: uma experiência de desenvolvimento rural no Quilombo Tabacaria. (*João Rafael Gomes de Moraes*) **67**
- CAPÍTULO 05** - Extensão Rural: ação para recuperação de área degradada no município de São José dos Ramos – PB. (*José Victor Cordeiro*) **89**
- CAPÍTULO 06** - Participação dos agricultores do Assentamento Rural Fazenda Vazante no Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) em Tacima-PB. (*Bilac Soares de Oliveira*) **99**

CAPÍTULO 07 - Programa Brasil Sem Miséria: **110**
fortalecendo a agricultura familiar e promovendo
empoderamento nos quilombos de Cacimbas-PB.
(*Juliana Ferreira Gonçalves; Aldair dos Santos Gomes;*
Hermes Maia Pereira)

CAPÍTULO 08 – Espaço Memória: Luiz Gonzaga e o **121**
Projeto Sertanejo. (*Verneck Abrantes de Sousa*)

PESQUISA

CAPÍTULO 09 - Acompanhamento dos Pontos **127**
Higiênico-Sanitários dos alimentos comercializados na
Feira da Agricultura Familiar de Serraria-PB (FAFS).
(*Juliana Ferreira de Lima; Juliana Escarião da*
Nóbrega; João Gomes de Oliveira Neto; Alexandre
Eduardo de Araújo; Gustavo José Barbosa)

CAPÍTULO 10 - Análise socioeconômica da **140**
implantação de uma feira agroecológica sobre os
produtores rurais no semiárido paraibano. (*José Romário*
Lacerda de Barros)

CAPÍTULO 11 - Bibliotecas em comunidades rurais: **156**
uma análise do Programa Arca das Letras na comunidade
Frei Anastácio, Conde-PB. (*Helloyse Alves dos Santos*
Villar; Gisele Rocha Cortês)

CAPÍTULO 12 - Caracterização da produção de **173**
alimentos da agricultura familiar destinados aos
programas de alimentação PNAE e PAA. (*Flávio Müller*
Borghesan; Alexandre Eduardo de Araújo)

CAPÍTULO 13 – Gestão de resíduos sólidos em **193**
comunidades rurais do semiárido paraibano. (*José Cláudio Fidélis Pereira; Valeria Veras Ribeiro; Ramon Freire da Silva; Cybelle Rodrigues Fidélis; Josicleide Fidelis Pereira*)

CAPÍTULO 14 – O Programa Nacional de Alimentação **208**
Escolar (PNAE) como propulsor de desenvolvimento local: um caso no leste potiguar (*Elaine C. Santos; Winifred Knox*)

SINDICALISMO

CAPÍTULO 15 – Documento final do IV congresso **231**
estadual dos trabalhadores e das trabalhadoras em assistência técnica e extensão rural da Paraíba (CONSINTER)

CAPÍTULO 16 – Histórico do SINAVEZ **246**

Sobre a autora da capa **257**

Sobre os autores e editores **258**

CAPÍTULO 1

EXPERIÊNCIAS EM EXTENSÃO RURAL

A AÇÃO EXTENSIONISTA EDUCADORA A PARTIR DO PROGRAMA ARCA DAS LETRAS

Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo

INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é apresentar as ações extensionistas sociais educativas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), no campo brasileiro, especialmente no espaço Paraibano, por ocasião das ações desenvolvidas no âmbito da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Paraíba (EMATER-PB). Considerou-se o período de junho de 2006 a junho de 2014, quando se atuou como Extensionista Social na referida Instituição, atualmente denominada Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER). Tal período remete ao momento em que o País vivia intensas transformações

por ocasião da consolidação de governos democráticos populares, os quais viabilizaram o controle e a participação social na promoção de políticas públicas, quando o Estado se voltou com maior ênfase aos seguimentos da população, historicamente desassistidos ou, mal assistidos, cujo cenário expressa um panorama secular de desigualdades sociais, especialmente no espaço agrário, onde se dá o público da Política Nacional de ATER (PNATER) (BRASIL, 2004).

Enquanto Extensionista Social se atuou em três locais distintos da EMATER-PB: duas Unidades Operativas ou Escritórios Locais, quais sejam, Pedras de Fogo – PB (2006-2007) e Conde – PB (2007-2009); e, no Escritório Estadual,

localizado em Cabedelo – PB (2009-2014), quando finalmente houve desligamento da referida Instituição por motivos pessoais. Neste último se atuou no Núcleo de Extensão Social (NUESO) como corresponsável nas Redes Temáticas de ATER de Comercialização, de Indígenas, de Juventude Rural, além de principiar a coordenação de Educação Contextualizada, na ATER, seguindo o viés da Política da Educação do Campo (BRASIL, 2002), donde surgem às preocupações com a Educação do Campo, na e para a ATER, e o Programa Arca das Letras, um importante subsídio de apoio às ações sociais desenvolvidas nos campos da ATER Paraibana.

Destaca-se que tais coordenações estão diretamente relacionadas aos programas inseridos no contexto da PNATER (BRASIL, 2004), viabilizada pelas ações da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A SAF/MDA passou a coordenar a ATER, em suas várias modalidades direcionadas aos agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas, povos tradicionais, extrativistas, dentre outros, conforme estabelece o Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003 (BRASIL, 2003). O período considerado retratou um momento em que o País passava por um reordenamento territorial, com fins desenvolvimento regional sustentável e, de garantia de direitos sociais para atenção às regiões mais carentes do País, de modo que fossem atendidas, no tocante ao desenvolvimento econômico e, à universalização dos programas básicos de cidadania (BRASIL, 2008).

Para a exposição do que se propõe este artigo se utilizou de pesquisa bibliográfica, de campo e documental, além de relatórios do período considerado (2006-2014). Apresentam-se, a seguir, breves discussões acerca dos territórios da cidadania e as políticas de desenvolvimento do campo em governos democráticos, seguida das ações de ATER pautadas no

Programa de Educação do Campo, finalizando com o Programa Arca das Letras, no âmbito da EMATER-PB.

DESENVOLVIMENTO

O Programa Territórios da Cidadania e as Políticas de Desenvolvimento do Campo, nos Governos Lula e Dilma - O período considerado neste artigo refere-se a um momento histórico do País, no qual as ações do Estado estavam voltadas a todos os seguimentos sociais, mas com considerável ênfase à atenção às minorias sociais, dentre elas os povos do campo e, nestes, toda a diversidade que lhes é peculiar. Tais minorias vêm sendo, secularmente alijadas pelo Estado e o modo de produção vigente, pois que dela se apropriam do sobretrabalho (MARX, 2013).

No período de 2003 a 2011, cujo Governo, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, seguido do período de 2011-2016, com o Governo Dilma Rousseff, houve projeção do campo, nacionalmente, como espaço de culturas, histórias, uma referência nacional, não apenas pela produtividade conforme se projetara em outros momentos, mas essencialmente pelo enaltecimento das diferenças de seus povos e modos de vida. O primeiro período (2003-2011) marcado por intensas transformações no âmbito das políticas públicas promotoras e fortalecedoras da democracia foi marcado por programas como as Redes Temáticas de ATER, a criação da PNATER (BRASIL, 2004), Programa Arca das Letras (BRASIL, 2013), o Programa Territórios da Cidadania (BRASIL, 2008), este último viabilizado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e o MDA.

Cabe salientar que anterior a estes já haviam, nos anos 1990, iniciativas de políticas de desenvolvimento local, de abrangência municipal, como o Programa Comunidade Ativa desenvolvido em municípios com pobreza elevada, especialmente no campo e, se buscava o desenvolvimento por

meio da promoção de fóruns de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). Já em 1996 houve a primeira política pública com enfoque territorial rural no Brasil, viabilizada pelo Decreto N° 1.946/1996 (BRASIL, 1996), momento da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (BRASIL, 1996), mediatizado por linhas de crédito e capacitação direcionada aos agricultores familiares, além da linha de Infraestrutura e Serviços, as quais almejavam o desenvolvimento rural, aumento de produtividade, a geração de emprego e renda.

Como exigência de acesso a tais políticas, os municípios deveriam constituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), com representações dos seguimentos locais e, a partir deste, a realização de um diagnóstico da realidade municipal para a construção do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS) e, a sua gestão, o que movimentou os municípios e as entidades de ATER nessa construção, contudo, a escala da iniciativa não avançou o suficiente considerando o movimento endógeno e autônomo dos municípios. Segundo Ortega e Cardoso (2002, p. 3), tais políticas desenvolvidas em “municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), baixo capital social, infraestrutura precária e poucos recursos não conseguiram alcançar objetivos tão ambiciosos como os que se estabeleciam em suas proposições legais”.

A partir de 2003 surgiram políticas e programas com abrangência intermunicipal, daí a superação do limite do território físico, passando a abranger outros seguimentos relacionados ao poder e, às características regionais, quando surgiu a abordagem dos Territórios Rurais, sob a perspectiva de ‘territórios zonas’, de abrangência intermunicipal os quais, conforme Ortega (2002, p. 4) “de caráter intermunicipal”, ou seja, territórios constituídos em “espaços geográficos contínuos, que aglutinaram municípios selecionados por

critérios como o IDH, selecionando aqueles de elevada pobreza, presença expressiva de agricultores familiares, beneficiários de programas governamentais de transferência de renda”.

A partir dessas iniciativas foram criados os Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), inseridos no Programa Fome Zero como parte dos Territórios Rurais de responsabilidade da SDT, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS); seguido da criação em 2008, do Programa Territórios da Cidadania.

A iniciativa de criação dessas políticas culminou no repensar a escala e a abrangência espacial e territorial enaltecendo as identidades, desconstruindo a dicotomia rural-urbano, ressignificando o que antes era rural, como sinônimo de local de produção agropecuária, sendo agora entendido como espaço, construído socialmente, formador de territórios consolidados ou, em processo de formação.

Realizou-se em 2002, por meio da SDT/MDS, o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDRS), com maior interlocução entre os distintos setores do Estado e, da sociedade civil organizada, inclusive com a união de múltiplos Ministérios.

O Programa Territórios da Cidadania criou 60 Territórios da Cidadania de um total de 120 territórios, oriundos da constituição dos Territórios Rurais, com maior ênfase para aqueles considerados ‘deprimidos’. A constituição desses Territórios da Cidadania gerou a criação de 135 ações distribuídas em atividades produtivas, de cidadania, direito e infraestrutura. Os temas abrangiam desde a organização sustentável da produção; ações fundiárias; educação e cultura; direitos e desenvolvimento social; saúde, saneamento e acesso à água, apoio à gestão territorial e infraestrutura. Na Paraíba, durante o Governo Lula foram criados 09 Territórios Rurais e

06 Territórios da Cidadania, de modo que abrangeram todos os municípios Paraibanos.

A criação desses Territórios, durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva visava o reordenamento territorial com fins de desenvolvimento regional sustentável e promoção de direitos sociais, especialmente nas regiões mais carentes do País, cuja situação resulta do desenvolvimento desigual e contraditório do capital, o qual está estritamente relacionado ao engendramento existente entre o Estado e duas classes sociais, a saber: os detentores dos meios de produção e os capitalistas (OLIVEIRA, 1994; MARX, 2013).

Segundo Ortega (2008, p. 1), no caso brasileiro, a opção pela formação de programas de ordenamento territorial está estritamente relacionada à necessidade imediata de elevar a região considerada, já que se encontra em situação deprimida, econômica e socialmente, cuja “organização visa reduzir a pobreza e as desigualdades regionais, também visando conferir maior competitividade territorial para seu ingresso em mercados nacionais mais dinâmicos, ou mesmo em mercados internacionais” (*ibidem*).

Considerado como uma unidade de gestão, para além do território físico, deixou de ser uma unidade municipal para se consolidar como “espaços intermunicipais (território zona)” (*ibidem*), adotado pelo Estado. O Programa Territórios da Cidadania desenvolveu, a partir de distintos índices, as características comuns capazes de criação de novas regionalizações, demonstrando porções do território físico brasileiro, induzindo territórios rurais a partir de arranjos produtivos, cujas territorialidades se dão de formas diferenciadas. Igualmente, a definição de políticas e programas passa a se dar em função da necessária reversão de quadros sociais identificados, cujos índices apresentados demonstram fortes desigualdades sociais, oriundas da ação do Estado,

desenvolvida desigualmente pelo território brasileiro, inclusive sem observância às diferenças regionais, sociais, econômicas, políticas, culturais, dentre outras.

Assim, a SDT e o MDA (BRASIL, 2005, p. 7-8), definiram o reordenamento territorial para desenvolver diagnósticos, a promoção de projetos de desenvolvimento local/regional e, a execução da gestão, considerando o território como sendo,

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relaciona interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Ao se definir um espaço físico como território, nele estão intrínsecas e inerentes as relações de poder constitutivas, as quais contêm relações sociais de resistência, conformação, opressão por parte dos setores dominantes capazes de construção, mas também de destruição (OLIVEIRA, 1994), as quais demarcam no espaço porções conquistadas pela disputa entre distintas classes sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 143), deixando entrever entre estas, as diferenças hierárquicas, de subordinação, opressão, dominação, diferenciação entre os sujeitos e os lugares, mas também as resistências e lutas, as quais se expressam na paisagem.

Entretanto, as ações governamentais, e nelas, as ações de ATER, se voltavam para o reconhecimento das peculiaridades dos povos em seus lugares de vida, mas nada em sua ampla passividade, pois afinal, coabitam os interesses

dos detentores dos meios de produção e os capitalistas, junto aos interesses dos trabalhadores, e nestes últimos, incluem-se os trabalhadores da agricultura camponesa, cuja resistência e o trabalho de base familiar lhes conferem a constituição de uma classe no interior do meio de produção vigente, o Capitalista.

Na produção e constituição dos Territórios da Cidadania há que se destacar a participação política social consolidando o espaço físico e suas gentes, em seus lugares de vida, o que consolida a construção de identidades pelo reconhecimento de pertença (SANTOS, 2000, p. 96).

O reconhecimento dessas identidades e do lugar dos sujeitos, na constituição das resistências e lutas empreendeu ações que marcam o território Paraibano, a despeito de outros espaços do País, da América Latina e, de outros continentes, como o território da luta pela terra, por reforma agrária, por ATER, por direitos sociais. Dentre essas lutas se destacam as atividades de educação e nela, o destaque para o fortalecimento, embora com expressividade insuficiente, da Política Pública da Educação do Campo, a qual recebeu local de destaque nas ações de ATER da EMATER-PB, especialmente nas ações do Programa Arca das Letras.

As Ações de ATER e a Política Pública de Educação do Campo

A EMATER-PB possui, em seu quadro de recursos humanos, servidores efetivos e contratados, dentre eles, técnicos administrativos e técnicos extensionistas. Os Extensionistas ocupam duas categorias: Extensionistas Rurais I (Nível Médio) e II (Nível Superior) e, Extensionistas Sociais. Conforme dito em outro momento (DI LORENZO, 2018: 104), o referido quadro de servidores da EMATER-PB, a despeito da situação da ATER pública no Brasil,

já apresentava inúmeros déficits, no tocante às múltiplas especializações de funções e, se considerarmos que a extensão rural é caracterizada essencialmente pelo debate das Ciências Agrárias há que se elencarem as preocupações com a predominância do machismo, das relações de poder, da produtividade e, do desenvolvimento econômico que muito mais (des)envolve os sujeitos constantes nesses espaços (o campo e a Instituição).

O Escritório Estadual, onde geralmente estão lotados os coordenadores temáticos e a gestão administrativa e, de recursos humanos da EMATER-PB, acompanha as Equipes das Unidades Operativas (Escritórios Locais), situadas naquele momento, nos 223 municípios Paraibanos, ocorrendo uma supressão, a partir de 2012, de 56 Unidades Operativas Locais, embora com plano consorciado de atenção a todos os municípios do Estado.

A funcionalidade da ATER pública segue as prerrogativas da Política Nacional de ATER e, as determinações da Conferência Nacional de ATER (CNATER), a qual, dentre outras, atribui nos itens 25, 57, 172 e 291 (CNATER, 2012, p. 9, 17, 40, 66), os princípios da Educação do Campo, a seguir:

Contribuir para efetivar a Lei de Diretrizes de Educação do campo, visando incluir nos currículos e processos pedagógicos das escolas que atendam as comunidades rurais, [...], do ensino fundamental e médio, de acordo com os conceitos da Pnater e da política de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que contemple a diversidade do rural e os princípios e técnicas da agroecologia.

Promover e garantir por meio da Ater a contribuição dos jovens na construção e acesso das políticas públicas de acesso à terra, ao crédito, ao fomento, às tecnologias de produção sustentável, à saúde e Educação do Campo [...].

Consolidar e ampliar instrumentos de formação em gestão participativa e execução dos serviços de Ater para gestores/as governamentais e não governamentais, conselheiros/as municipais, dirigentes e agentes, permanente e continuada, com base nos princípios da educação do campo contextualizada, da multidisciplinaridade e da agroecologia.

Ampliar e fortalecer as escolas do campo como espaço de veiculação de Ater conforme os princípios e diretrizes da Pnater, garantindo a capacitação continuada em Educação do Campo para os professores e jovens, da rede de ensino estadual e municipal, repensando e adequando seus currículos às reais necessidades. (grifos nossos).

Igualmente a temática ‘Educação do Campo’, a temática geração e sucessão no campo foram expressas pela Rede de ATER de Juventude Rural, a que se chama de ‘Juventude (s) do Campo’, cuja preocupação foi situada pelos participantes responsáveis pela construção da CNATER, nos itens 17, 23, 28, 46, 50 a 57, 64, 71, 73, 87, 90, 105 a 107, 136, 165, 192, 240, 245, 247, 249, 256, 258 e 291. A despeito desses itens se enfatiza a necessidade de:

Reconhecer a identidade das mulheres do campo, da floresta e das águas, jovens e idosos/as rurais e dar visibilidade ao seu trabalho, incentivando sua inserção em atividades agrícolas e não agrícolas sustentáveis relacionadas com a agroecologia e a soberania alimentar e que contribuam para a sua

autonomia econômica, assim como, para fortalecer sua participação e seu poder de decisão na gestão dos recursos da família bem como sua inclusão em todas as etapas do processo produtivo, incentivando a economia solidária e o etnodesenvolvimento (CNATER, 2012, p 17). (Grifos nossos).

Partindo do exposto acerca da Política Nacional de ATER e das determinações da Conferência Nacional de ATER (CNATER), itens 25, 57, 172 e 291 (CNATER, 2012, p. 9, 17, 40, 66), passou-se a discutir, no âmbito das ações de ATER, os princípios da Educação do Campo, interdisciplinarmente, em consonância com o Regulamento Geral da Emater-PB (2002, p. 25), Art 28º - sobre as prerrogativas do NUESO/EMATER-PB, o qual busca:

I – Programar, elaborar, acompanhar, supervisionar e avaliar as ações de extensão rural nas áreas de Educação, Nutrição, Saúde e Organização Rural; II- Assessorar a Diretoria, Coordenadoria e unidades Operativas em assuntos inerentes ao Núcleo; III- Estimular a organização de produtores e suas famílias em grupos informais e associações formais; IV- Promover, manter atualizados estudos sócio-econômicos, cultural e políticos nas áreas de trabalho; V- Difundir tecnologia gerencial, sanitária, nutricional e educacional ao público assistido; VI- Orientar o aproveitamento dos recursos disponíveis nas comunidades em forma de projetos coletivos e comunitários; VII- Manter estreito relacionamento com as lideranças e autoridades que atuam na área de ação; VIII- Elaborar e executar plano de ação em consonância com o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural. (Grifos nossos).

O NUESO/EMATER-PB tem como visão: “ser reconhecido pela EMATER-PB pela competência na realização de ações voltadas para a organização da agricultura familiar, tendo por base os eixos da PNATER” (EMATER, 2011). Sua missão (*ibidem*) consiste em:

Assessorar, monitorar e avaliar as ações desenvolvidas pelos/as extensionistas e agricultores (as) familiares com base nos eixos da PNATER, quais sejam, sistemas de produção sustentáveis, geração de trabalho e renda e agregação de valores, segurança alimentar e nutricional e superação da pobreza rural, priorizando as organizações sociais com base no associativismo com enfoque metodológico participativo.

As ações do NUESO tem uma característica marcante como espaço educativo de realização das ações de ATER, pois tem como competências propostas em seu Plano de Ação (EMATER: 2011):

1-Capacitação dos Agentes de ATER no fortalecimento da inserção de produtos da agricultura familiar no mercado; 2- Construção de competências institucionais em mercados de comercialização da agricultura familiar; 3- Comercialização da produção na agricultura familiar; 4- Inclusão Social; 5-Meio Ambiente; 6-Segurança Alimentar e Nutricional; 7-Fortalecimento das organizações sociais da agricultura familiar; 8- Atualização do banco de dados das organizações dos agricultores familiares; 9-Articulação e integração com setores da EMATER-PB; e, 10-Educação Contextualizada.

O último eixo, Educação Contextualizada, inclui a proposta de discutir e desenvolver as propostas anteriores (1-9) partindo do viés da interdisciplinaridade, assim como um forte apelo educativo, no sentido de realizar a extensão como ato

educativo comunicativo (FREIRE, 1983). Daí, a inserção do debate acerca da Política Pública da Educação do Campo (BRASIL, 2003; BRASIL, 2010) e, a partir dela, o Programa Arca das Letras, pelo qual se esteve responsável em desenvolvê-lo junto a outras parcerias, no Estado, como o Programa Arca das Letras, em Brasília, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as associações rurais, escolas públicas, o CMDRS, dentre outros.

O Programa Arca das Letras na Emater-PB

O Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras, do MDA, foi criado em 2003, com o objetivo de subsidiar a população do campo no acesso ao livro, à leitura e à informação, acerca de temáticas sobre literatura infantil, juvenil, adulta, poesias, informações técnicas relativas à produção agropecuária, dentre outras. As ações do Programa são executadas pela Coordenação Geral de Ação Cultural (CGAC) e, se constituem mecanismo de inclusão e estratégia para o enfrentamento das dificuldades de acesso à informação, do ponto de vista geográfico, assim como de redução das desigualdades sociais no campo, por meio do acesso à leitura e informação para o desenvolvimento do hábito de leitura. Segundo Freitas et al. (2006), a biblioteca possui a função social de proporcionar o desenvolvimento humano por meio da leitura e informação de acervos escolhidos pela própria comunidade reunida, que define quais livros quer receber, ou seja, a escolha é realizada mediante a cultura e as necessidades de cada povo ou grupo social.

A iniciativa de criação do Programa foi idealizada pela bibliotecária Cleide Cristina Soares, a quem se teve oportunidade de conhecê-la na sede do Programa, em Brasília, local onde se observou a amplitude do Programa, no País, cuja forma de organização demanda da ação de múltiplos setores,

até a implantação da biblioteca para gestão pelos Agentes de Leitura, ou seja, comunitários voluntários. Tais Agentes fortalecem as comunidades por ocasião do empréstimo e, da promoção de pequenos eventos na comunidade para socialização da leitura proporcionando interação cultural e entretenimento, a partir de distintos gêneros textuais.

Quadro 01: Classificação do Acervo da Biblioteca Arca das Letras

Legenda	Tipologia de Leituras	Legenda	Tipologia de Leituras
	Literatura para jovens e adultos		Literatura infantil
	Livros técnicos e especializados		CD's, DVD's, Fitas de Vídeo
	Livros didáticos e de pesquisa		

Fonte: SOARES, 2007. Implantação de bibliotecas rurais: manual para agentes e multiplicadores do Programa Arca das Letras.

Quadro 02: Dados anuais do Programa Arca das Letras 2003/2011

Ano	Nº Municípios	Famílias	Bibliotecas	Livros	Agentes
2003	1	963	1	293	1
2004	5	444	9	1980	15
2005	23	4898	78	17513	136
2006	22	5113	74	16440	136
2007	5	397	10	2200	18
2008	16	11675	43	8130	82
2009	28	9733	57	11756	102
2010	23	5553	42	9060	78
2011	20	7822	62	13789	121
Total	92	46598	376	81161	689

Fonte: Coordenadoria Geral de Ação Cultural - Arca das Letras. BRASIL (2013)

No âmbito da Educação Contextualizada se preconizou no Plano de Ação (NUESO/EMATER, 2011):

Construir espaços de diálogo relativos à necessidade de valorização do diálogo, cooperação e valorização das culturas locais; Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão; Divulgar programas institucionais com vistas à educação contextualizada e mobilizar comunidades rurais para acesso à leitura e informação (Programa Arca das Letras); Ampliar o Programa Arca das Letras e a distribuição de bibliotecas rurais a todos os municípios Paraibanos. Ampliar o Programa de bibliotecas rurais da EMBRAPA a todas as Unidades Operativas da Emater-PB e aos municípios Paraibanos; 6-Incentivar a instalação de programas de inclusão digital em comunidades rurais. (Grifos nossos).

Os itens 3 e 4 se voltaram especificamente para promoção do Programa Arca das Letras, mobilizado tanto pela EMATER-PB como em parceria com outras entidades ou instituições. Contudo, a divulgação e mobilização para ampliar e instalar as bibliotecas do Programa Arca das Letras nos municípios recebeu por parte da EMATER-PB uma forma diferenciada de ação, cuja abrangência envolveu a perspectiva de unir distintos seguimentos sociais e organizacionais, de modo que houvesse uma corresponsabilidade na execução e, na obtenção dos resultados onde houvesse bibliotecas instaladas. Nesse sentido, destacou-se a importância da participação dos CMDRS e, das Secretarias de Educação dos municípios e suas escolas da Educação Básica. Igualmente, destaca-se a participação das ações integradas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Projeto Prolicen, quando se esteve

realizando Pós-Graduação, no Doutorado em Educação, e através do projeto Observatório da Educação Nacional, realizado de 2009 a 2013. Nestes se desenvolveu a formação continuada de 720 Professores da Educação Básica, ao passo em que se associou a atividade de divulgação e implantação de 58 bibliotecas do Programa Arca das Letras, com 116 Agentes de Leitura (Quadros 03 e 04).

Quadro 03 – Formação Continuada de Professores sobre a Política da Educação do Campo e o Programa Arca das Letras

Municípios	Nº de professores	Municípios	Nº de professores
Pedras de Fogo	58	Esperança	46
Conde	32	Jacaraú	58
Alhandra	45	Santa Rita	68
Pitimbu	31	Bayeux	26
São Miguel de Taipu	36	Cruz do Esp. Santo	38
Riachão	58	Sapé	42
Itabaiana	34	Mari	28
Araçagi	120	-	-
Total	414	-	306
720 Professores em 15 municípios			

Fonte: Formação Continuada de Professores. PROLICEN/UFPB (2011).

Todos esses educadores foram orientados a procurar a Emater para assistência técnica em suas comunidades de trabalho e, de morada. Unir a escola e a ATER se constitui como importante parceria a fim de se desenvolver uma ação junto ao educando do campo (ou da cidade), o qual necessita aprender, desde cedo, sobre como tratar, conhecer e valorizar o lugar onde vive.

Quadro 04: O Programa Arca das Letras na Emater-PB – 2011 - 2014

Municípios	Quantidade de Bibliotecas Arca das Letras mobilizadas pela Emater	Quantidade de Bibliotecas Arca das Letras instaladas pela Emater e MDA	Número de Agentes de Leitura capacitados	Número de Professores presentes à capacitação
Pedras de Fogo	23	23	46	32
Conde	09	09	18	18
Princesa Isabel	05	05	10	14
Gurinhém	19	19	38	25
Riachão	01	01	02	12
Matinhas	01	01	02	02
Salgado de São Félix	09	-	-	-
Junco do Seridó	02	-	-	-
Mogeiro	12	-	-	-
Alhandra	05	-	-	45
Pitimbu	04	-	-	31
Santa Rita	02	-	-	68
Aparecida	01	01	02	07
Total	92	58	116	254

Fonte: NUESO/Emater: 2014. Organizado pela Autora: 2019.

Com mais de 11.000 arcas distribuídas em todo o País, o acervo conta com aproximadamente 200 livros de temas técnicos, didáticos e literários em cada móvel-estante. No ano de 2009 foi realizado o I Encontro de Avaliação do Programa Arca das Letras, no âmbito das ações viabilizadas pela Emater-PB. Ocorreu na comunidade Nova Aurora, Pedras de Fogo-PB. Dentre as discussões desenvolvidas citou-se o maior envolvimento de parcerias como Banco do Brasil, Banco do Nordeste, MDA, MDS, Interpa-PB, ASBRAER, INCRA, Senar, Empresas de serviços gráficos, dentre outras simpatizantes da ação, além de destacarem os fatores positivos e as dificuldades na gestão do Programa.

Quadro 05: Fatores Positivos e Dificuldades na Gestão do programa Arca das Letras

Fatores Positivos	Dificuldades
Maior conhecimento sobre o Programa	Aumentar a divulgação do Programa
Participação de Associações, CMDRS	Falta remuneração para Agentes de Leitura
Interação entre comunidade, escolas,	Necessidade de intercâmbio e encontros
Participação de pais/mães na escola e leitura	Pouca disponibilidade de tempo dos Agentes
Facilidade de acesso á leitura na comunidade, mudança no hábito de leitura	Aumentar número de Agentes de Leitura e realizar encontros
Apoio às ações da escola	Maior envolvimento dos Agentes de Leitura
Diversidade textual e conhecimento cultural	O acervo de livros é pequeno
Produção e pesquisa científica no Programa	Diversificar livros, trocar entre comunidades
Agentes de leitura	Dificuldades de acesso ao móvel
Autoestima elevada em idosos, crianças	Necessidade de ambientes lúdicos

Fonte: Relatório do Programa Arca das Letras. Pedras de Fogo-PB. Emater-PB: 2011.

Quadro 06: Ações realizadas pelos Agentes de Leitura em Pedras de Fogo _PB

Deslocamento da biblioteca para a escola e associação em dias de eventos	
Atividades de teatro, rodadas de leitura, gincanas culturais literárias	
Intercâmbio de leituras e de livros entre comunidades	
Substituição de Agentes de Leitura com mudança de ambientes para a biblioteca	
Dia da leitura mensal com banho de chuveiro, brincadeiras e brindes	
Criação de outras estratégias de leitura: Mala da Letras	
Produzir projetos pedagógicos com apoio do Programa	
Inserir e coordenador estadual no Programa	Novo fardamento
Colônia de férias com a biblioteca	Inclusão de livros de língua estrangeira
Participar de reuniões da escola	Encontro de Avaliação do Programa

Fonte: Relatório do Programa Arca das Letras Pedras de Fogo PB Emater-PB 2011

CONSIDERAÇÕES

A intenção em organizar as ações que vislumbrassem atividades de formação de educadores consorciada com a promoção do Programa Arca das Letras, além de sensibilizar gestores públicos em favor da promoção da educação e, da leitura no campo, também contribuiu nas atividades desenvolvidas pelos Extensionistas e serviu de instrumento na ação integrada entre distintos setores relacionados ao campo. Daí, a importância das ações de ATER sendo desenvolvidas em vários espaços do campo e da cidade superando dicotomias como urbano-rural, campo-cidade, intraespaços-interespaços, além da promoção de outros programas voltados ao campo,

desenvolvidos interdisciplinarmente, como o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), a ATER, formação continuada de educadores do campo e da cidade.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, maio - 2004. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

BRASIL. *Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010*. Brasília: 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso em 15 de maio de 2019.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB Nº 01/2002*. Brasília: 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/Downloads/Educacaodocampo.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2019.

BRASIL. *Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003*. Brasília: 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/htm>. Acesso em 12 de junho de 2019.

BRASIL. *Os 60 Territórios da Cidadania*. Brasília: 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/pdf>. Acesso em 12 de junho de 2019.

BRASIL. *MDA/Secretaria de Reordenamento Agrário. Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras: Manual*. Brasília: MDA/SRA, 2013.

BRASIL. *Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm. Acesso em 12 de junho de 2019.

BRASIL. *Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil*. Brasília: SDT/MDA, 2005.

BRASIL. *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução nº 01, de 03 de abril de 2002*. Brasília: 2002.

CNATER. *1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária*.

- Relatório Final*. Brasília: ([s.d.]. Disponível em: <http://www.cnater.gov.br/cnater/pdf>. Acesso em 15 de junho de 2019.
- EMATER-PB. *Regulamento Geral da Emater-PB*. Cabedelo – PB: 2002.
- EMATER-PB. *Plano de Ação do NUESO/Emater-PB*. Cabedelo – PB: 2011.
- EMATER-PB. *Relatório do Programa Arca das Letras*. Cabedelo: 2011.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- OLIVEIRA, A. U. de. *A geografia das lutas no campo*. 6ª ed.- São Paulo: Contexto, 1994.
- ORTEGA, A.; CARDOSO, A. *Potencialidades e limites de uma política de desenvolvimento local: o Pronaf à luz do Leader*. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 40, n. 2, abr./jun. 2002.
- ORTEGA, A.; CARDOSO, A. *Territórios deprimidos*. Campinas,SP: Ed. Alínea; Uberlândia/MG: Edufu, 2008.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- DI LORENZO, I. D. N. Reflexões e práticas do/a educador/a extensionista social na assistência técnica e extensão rural pública paraibana. In: SANTOS, A. F. dos; BARBOSA, G. J. (Org.). *Extensão Rural: experiências, pesquisas e sindicalismo*. João Pessoa: Mídia Gráfica Ed, 2018.
- SOARES. C. C. *Implantação de bibliotecas rurais: manual para agentes e multiplicadores do Programa Arca das Letras*. Brasília: 2007.

CAPÍTULO 2

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NA PRODUÇÃO LEITEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARAIBANA

Hermano Severino de Araújo

INTRODUÇÃO

O cenário das políticas públicas brasileiras tem sofrido intensas transformações, especialmente no tocante às intencionalidades de cada seguimento governamental. Aqui se reporta ao período de 2003, até os dias atuais, registrando-se que nos períodos 2003-2011 e 2011-2016, remeteram-se aos governos populares representados pelos Presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, respectivamente.

De um modo geral, essas mudanças se ampliam na esfera Federal e aqui, destacam-se as ações governamentais no âmbito da cadeia produtiva do leite no Estado da Paraíba, motivada principalmente pela Agricultura Familiar (AF) como modo de vida que lhes confere, mas também pelos incentivos de programas do Governo Federal, associados às iniciativas regionais e locais, nas esferas Estadual e Municipais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Leite, o Programa do Leite da Paraíba (uma dissidência do PAA) e, as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) desenvolvidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Paraíba (EMATER-PB), atualmente denominada Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER) voltadas ao seguimento da produção, beneficiamento, comercialização e acesso ao leite no Estado da Paraíba.

O artigo estrutura-se em dois itens: políticas de ATER para a AF e as Redes Temáticas de ATER e, a Cadeia Produtiva do Leite no Estado da Paraíba.

DESENVOLVIMENTO

Políticas Públicas de ATER para a Agricultura Familiar e sua Integração com a pesquisa e extensão

No Brasil, a agricultura familiar é responsável pela produção de aproximadamente, 70% da produção de alimentos diversificados contribuindo de tal modo para o ambiente, à geração de trabalho e renda no campo, ampliando a qualidade de vida, ressignificando a relação campo-cidade, assim como trazendo ao cenário as questões de gênero, geração e etnia, conforme preconizado pela Política Nacional de ATER (PNATER).

No ano de 2005 o Ministério do Desenvolvimento Agrário instituiu o Sistema Brasileiro Descentralizado de ATER (SIBRATER), com o fim de promoção e prestação de serviços públicos de ATER, pautado nas ações previstas na PNATER. Sua gestão se dá compartilhada por distintos segmentos da sociedade civil organizada, além do governamental, a exemplo da presença do Departamento de ATER (DATER), Comitê Nacional de ATER, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), as Câmaras de ATER, e as Redes de ATER, estas que foram criadas visando à participação de organizações governamentais e não governamentais a serviço da agricultura familiar.

Nesse cenário, o leite, a despeito de outros produtos da agricultura familiar brasileira ganha destaque nas ações das Redes Temáticas de ATER, quando foi criada a Rede de

Fortalecimento da Agricultura Familiar na Cadeia do Leite, considerada uma das mais significativas para o seguimento, tendo em vista ser caracterizada a família agricultora pelo cultivo agrícola associado á pecuária e, pelo número de famílias envolvidas produzindo geração de renda e trabalho no campo, especialmente se reportar ao Semiárido brasileiro.

Contudo, são muitos os desafios para a gestão da cadeia produtiva do leite, uma vez que implica num conjunto de ações voltadas ao beneficiamento, à produção, assistência técnica, comercialização, o acesso, às questões sanitárias, dentre outras, o que exige não apenas da agricultura familiar, mas do próprio Estado e demais segmentos, ações que superem as condições nas quais se produz ou impede a produção, a fim de que incorra na geração de trabalho e renda, mas também de garantia da qualidade da produção para produtores e consumidores. Desse modo, pensar o leite inclui ações em quatro eixos distintos, a saber: a- produtivo; b- industrial; c- comercial; e, d- associativo/cooperativo; e sua implementação exige ações advindas do Estado relativas à gestão, sanidade do rebanho, genética, cooperativismo, ATER, mercado interno, mercado internacional, ambiente institucional, ambiente organizacional, nutrição, reprodução (BRASIL, 2008).

Daí, a importância das políticas públicas para o campo, e nelas se destaca a ATER, o que justifica a proposta de integração entre distintos setores: extensão rural, pesquisa e agricultura familiar porque se faz importante dar o dimensionamento da integração em ações consorciadas no campo, espaço de vida da agricultura familiar, mas que ainda é bastante enfatizado no Brasil, como local de produção.

O campo é a extensão da cidade e vice-versa. O campo é lugar de vida e, neste há necessidades de exercitar ações para condicionar o acesso e à permanência em tal espaço. Contudo, o modo de produção e as ações empreendidas secularmente, em torno da produção agropecuária, com uso indiscriminado de

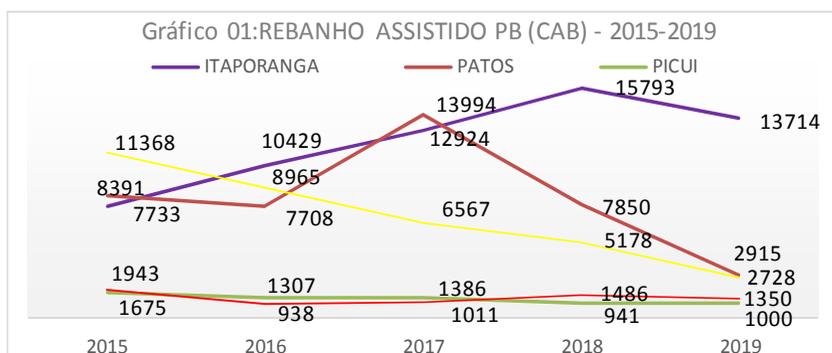
agrotóxicos, numa estrutura fundiária extremamente concentrada, a exemplo do que vem se reforçando na atualidade, com a expansão do uso de fertilizantes químicos, degradação de florestas para dar acesso ao cultivo de *commodities*, por exemplo, incide na agravação dos riscos ao ambiente e à saúde da população.

Acerca da importância da junção de distintas ações no atendimento à agricultura familiar, cabe destaque nesse debate a iniciativa de criação da EMPAER, a partir da fusão da EMATER-PB com outras entidades de pesquisa e regularização fundiária, o que pode trazer importantes contribuições a partir do desenvolvimento de uma gestão compartilhada, voltada aos interesses de seu público, a agricultura familiar, para além dos interesses do Estado, os quais muitas vezes são distanciados dos reais interesses e necessidades do campo. Dito desta forma explicita-se a necessidade de se compreender a extensão e complexidade que representa as necessidades e potencialidades do campo e, dos agricultores familiares, mas das limitações que sofrem em função da ação dissociada que o Estado brasileiro, ainda desenvolve compartimentando ações e permanecendo inerte aos problemas e gargalos da agricultura familiar. Dentre estes, destacam-se, por exemplo, a necessidade de banco de dados que contemple a realidade do campo e das entidades que lhe prestam serviços, as questões relativas ao crédito, à vigilância sanitária, infraestrutura na ATER e equipes técnicas multidisciplinares capazes de atenção às demandas do campo, dentre outras.

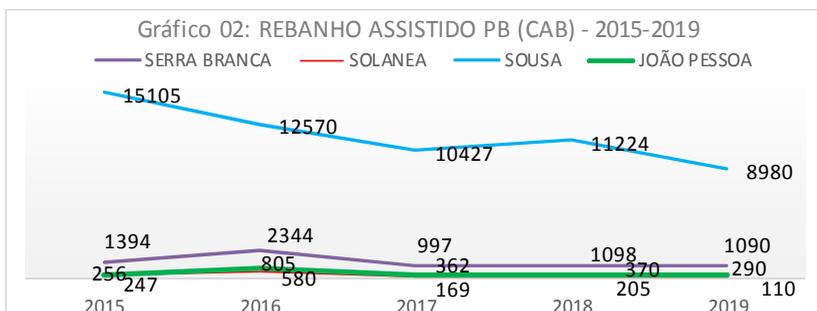
Os gráficos a seguir trazem informações do Estado da Paraíba, acerca da produção de leite, do rebanho assistido, área de pastagem e, unidades familiares produtivas, dados referentes ao período de 2015 a 2019, acerca da realidade da agricultura familiar. Os resultados indicam a necessidade de maior atenção por parte do Estado e das instituições que atendem à agricultura

familiar, pois observando tais dados, constantes no Relatório RIMA EMPAER (2019), necessita desenvolver ações de reversão do quadro atual, pois há frequência de decréscimo nesses dados, o que serve de subsídio a pesquisas posteriores, a fim de se investigar as causas de tais decréscimos, podendo culminar em vários fatores. Neste momento, aponta-se algumas hipóteses a considerar, como a necessidade de maior infraestrutura destinada à extensão rural, pesquisa e regularização fundiária, vigilância sanitária, um período extenso de escassez hídrica ou de irregularidade pluviométrica (2011-2019) que vem assolando o Semiárido Paraibano, descontinuidades de programas e políticas públicas, assim como de planos de gestão de organizações governamentais e não-governamentais, dentre outras questões que se pode elencar. Os gráficos de dados seguintes foram organizados pelo Autor (2019) e remetem ao rebanho assistido por Região na EMPAER-PB.

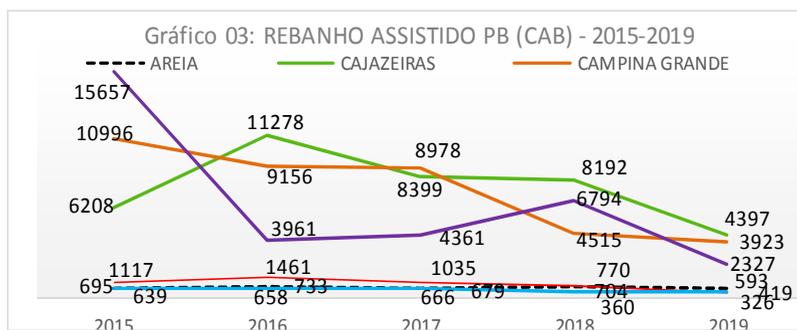
2.1. Rebanho assistido por Região Administrativa da Emater



Fonte: Relatório de Informações Mensais (RIMA). EMPAER, (Junho: 2019).



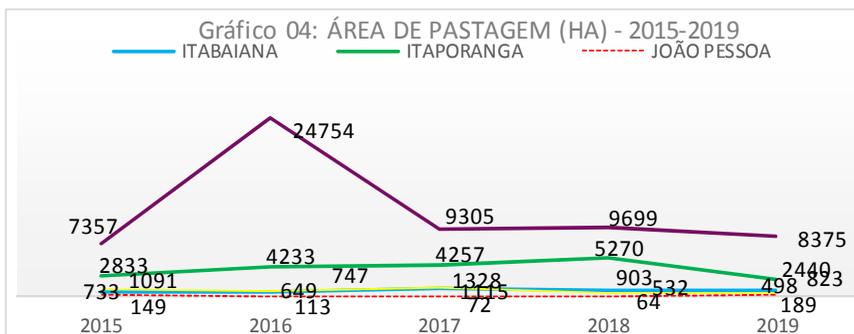
Fonte: Relatório de Informações Mensais (RIMA). EMPAER, (Junho: 2019).



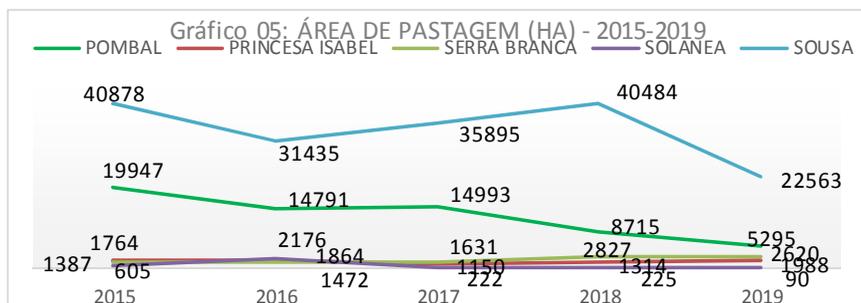
Fonte: Relatório de Informações Mensais (RIMA). EMPAER, (Junho: 2019).

Quanto ao rebanho assistido, os dados indicam Regiões Administrativas no Estado da Paraíba, cuja potencialidade pecuária apresenta baixíssimo índice de assistência ao rebanho, inclusive com decréscimos contínuos e abruptos, ocorrendo o mesmo em relação aos demais itens (áreas de pastagem, unidades familiares produtivas e produção de leite obtida).

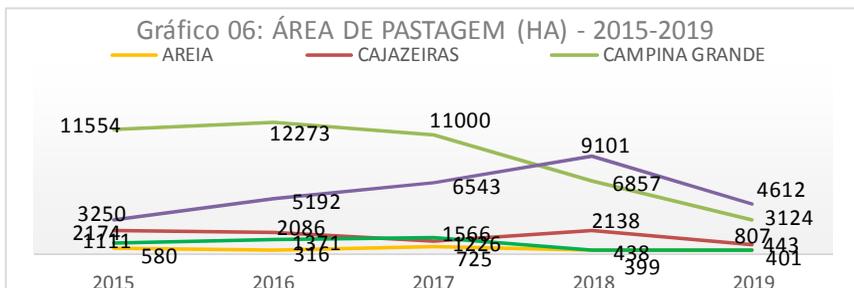
2.2. Área de Pastagem (hectares) assistida por Região Administrativa da Emater



Fonte: Relatório de Informações Mensais (RIMA). EMPAER, (Junho: 2019).

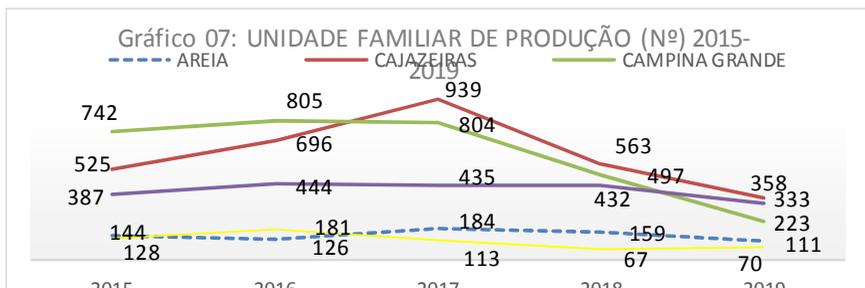


Fonte: Relatório de Informações Mensais (RIMA). EMPAER, (Junho: 2019).

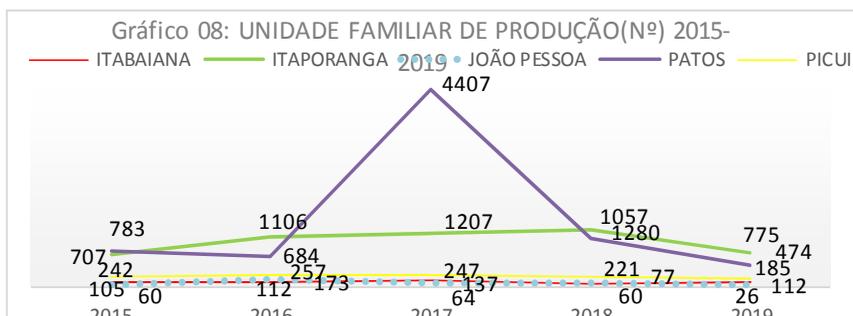


Fonte: Relatório de Informações Mensais (RIMA). EMPAER, (Junho: 2019).

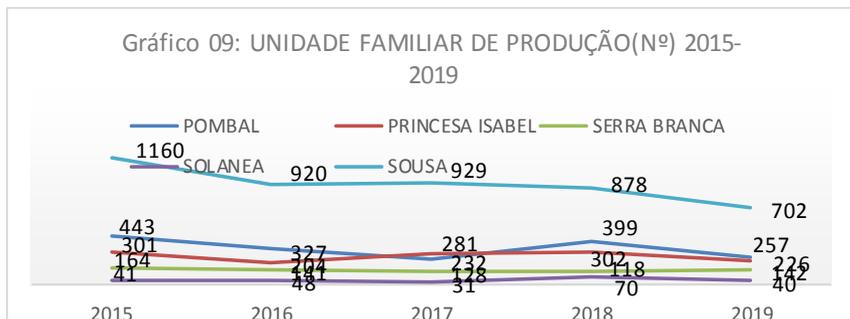
2.3. Unidades Familiares de Produção assistidas por Região Administrativa da Emater



Fonte: Relatório de Informações Mensais (RIMA). EMPAER, (Junho: 2019).

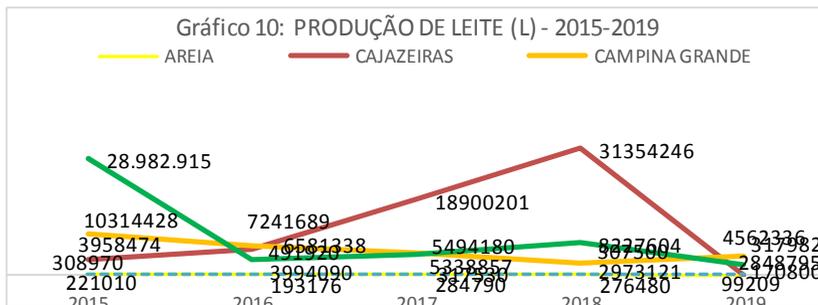


Fonte: Relatório de Informações Mensais (RIMA). EMPAER, (Junho: 2019).

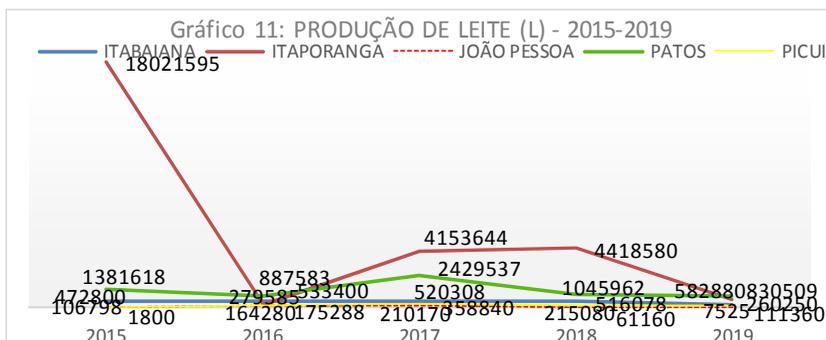


Fonte: Relatório de Informações Mensais (RIMA). EMPAER, (Junho: 2019).

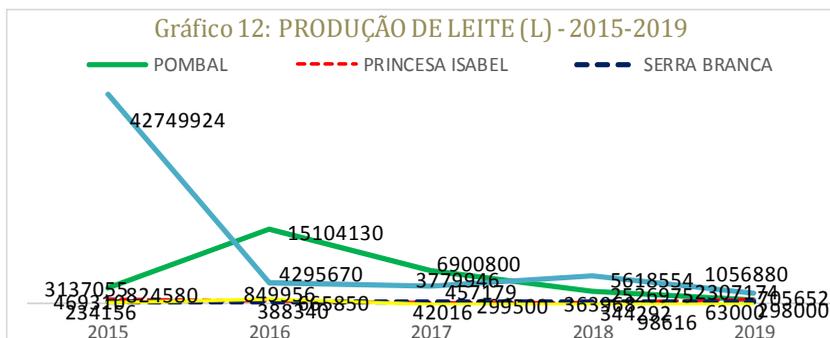
2.4. Produção de Leite (litros) por Região Administrativa da Emater



Fonte: Relatório de Informações Mensais (RIMA). EMPAER, (Junho: 2019).



Fonte: Relatório de Informações Mensais (RIMA). EMPAER, (Junho: 2019).



Fonte: Relatório de Informações Mensais (RIMA). EMPAER, (Junho: 2019).

Os dados apresentados relativos ao Estado da Paraíba requerem atenção por parte do Estado, tendo em vista que remete imediatamente á organização da produção familiar na agricultura. A partir dessas preocupações, além de outras que se retratam no País e inferem situações de desigualdades regionais e sociais é que se produziram Programas e Políticas governamentais, especialmente no tocante à produção leiteira e demais segmentos da agricultura familiar, a exemplo das Redes Temáticas de ATER, e nelas, a Rede de Leite.

Redes Temáticas de ATER e a Cadeia Produtiva do Leite na Paraíba

As Redes Temáticas (RT) de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), instituídas em 2007 tiveram como objetivo fortalecer e qualificar temas estratégicos para a agricultura familiar (BRASIL, 2007). Foram constituídas 13 Redes Temáticas para atenção à diversidade que constitui a agricultura familiar no País. O objetivo das RT é qualificar os serviços de ATER, a partir da formação continuada de Extensionistas para atuação como articuladores e multiplicadores nas áreas temáticas respectivas, junto à agricultura familiar. As entidades de ATER atuavam com técnicos representantes articuladores de cada temática, conforme apresentado, a seguir.

Quadro 02: Redes Temáticas de ATER

Fortalecimento da AF na Cadeia do Leite	Juventude Rural
Agroindústria Familiar	Metodologias Participativas de ATER
Produtos e Mercados Diferenciados	Indígenas
Apoio à Comercialização dos Produtos e Serviços da AF	Formação de Agentes de ATER
Crédito, Seguro, Garantia Safra e PGPAF	Mulheres Rurais
Atividades Não Agrícolas (Turismo e Artesanato)	Biodiesel
	Agroecologia

Fonte: BRASIL: 2007. Organizado pelo Autor: 2019.

Destaca-se neste artigo a RT da Cadeia do Leite para se refletir acerca da produção, do beneficiamento, comercialização e acesso ao Leite na Paraíba pela necessidade de atender as demandas da Agricultura Familiar Paraibana, mas também do mercado consumidor seguindo os princípios legais, conforme recomenda a Vigilância Sanitária, com vistas a eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e, de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse à saúde, abrangendo (Lei 8080/1990), (AZEVEDO, 2005). Como fatores importantes na RT e Cadeia do Leite tem-se a redução da tributação, o Programa PAA Leite, combate às fraudes, as instituições parceiras que recebem o leite, fortalecimento do cooperativismo/associativismo leiteiro, assim como o abastecimento de insumos agropecuários, dentre outros.

O leite deve se apresentar em condições seguras, pois há perigos de contaminação de natureza biológica, química ou física, que podem causar danos à integridade do consumidor, daí a necessidade de desenvolvimento de Boas Práticas Agropecuárias (BPA) que servem para acompanhamento, avaliação e controle da qualidade do leite acerca do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), o

que embasa a gestão da segurança e qualidade para o produtor de alimentos; e, as Boas Práticas de Fabricação (BPF).

A EMATER-PB, atual EMPAER desenvolveu, no período de 2004 a 2007 um total de 53 cursos de capacitação em BPA para 1500 participantes, nos segmentos de higienização do animal, da sala de ordenha, do leite, do ordenhador e, dos equipamentos, conservação e transporte do leite, o que colaborou na melhor qualidade do produto para acesso ao mercado.

O Programa do Leite, na Paraíba se destacou como importante marco para a geração de trabalho e renda no campo, mas também, no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), pois passou a atender a necessidade de muitas famílias na cidade, as quais se inserem nos segmentos de baixa renda e podem apresentar quadros de carência nutricional. Em 2002, o Programa mantido pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal (EMPAER, 2019) passou de 20 mil litros/dia para mais de 120 mil litros/dia de leite de vaca e de cabra, adquiridos da AF e distribuídos às famílias cadastradas em programas sociais, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Leite. No ano de 2017 têm-se os registros:

Quadro 03: Agricultores Participantes do PAA Leite - Nordeste e Brasil - 2017

UF	Qtde de Agricultores	Recursos (R\$)	Peso Litro (L)
AL	2.975	17.485.916,76	13.605.858
BA	1.012	4.520.036,46	4.032.422
CE	2.026	12.010.441,90	9.841.398
MA	225	1.298.500,00	1.159.375
PB	1.888	10.288.027,55	6.444.113
PE	2.728	16.202.204,48	13.227.641
RN	368	2.115.175,65	1.719.655
SE	1	4.000,00	3.125
PI	0	0,00	0
BRASIL	12.519	67.778.557,52	53.141.744

Fonte: BRASIL: 2017.

Quadro 04: Listas de Produtos do PAA Leite - 2017

Produto	BRASIL		PARAÍBA	
	Recursos (R\$)	Quantidade (L)	Recursos (R\$)	Quantidade (L)
Leite de Cabra	12.874.082,86	6.972.932,00	8.152.817,97	4.554.547,00
Leite de vaca	54.904.474,66	46.168.812,00	2.135.209,58	1.889.566,00
Total	67.778.557,52	53.141.744,00	10.288.027,55	6.444.113,00

Fonte: BRASIL: 2017.

Quadro 05: Agricultores participantes do PAA Leite por Sexo – Paraíba e Brasil – 2017

Local	Sexo	Qtde de Agricultores	Recursos (R\$)	Peso Litro (L)
Brasil	F	3.073	16.700.525,39	13.063.636
	M	9.446	51.078.032,13	40.078.108
	Total	12519	67.778.557,52	53.141,744
Paraíba	F	397	2.127.646,42	1.305.738
	M	1.491	8.160.381,13	5.138.375
	Total	1.888	16.202.204,48	13.227.641

Fonte: BRASIL: 2017.

Quadro 06: Agricultores Participantes do PAA Leite Grupo PRONAF - PB Brasil 2017

Grupo Pronaf	Qtde Agricultores		Recursos (R\$)		Peso (L)	
	Brasil	Paraíba	Brasil	Paraíba	Brasil	Paraíba
A	697	144	4.218.135,52	803.841,02	3.238.044	460.444
A/C	177	2	1.011.196,27	7.238,76	788.833	4.044
B	6.762	1.198	37.297.559,30	6.686.510,19	28.932.707	4.086.223
VARIÁVEL	4.884	544	25.251.666,43	2.790.437,58	20.182.160	1.893.402
Total	12.520	1.888	67.778.557,52	10.288.027,55	53.141.744	6.444.113

Fonte: BRASIL: 2017.

Quadro 07: Agricultores Participantes do PAA Leite por Categoria - PB e Brasil – 2017

Quadro 07: Agricultores Participantes do PAA Leite por Categoria - PB e Brasil - 2017

Categoria	Quantidade Agricultores		Recursos (R\$)		Peso (L)	
	Brasil	Paraíba	Brasil	Paraíba	Brasil	Paraíba
Agric. Familiar	6.151	-	35.649.549,4 5	-	28.626,66 6	-
Agroextrativista	2	-	11.997,21	-	9.149	-
Assentados	118	-	800.720,92	-	604.421	-
Categ. Indisponível	6.197	1.887	29.813.064,0	16.286.907,1	22.645,06	6.443.587
			3	7	4	
Indígena	14	-	71.433,99	-	39.955	-
Quilombola	12	-	80.083,14	-	61.606	-

Fonte: BRASIL, 2017

O PAA Leite, conforme demonstrado nos Gráficos 01 a 12, se desenvolve nas 15 Regiões Administrativas de atuação da EMPAER. Dentre as limitações na operacionalização do Programa a EMPAER destaca as políticas governamentais e ingerências locais (irregularidades em investigação nos setores de fiscalização federal), e, ainda há dificuldades na constituição da Declaração de Aptidão (DAP) Jurídica, como forma de incentivar a organização social de associações rurais na emissão da DAP, assim como por parte dos agricultores produtores de leite o acesso à DAP individual do grupo familiar, pois embora ainda enfrentando limitações, mas há acesso ao beneficiamento e à comercialização da produção, conforme se vê a respeito das Unidades de beneficiamento de leite para venda no PAA Leite e outros mercados, bem como na produção de queijos, por exemplo, considerando a produção de leite no Estado.

Quadro 08: Quantidade de Litros de Leite Comercializados pelo PAA – PB/Brasil: 2017

Quadro 08: Quantidade de Litros de Leite Comercializados pelo PAA – PB/Brasil: 2017

Meses	PB	BRASIL	Meses	PB	BRASIL
jan	520.976,00	3.083.819,00	jul	531.509,00	4.618.248,00
fev	478.381,00	4.069.828,00	ago	574.380,00	5.011.716,00
mar	500.729,00	4.607.272,00	set	554.211,00	5.093.140,00
abr	489.824,00	3.701.914,00	out	611.698,00	5.156.544,00
maio	501.444,00	4.222.841,00	nov	605.889,00	4.855.918,00
jun	489.603,00	4.138.241,00	dez	585.469,00	4.582.263,00
Total PB: 6.444.113,00			Total Brasil: 53.141.744,00		

Fonte: BRASIL - 2017

Segundo a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano (SEDH), nos anos 2018 e 2019, o número de famílias beneficiadas pelo PAA Leite, no tocante ao recebimento do leite por parte daqueles que se inserem em categorias de baixa renda é de 29.982 famílias cadastradas que recebem 1 litro de leite/dia. O leite é oriundo de 4.027 unidades de agricultura familiar produtoras de leite, organizadas em 130 entidades (Associações Rurais) cadastradas, as quais fornecem e comercializam a produção junto ao PAA, e o leite é beneficiado em 10 usinas cadastradas (PARAÍBA, 2019).

Quadro 09: Unidades de Beneficiamento Existentes e Localização – PB: 2019

Laticínios	Municípios	Laticínios	Municípios
ILPLA	Belém	CABRALAC	Passagem
AGILAT	Itaporanga	VAQUILA	Lagoa Seca
APAC	Barra De Santana	Condom. Agroind. Desterro	Desterro
ACOPASA	Barra De Santana	BORBOREMA	Pocinhos
VITA	Caturité	VÊNUS	Cajazeiras
CARIRI	Caturité	SABOR DO VALE	Cajazeiras
DELCAMPO	João Pessoa	SABOR DA TERRA	Cajazeiras
IDEAL	João Pessoa	DELFRUT	Campina

			Grande
NATURAL GURT	Pilar	BOTIJA	Guarabira
ACELP	Taperoá	CATOLEITE	Catolé do Rocha
GRUPIARA	Taperoá	LUTTY	Sousa
COLEITE	Sousa	MILA	Diamante
DIRSE	Sousa	LEITE DA SERRA	Patos
MAX MILK	Paulista	CREMOSINN	Santa Rita

Fonte: GOPAS/EMPAER: Julho de 2019. OBS.: Há três Empresas na PB que não estão participando do Programa: BETÂNIA (Santa Rita-PB); ISIS (Sousa-PB); e, LEBOM (Campina Grande).

Quadro 10: Nº de Queijeiras por município/Região Administrativa da EMPAER: 2019

Quadro 10: Nº de Queijeiras por município/Região Administrativa da EMPAER: 2019						
Região	Município/Cidade	Queijeiras	Região	Município/Cidade	Queijeiras	
Serra Branca	São João do Cariri	7	Serra Branca	Apipicuns	4	
	Sousa	3		Lagoa	1	
	São João do Tigre	150		Montezempires	1	
	Belém	4		Santa Helena	1	
	Campina	11		Sousa	20	
	Serra Branca	3		São Francisco	1	
	Passagem	1		São João do Egito/Passagem	1	
	Zabala	1		Subtotal	07	44
Serra Branca	Montezempires	3	Lagoa	1		
Campina Grande	São José de Princesa	35	Campina Grande	Boa Vista	5	
	Desterro	17		Campina Grande	1	
	Processos Indus	24		Desempalme	2	
	Trovoá	6		Campina	2	
	Imaculada	3		Crochinhos	2	
Subtotal	05	83	Assaí	2		
Pombal	São Vicente do Serido	16	Pombal	Crochinhos	2	
	Fazenda João	24		Crato Branco	2	
	Solidade	5		Subtotal	08	16
Subtotal	05	42				
Patos	São José do Subúrbio	3	Patos	Castanho	3	
	Quissabe	2		Cajazeirinha	2	
	Matão	3		Lagoa	1	
	Santa Teresinha	3		Pombal	22	
	São Mateus	5		São Bonifácio	3	
	Santa Helena	3		Pombal	24	
	Viçosa	3		Cassipora	3	
Subtotal	07	20	São Estanislau	4		
Catolé do Rocha	Usoa Susseno	1	Catolé do Rocha	Tacimém	2	
	União dos Cruzes	5		Lagoa	1	
	Conde do Rio Preto	2		Montezempires	24	
	Fazenda	1		Pilar	11	
	São João do Rio Preto	15		Mogiana	1	
	São Bento	1		São José dos Ramos	1	
	Baldim do B. do Cruz	15		Salgado de São João	1	
	Subtotal	07		41	São Miguel de Taíba	1
Bom Jardim	Campina	2	Bom Jardim	Campina	1	
	Engenheiro	2		Subtotal	09	31
	Aguiar	1		Arara	2	
	Francisco	3		Subtotal	01	7
	Limoeiro	2		Cajazeiras	2	
Subtotal	06	13	Bom Jardim	1		
Cajazeiras	Boqueirão	2	Cajazeiras	Cajazeiras dos Índios	2	
	Boqueirão	2		Santa Helena	1	
Subtotal	04	4	Subtotal	04	7	
Campina	Engenheiro	1	Lagoa	2		

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cadeia Produtiva do Leite possui forte significância no cenário da AF, bem como das políticas públicas para o desenvolvimento do campo, o que amplia e fortalece as relações que esse espaço mantém com a cidade, no fornecimento de alimentos, dentre outras atividades que se desenvolvem nesses dois espaços. Os dados apresentados demonstram a necessidade de ampliação das políticas públicas em função da importância do leite para os que produzem e, os que o consomem, sobretudo, para os que se situam no limiar da insegurança alimentar e nutricional. Há que se investir em tais políticas e programas, de tal modo que se propague o crescimento do segmento da Agricultura Familiar, de uma maior infraestrutura para ATER e pesquisa como formas de qualificar a produtividade e a eficiência da cadeia produtiva, bem como melhorar a gestão das entidades da AF, incentivo à evolução tecnológica em condições mais seguras e sustentáveis em seus aspectos multidimensionais.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, P. F. Concorrência no Agribusiness. In: ZYLBERSZTAJN, D & NEVES, M. F. (Coord.) **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. 1. ed. São Paulo, Pioneira Thomson Learning: 2005.
- BRASIL. **Redes Temáticas de ATER**. *Cartilha MDA*. Brasília: 2007.
- BRASIL. **Rede Temática do Leite**. *Cartilha MDA*. Brasília: 2008.
- BRASIL. **PAA Leite - Jan a Dez de 2017**. Brasília: 2017.

BRASIL. Comunidades MDA. *Redes Temáticas de ATER Cadeia do Leite*. Brasília: 2008.

EMPAER. **RIMA Julho de 2019**. GOPAS/EMPAER. Cabedelo: 2019.

EMBRAPA GADO DE LEITE. **Kit do Ordenhador**. Juiz de Fora - MG: 2004.

PARAÍBA. **PAA Leite 2018; 2019**. SEDH, João Pessoa – PB: 2019.

CAPÍTULO 3

ALGODÃO ORGÂNICO NA PARAÍBA

Ailton Francisco dos Santos
Cristiano Campello Cavalcante
Maysa Gadelha

INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de algodão, sendo a produção concentrada na região Centro-Oeste do país, obtendo a cada ano recordes de produtividade. O Agronegócio, através de grandes proprietários de terra e uso de diversos insumos agrícolas, domina a produção nacional de algodão.

A Paraíba liderou por muitos anos a produção nacional de algodão, sendo um grande polo algodoeiro. Algumas cidades paraibanas, a exemplo de Campina Grande, teve seu desenvolvimento ligado diretamente à esta cultura. O algodão faz parte do acervo cultural e das lembranças do povo paraibano. Diversos fatores dentre eles a praga do Bicudo, dizimou a produção em todo o Estado. O declínio do algodão na Paraíba teve início da década de 1980, mas em 1999 houve um tímido ressurgimento da cultura, e a partir da década de 2010 o algodão vem tomando um espaço considerável.

Algumas entidades como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), empresas privadas, Cooperativas, e a Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regulamentação Fundiária (EMPAER) vem trabalhando maneiras para a introdução do algodão em áreas da agricultura familiar.

A concorrência nordestina com a produção de algodão da região Centro-Oeste é desigual, no Agronegócio empregam-se grandes maquinários, tecnologia de ponta, atingindo altas produtividades. Mas a produção de um algodão orgânico, por pequenos agricultores familiares, traz o foco para um mercado específico, que busca um produto ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável. Esse algodão produzido organicamente por pequenos e médios agricultores familiares da Paraíba, é um produto de qualidade, com menos sujeiras na pluma, sem uso de produtos químicos, e com forte apelo social, isso representa um novo nicho de mercado, onde diversas empresas do ramo têxtil têm interesse no produto. Assim o algodão orgânico produzido no Estado da Paraíba, é um produto específico, com comercialização garantida, e uma demanda considerável por parte do mercado consumidor.

O presente trabalho tem como objetivo, descrever o processo de produção orgânica do algodão consorciado, em propriedades de agricultores familiares no Estado da Paraíba.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O Projeto Algodão Paraíba iniciou-se em 2016 através da parceria entre a antiga Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER – PB), hoje EMPAER, EMBRAPA, a Cooperativa de Produção Têxtil e Afins do Algodão da Paraíba (Coopnatural) e a empresa de fabricação de fios de algodão Norfil S.A.

Antes de 2016 já existia produção de algodão orgânico no Estado em áreas de agricultores familiares, a EMBRAPA, cooperativas e entidades não governamentais atuaram na organização, incentivo ao cultivo e assistência técnica especializada no assunto. Sendo o algodão colorido o tipo mais cultivado, pouco ou quase nada se tinha do algodão orgânico branco.

Após reuniões e parceria firmada entre as entidades a partir de 2016, a antiga EMATER-PB assumiu a articulação dando início a um projeto ambicioso, com grande chance de sucesso, juntando a experiência da EMBRAPA e CoopNatural com algodão orgânico, o interesse de uma grande empresa em comprar a produção, e a capilaridade e trabalho que a EMATER-PB tinha com agricultores familiares de todo o Estado.

O objetivo principal do Projeto Algodão Paraíba foi produzir algodão branco, orgânico e consorciado com outras culturas, em diferentes regiões do Estado. A EMATER-PB fez a seleção dos agricultores interessados em participar do projeto, dando a assistência técnica necessária especializada no cultivo consorciado e orgânico. A EMBRAPA disponibilizou as tecnologias desenvolvidas através de anos de pesquisa com algodão, especialmente com cultivares e variedades de sementes adaptadas a região. A Norfil S.A ficou responsável em comprar toda a produção de algodão orgânico produzido. E a Coopnatural ajudou na articulação e logística do projeto.



Figura 01. Reuniões em 2016 com representantes da EMATER-PB, EMBRAPA, Norfil e CoopNatural para criação do Projeto Algodão Paraíba. Fonte: arquivo EMPAER

Para implantar o projeto a antiga EMATER-PB desenvolveu uma metodologia de trabalho que foi empregada em todas as regiões do Estado, apresentando as seguintes etapas:

1ª Etapa. Apresentação do Projeto Algodão Paraíba - Momento de sensibilização e motivação dos agricultores, como dos gestores municipais e suas secretarias, é explicada toda a metodologia, como se dá a implantação do projeto no

município, quais os potenciais parceiros e como eles podem colaborar, assim como a importância da organização de produtores e suas formas cooperativistas. É debatido o preço de mercado do algodão em rama e sua composição, seguindo de discussões. Alguns apoios já ficam pré-estabelecidos, como a exemplo do preparo de solo pelas Prefeituras Municipais e apoio na logística da colheita. Essa etapa acontece três meses antes do início do período chuvoso na região.

2ª Etapa. Identificação e cadastramento dos agricultores, e suas áreas da produção - Identificação e cadastramento das famílias agricultoras e produtores rurais e suas respectivas áreas de produção, é importante a formação de grupos de uma mesma comunidade, o que facilitará a assistência técnica e a dinâmica de grupo. Nessa etapa faz necessária uma visita do técnico para observação e avaliação da área de plantio, destacando suas condições edafoclimáticas, acesso e potencial ambiental no seu entorno. A segunda etapa acontece quinze dias após a primeira.

3ª Etapa. Reunião com a equipe Regional da EMPAER – A terceira etapa acontece na semana seguinte a segunda, nessa etapa é feita a reunião de nivelamento e planejamento das atividades com a equipe técnica das Gerências Regionais da EMPAER. Na oportunidade acontece a entrega das sementes as Gerências Regionais, para distribuição as Gerências Locais, em seguida os técnicos das Gerências Locais distribuírem as sementes com os agricultores participantes do projeto.

4ª Etapa. Reunião de formalização dos contratos de compra e venda – Nessa etapa acontece a assinatura dos contratos firmados entre a Norfil S.A e agricultores familiares participantes do projeto e entrega das sementes, a quarta etapa acontece quinze dias antes do início do período chuvoso.

5ª Etapa. Distribuição de material didático e de acompanhamento - Entrega de Material aos técnicos e agricultores (Cartilha, caderneta de campo, manual de pragas e de inimigos naturais, algumas receitas de defensivos naturais). Acontece simultaneamente a 4ª etapa.

6ª Etapa. Capacitação Inicial em Manejo Agroecológico do Algodão - São abordados os princípios da agroecologia e como eles podem ser usados na cultura do algodão. Realizadas algumas práticas, a exemplo da produção de defensivos naturais, biofertilizantes, e temas como identificação de pragas e doenças e seus controles naturais. Imediatamente após a 4ª etapa.

7ª Etapa. Identificação das Unidades de Referência - Identificação e seleção das unidades de referência. Dependendo do tamanho dos grupos de produção pode ser selecionada mais de uma. Nessas unidades serão feitos o acompanhamento do plantio, manejo do algodão e assistência técnica coletiva, e feita uma semana após a etapa anterior.

8ª Etapa. 1ª assistência técnica coletiva em campo - Manejo e conservação do solo, coleta de amostra para análise físico-química. Marcação e plantio da área de acordo com o arranjo produtivo definido. Feita no início do período chuvoso.

9ª Etapa. 2ª assistência técnica coletiva em campo - Capacitação e orientações a respeito dos tratos culturais e manejo da cultura. Acontece vinte dias após a germinação da cultura do algodão.

10ª Etapa. 3ª assistência técnica coletiva em campo - Monitoramento, controle de pragas e doenças. Oficina para

produção de defensivos naturais e biofertilizantes, a terceira assistência técnica em campo acontece trinta dias após a germinação do algodão.



Figura 02. Assistência Técnica coletiva em unidade de referência. Fonte arquivo EMPAER.

11ª Etapa. 4ª assistência técnica coletiva em campo - Acompanhamento, orientações sobre tratos culturais e monitoramento de pragas e doenças. Cinquenta dias após a germinação do algodão.

12ª Etapa. 5ª assistência técnica coletiva em campo - Acompanhamento, orientação sobre tratos culturais e monitoramento de pragas e doenças. Setenta dias após a germinação do algodão.

13ª Etapa. 6ª assistência técnica coletiva em campo - Orientações sobre a colheita e armazenamento e a destruição de restos culturais (soqueira). Entrega de sacaria para armazenamento. Acontece cem dias após a germinação.

Após as treze etapas do Projeto Algodão Paraíba (PAP), é feita a colheita do algodão, a sacaria é doada pelo projeto, bem como o transporte do algodão da propriedade até a indústria de beneficiamento.

Outro importante benefício do PAP é a certificação orgânica, os custos da certificação são do projeto. A certificação é feita pelo Instituto Biodinâmico (IBD), os técnicos do IBD vistoriam aleatoriamente propriedades dos agricultores em todas as regiões do Estado. Desde a primeira etapa do PAP, até a última etapa que é a da colheita, os agricultores recebem todas as orientações necessárias para o cultivo orgânico, seguindo rigorosamente as normas e legislação vigentes.

RESULTADOS

O Projeto Algodão Paraíba, iniciou-se em 2016 em apenas 08 municípios paraibanos, com 60 famílias de agricultores, plantado cada família 01 hectare, a produção desse ano foi de 11.530 kg de algodão em rama (em caroço). (Quadro 01). Os números tímidos se explicam, devido, ao cuidado em escolher apenas agricultores realmente interessados no cultivo, a preocupação em não cultivar grandes áreas, por causa da propagação da praga do Bicudo. E também o primeiro ano serviu de estudo de viabilidade do projeto.

A partir do segundo ano do Projeto, houve aumentos nos números de totais de produção (Quadro 01). O número de famílias aderidas saiu de 60 no ano anterior para 128 em 2017, a quantidade de municípios participantes aumentou de 8 para 21, um aumento de 162%, a área plantada dobrou, de 60 para 128 hectares. E a produção atingiu 35.904 kg de algodão orgânico. No segundo ano o projeto teve números mais significativos, passado o estudo preliminar, e visto a possibilidade de crescimento ser necessário, a EMPAER junto com parceiros, expandiu o projeto para mais regiões, atingindo maior número de municípios, conseqüentemente mais famílias de agricultores e maior área plantada, o que influenciou no aumento da produção do algodão.

Em 2018, conforme Quadro 01, houve uma diminuição do número de famílias aderidas ao projeto, e na área plantada, e um aumento no número de municípios participantes, mesmo com a diminuição da área plantada, a produção aumentou e chegou a 52.875 kg de algodão, um aumento de 47,26%. No terceiro ano do projeto foram identificados alguns problemas, como a descontinuidade das famílias de agricultores. Ficou evidente que, o cultivo isolado do algodão, muitas vezes não atingia as perspectivas do agricultor. Agricultores que pagavam mão-de-obra também tiveram dificuldades. Ou seja, o algodão obteve mais sucesso, quanto cultivado em consórcio com outras culturas e a mão-de-obra empregada era da própria família. O objetivo do projeto era exatamente o cultivo de algodão em consorcio, utilizando mão-de-obra familiar, embora alguns agricultores participantes do projeto tenham plantado o algodão isolado, e empregado mão-de-obra de fora do núcleo familiar.

Até o fechamento desse artigo, não se tinha dados finais da produção do algodão para o ano de 2019, os dados preliminares estão no Quadro 01. 2019 está sendo um grande ano para o Projeto Algodão Paraíba, houve aumentos em todos os parâmetros do Quadro 01. O número de municípios participantes do projeto quase dobrou, saiu de 25 para 40, a área plantada atingirá os 200 hectares, e número de agricultores, deve passar dos 200. A produção alcançará facilmente os 200.000 kg de algodão orgânico. Toda a safra de algodão do ano de 2019 será certificada como orgânica com selo IBD.

Quadro 01. Dados do Projeto Algodão Paraíba, nos anos de 2016 a 2019, famílias de agricultores, municípios participantes, hectares plantados e Produção do algodão no Estado da Paraíba.

Ano	Número de Família de agricultores	Municípios participantes	Área plantada em hectare	Produção em (kg)
2016	60	8	60	11.530
2017	128	21	128	35.904
2018	114	25	114	52.875
2019 *	200*	40	200*	200.000*

Fonte EMPAER. *Estimativas para 2019

Os anos de 2016, 2017 e 2018 foram anos secos, com médias pluviométricas bem abaixo da média anual em todo o Estado da Paraíba. A estiagem é uma das explicações para as baixas produções de algodão, e pequena adesão de agricultores nos primeiros anos do projeto.

Em 2019, embora seja um ano ainda considerado seco, a região do sertão do Estado teve o período chuvoso regular, com índices pluviométricos acima da média anual (Figura 04), o que contribuiu para o sucesso do projeto. As 200 toneladas de algodão que serão colhidas nesse ano, quase 100% virá da Mesorregião do Sertão paraibano. A região 02 do Estado que abrange as Mesorregiões da Borborema e Agreste tiveram período chuvoso tardio, o que prejudicou o plantio e cultivo do algodão nessas Mesorregiões.

Houve aumento na produtividade do algodão no decorrer dos anos do projeto (Figura 03). 2016 a produtividade foi de 192,17 kg/ha, subindo para 280,50 kg/ha em 2017, e atingindo 463,82 kg/ha em 2018. A estimativa de produtividade para 2019 é de 1.000,00 kg/ha de algodão orgânico certificado com selo IBD. Assistência técnica presente e atuante, agricultores mais conscientes e receptivos

as informações e aplicabilidade das técnicas, variedade de sementes mais produtivas, aliado ao aumento da precipitação do decorrer dos anos no Estado da Paraíba (Figura 04) auxiliaram no aumento da produtividade do algodão.

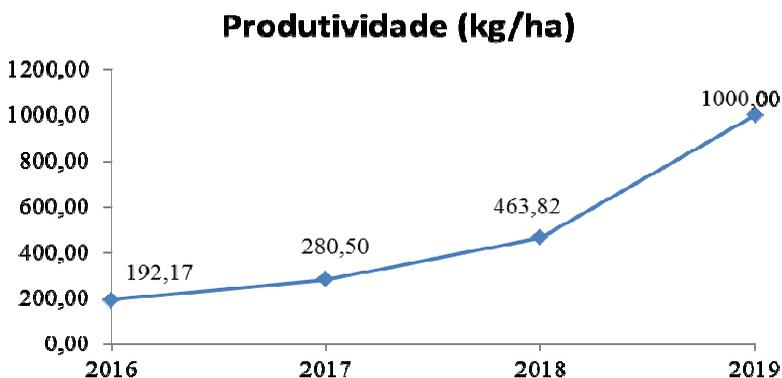


Figura 03. Produtividade do algodão orgânico do Projeto Algodão Paraíba, nos anos de 2016 a 2019. Fonte: EMPAER

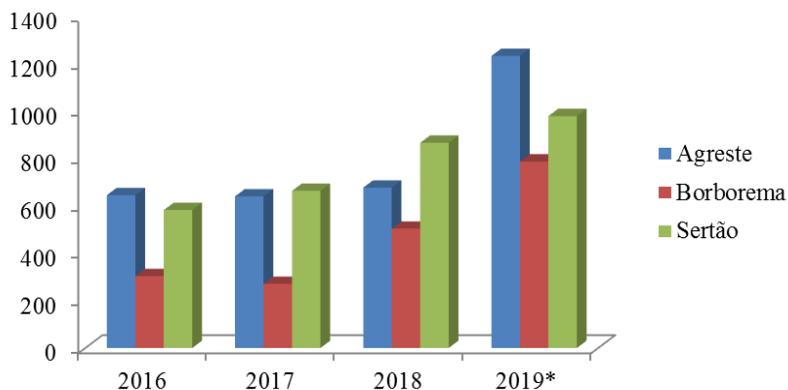


Figura 04. Precipitação média anual em milímetros, dos anos de 2016 a 2019, em três Mesorregiões do Estado da Paraíba (Agreste, Borborema, e Sertão). * precipitação de 2019 até o mês de agosto de 2019. Fonte: AESA

Uma das finalidades do Projeto Algodão Paraíba é gerar renda e qualidade de vida para os agricultores familiares aderidos ao projeto. Sendo o algodão uma cultura complementar que gera renda extra a família, o cultivo em consórcio permitir variedade de cultivo, e rendas diferenciadas. O agricultor continua com suas atividades tradicionais de cultivo e inseri a cultura do algodão dentro de seu arranjo produtivo.

O agricultor vendeu o kg do algodão em caroço através de um contrato de compra e venda, assinado entre a Empresa Norfil S.A e o agricultor familiar, o preço do produto ficou em R\$ 2,40 o kg, sendo que o agricultor recebeu as sementes, a sacaria, o transporte e a certificação com completo do preço do algodão em rama (em caroço).

O agricultor entrou com o trabalho para cultivar o algodão dentro de seu arranjo produtivo, fez os tratamentos culturais necessários a cultura com acompanhamento técnico da EMAPER. As sementes recebidas para plantio foram provenientes da EMBRAPA Algodão, oriundos de pesquisas, sementes selecionadas e de qualidade, nos anos de 2016 a 2018 foram plantas as variedades BRS Aroeiras e BRS 187 8H e em 2019 plantou-se a variedade BRS 286, material genético mais recente, com altas produtividades.

A sacaria para colheita e armazenamento do algodão, junto com o transporte e a certificação orgânica estão incluídas nas obrigações contratuais por parte da Norfil S.A. A empresa Norfil comprou toda a produção de algodão do Projeto Algodão Paraíba de 2016 a 2019, mediante assinatura de contrato entre as partes.

Em 2016 as famílias de agricultores cadastrados no projeto receberam pela venda do algodão R\$ 27.672,00, renda extra no bolso do agricultor, esse valor subiu para R\$ 86.169,60 em 2017, e atingiu em 2018 o valor de R\$

126.900,00. A previsão para 2019 é de R\$ 480.000,00. (Figura 05).

Quase meio milhão de reais investidos na agricultura familiar em um único ano, o somatório dos 04 anos do projeto equivale a um valor de R\$ 720.741,60 uma renda extra e direta paga ao agricultor sem burocracia. O pagamento é feito mediante emissão de nota fiscal, e em até 48 horas após a apresentação da nota, o agricultor recebe o valor em sua conta bancária.

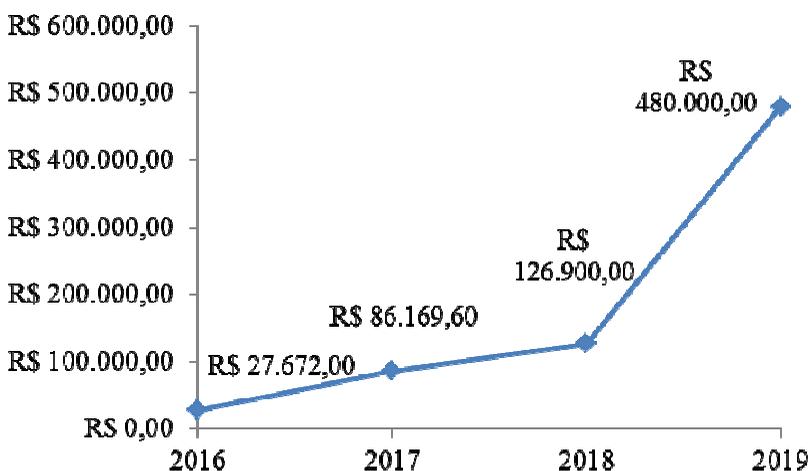


Figura 05. Pagamento em reais feito a agricultores familiares cadastrados no Projeto Algodão Paraíba, mediante venda do algodão orgânico branco a empresa Norfil S.A. Entre os anos de 2016 a 2019 no Estado da Paraíba. Fonte: EMPAER

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Algodão Paraíba iniciou um debate importante sobre o ressurgimento da cultura do algodão no Estado da Paraíba. Focou na produção orgânica, e conseguiu

um produto de qualidade, sem emprego de produtos químicos, com um mercado garantido e uma demanda crescente.

Vem gerando renda e melhorando a qualidade de vida das famílias inseridas no projeto. Em 04 anos conseguiu injetar mais de R\$ 720 mil reais na economia dessas famílias, trazendo dignidade e renda extra.

O algodão colhido manualmente é um produto de melhor qualidade, menos sujeiras, mais limpo, com melhor aceitação pela indústria de beneficiamento. No projeto toda a colheita do algodão é manual, feita pelos membros da família, isso representa ganhos para a empresa compradora que tem um produto de qualidade superior.

A Paraíba produziu em 04 anos do projeto mais de 300 mil kg de algodão branco e orgânico, se tornando um dos maiores produtores desse tipo de algodão da América Latina.

O Projeto Algodão Paraíba apresentou uma metodologia específica e eficiente de Assistência Técnica e Extensão Rural que pode ser adotada pela EMPAER, e outras entidades públicas ou particulares da área, em diversas atividades rurais.

O projeto fez surgir um mercado que busca um algodão orgânico, branco e de qualidade, diversas empresas mostram-se interessadas em atuar e comprar o algodão produzido por agricultores familiares da Paraíba dentro do enfoque e metodologia trabalhados até o momento.

CAPÍTULO 4

ENRAIZAMENTO E COMBATE À POBREZA RURAL NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: UMA EXPERIÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO QUILOMBO TABACARIA

João Rafael Gomes de Moraes

INTRODUÇÃO

No Brasil uma parcela significativa de estabelecimentos rurais camponeses (familiares), de comunidades indígenas e quilombolas estão circunscritos na região semiárida nordestina, sendo das regiões deste tipo, a mais habitada do mundo. Devido a um conjunto de fatores, sejam eles, fundiários, sociais, econômicos, ambientais, tecnológicos e políticos, fizeram com que essas populações rurais possuíssem baixos indicadores de educação, produtividade e renda, propiciando assim, as condições favoráveis para reprodução de quase a metade da pobreza rural existente em nosso país.

De certa maneira essas populações sofrem o bloqueio de suas potencialidades, em graus e maneiras distintas, orquestrado principalmente pelas forças dominantes na agricultura, no meio rural e pelo conjunto da sociedade brasileira (WANDERLEY, 2017, p. 66). Esse bloqueio é potencializado principalmente por dois fatores, o primeiro é o ambiental, a região é caracterizada pela existência de solos rasos e alcalinos, alta insolação, deficiência hídrica e secas periódicas. O segundo fator é o socioeconômico, com uma estrutura fundiária altamente concentrada, onde grande parte da população rural habita e produz em minifúndios (ou através de relações precárias de acesso à terra), com baixo grau de

escolaridade, relações de gênero desiguais, ausência de capital (investimento e custeio) e recursos hídricos, com uso de tecnologias de produção inapropriadas, inseridos em mercados locais restritos (SILVA; COSTA, 2014, p. 950). Esses elementos contribuem para formatação de um quadro de insegurança sistêmica (alimentar, hídrica, laboral e renda) para essas famílias rurais, provenientes tanto por fatores sofridos “da porteira para dentro” como por fatores sofridos “da porteira para fora”. Por esses motivos Buainain e Garcia (2013, p. 133) afirmam que o contexto local influencia e delimita o universo e as estratégias de geração de receitas (agrícolas e não-agrícolas), bem como, das condições de produção e comercialização de seus produtos e serviços.

A região semiárida nordestina cristaliza uma das mais relevantes desafios para o desenvolvimento rural da (pós) modernidade, muito bem colocado por Wanderley (2000, p. 113), quando aponta para a necessidade de se inserir plenamente os espaços e as populações rurais empobrecidas na dinâmica econômica e social moderna, assegurando concomitantemente, a preservação dos recursos naturais como um patrimônio de toda a sociedade.

Na atualidade muitos/as pesquisadores/as do meio rural brasileiro avaliam que um dos possíveis caminhos a serem percorridos para a dinamização das economias de base familiar no meio rural pode se dar através da adoção de uma abordagem calcada no processo de “construção de mercados” (MALUF, 2004, p. 305), privilegiando a constituição de circuitos (sistemas) curtos de produção, distribuição e consumo de alimentos e serviços diferenciados em âmbito comunitário, local e regional, como parte integrante da concepção de formação de sistemas alimentares descentralizados (SAD) como estratégia de soberania e segurança alimentar e nutricional (MALUF; LUZ, 2017a, p. 215). Essa perspectiva busca aproximar os produtores e os consumidores locais e

regionais, busca diminuir custos e melhorar a qualidade dos produtos e serviços, busca valorizar o saber local e aproveitar as vantagens comparativas ambientais e territoriais. De certa maneira a abordagem sugere que os empreendimentos de base familiar no meio rural brasileiro sejam fomentados e organizados a partir de dinâmicas *enraizadas* (*embeddedness*) em relações (e aptidões) socioculturais que valorizem sua localidade, tradição, origem, natureza e o seu modo de produção, sendo esses seus maiores apelos comerciais (NIEDERLE, 2009, p. 7-8).

No Brasil essa chave analítica tem contribuído para o aperfeiçoamento de nossa compreensão sobre os fenômenos que envolvem a agricultura familiar e o desenvolvimento rural, no que diz respeito, aos circuitos curtos e os mercados alternativos agroalimentares (WILKINSON, 1999; NIEDERLE, 2009; DAROLT, 2013; TRICHES; SCHNEIDER, 2015), aos processos agroindústrias familiares e as dinâmicas de agregação de valor de produtos artesanais (WILKINSON, 2002; MALUF, 2004), na geração de serviços diferenciados e no desenvolvimento local/territorial de municípios de médio e pequeno porte no interior do país (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012; MORAES, 2016) nas ações de combate à inflação e promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional (MALUF; LUZ, 2017a; MALUF, 2017b) . O principal esforço deste estudo é averiguar como essa abordagem pode contribuir no processo de fomento, organização e gestão de empreendimentos e negócios rurais que visem gerar trabalho e renda em comunidades rurais e tradicionais com alto índice de pobreza, insegurança alimentar e hídrica.

É dentro deste contexto que se insere este artigo cujo objetivo é analisar a dinâmica de desenvolvimento local em curso na Comunidade Quilombola Povoado Tabacaria (Quilombo Tabacaria) sobre o prisma da construção de

circuitos curtos agroalimentares e de serviços turísticos através do enraizamento de empreendimentos de economia solidária constituídos a partir das identidades (potenciais) socioculturais, ambientais e territoriais.

METODOLOGIA

Conforme dados oficiais, o Quilombo Tabacaria é uma das comunidades rurais mais precárias do Estado de Alagoas (ALAGOAS, 2015, p. 18) sendo composta por 89 famílias localizado no município de Palmeira dos Índios. Por este motivo, o estudo calçou sua metodologia com base nos preceitos da pesquisa-ação a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando diferentes instrumentos (reuniões, visitas técnicas, entrevistas, oficinas temáticas) de coleta dos dados para construção do plano de ação. Para Thiollent (1985, p. 14 apud GIL, 1989, p. 48) a pesquisa-ação é “realizada em estreita associação com uma ação, ou com a resolução de problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. A participação do pesquisador dentro deste contexto se deu por intermédio do Instituto Nordestino de Cidadania e Moraria Popular (HABITAR) que desde de 2014 até a presente data vêm desenvolvendo um plano de ação em conjunto com os componentes do Quilombo Tabacaria visando o desenvolvimento local/territorial, de certo modo, configurando-se numa pesquisa-ação com caráter de assistência técnica e extensão rural.

Este trabalho toma como referência o roteiro (as etapas) sugerido por Mckay e Marshall (2001 apud COSTA, POLITANO; PEREIRA, 2014, p. 897-898) para sistematização dos dados através do método da pesquisa-ação. Deste modo, o estudo está estruturado em três partes. A primeira é composta

por essa introdução, na segunda parte (resultados e discussão) discorreremos sobre os seguintes pontos: (a) breve resgate histórico do Quilombo Tabacaria e seus problemas centrais; (b) construção participativa do Plano de Ação e dos projetos de desenvolvimento local; (c) compartilhamento de responsabilidades, execução, monitoramento, avaliação das ações previstas pelo plano de ação; (d) Apresentação dos principais resultados alcançados e dos principais desafios a serem enfrentados. Na parte final do estudo realizamos as considerações gerais sobre a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quilombo Tabacaria é um dos exemplos mais cristalinos da obra da desigualdade e da desatenção das políticas públicas brasileiras para com os estratos mais empobrecidos de nossa população. Segundo Costa (2015, p. 02) o quilombo está inserido geograficamente na região onde no século XVII e XVIII orbitou os “Mocambos dos Palmares”, onde a Serra da Barriga (em União dos Palmares) possuía centralidade política e estratégica*. A pesquisadora cogita a possibilidade de que as famílias quilombolas de Tabacaria possam ser descendentes diretas dos mocambos palmarinos, se vinculando a uma história de resistência e luta de mais de 300 anos. Após a morte de Zumbi, houve um relativo o arrefecimento da perseguição sobre os quilombos na época colonial, o que levou as famílias remanescentes a construir seus espaços de pertença e produção, no entanto, elas foram sofrendo pressões gradativas proveniente da expansão da pecuária extensiva desenvolvida pelos fazendeiros. A expansão das áreas de pastagem ensejou um conjunto de conflitos (violentos e não-violentos) entre a comunidade e os

* A distancias em linha reta entre os municípios de União dos Palmares e Palmeira dos Índios é de 72 km.

fazendeiros, com o passar dos anos as famílias quilombolas ficaram sem terra para residir e muito menos para produzir sua lavoura.

Em 2004 houveram as primeiras mobilizações da Associação da Comunidade Quilombola Povoado Tabacaria reivindicando o reconhecimento como comunidade remanescentes de quilombo. Em 2005 a comunidade foi certificada pela Fundação Palmares, porém, em contrapartida, os fazendeiros aumentaram as ameaças de expulsão das famílias, que residiam naquele momento residiam em barracos de lona armados na beira da estrada. Em resposta as famílias quilombolas acamparam em frente a Fazenda Condic e Fazenda Boa Vista, terras essas que foram historicamente ocupadas por seus ancestrais. Nos anos de 2007 e 2008 ocorre os tramites legais para reconhecimento e demarcação do território, culminando em 2009 com o decreto de desapropriação de 410 hectares[†] pelo então Presidente Luiz Inácio da Silva. As resistências, os desafios e as condições de vida da comunidade nesse período foram abordadas em alguns estudos acadêmicos, uns de maneira mais tangencial, outros de forma mais aprofundada (CHASIN, 2009; MARQUES; MENDES; SILVA, 2012; VIEIRA, *et tal*, 2013; LUSA, 2014).

Costa (2015, p. 05) coloca que em 2007 cerca de 70% dos quilombolas dependiam da renda oriunda do Programa Bolsa Família para sobreviver. As rendas externas obtidas fora de suas unidades produção (prestação de serviços e mendicância) não geravam rendimentos suficientes para reprodução de seus familiares. A pesquisadora pondera que as pessoas da comunidade tinham um baixo nível de educacional formal, entretanto, elas possuíam um amplo repertório de saberes tradicionais vinculados a sua história e trajetória

[†] Segundo o Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA) o módulo fiscal no município de Palmeira dos Índios é 35 hectares, ou seja, 410 dividido por 89 famílias chegamos ao resultado de 4,60 hectares por família em média.

(histórias, cantos e loas, conhecimento sobre fiação do algodão, artesanato, manipulação de ervas medicinais e manifestações culturais próprias - o reisado e a banda de pífano). Esses fatores fazem com que as famílias quilombolas não tenham uma relação meramente mercantil com a terra, para elas a natureza é um território de vida e de memória. Segundo o Governo do Estado de Alagoas (2015, p. 18) em 2014 das 89 famílias quilombolas, cerca de 31 residiam em casas de lona, as demais famílias residiam em casas de taipa e/ou alvenaria precária.

De maneira geral, a comunidade não possuía infraestrutura e nem acesso a serviços públicos básicos: energético (a maioria das residências tinham ligação clandestina de energia), hídrico (existia apenas um poço artesiano desativado, pequenos barreiros, dois açudes e o abastecimento esporádico de carros pipas), sanitário (a maioria das pessoas faziam suas necessidades fisiológicas na vegetação local), produtivo (famílias descapitalizadas e sem tecnologias apropriadas para iniciar negócios rurais - agrícolas e pecuários), creditício (as famílias não tinham acesso a linhas de crédito) documental (a maioria não possuía Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP). Esse conjunto de elementos acima citados propiciavam as condições ideais para a reprodução da pobreza e da exclusão social das pessoas e da comunidade dentro do contexto local e regional.

De certo modo após o decreto de reconhecimento do território quilombola em 2009, ocorreu um “esfriamento” da capacidade de mobilização dos/as associados/as do Quilombo Tabacaria. Seu universo de parcerias estava limitado a Fundação Palmares e ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Naquele momento nem o governo municipal e nem o governo estadual mostraram-se sensibilizados com as demandas latentes da comunidade por habitação, alimentação, produção, saúde, transporte e renda.

No início do segundo semestre de 2014 tivemos o primeiro contato com as lideranças da Associação do Quilombo Tabacaria. Deste então iniciamos um trabalho de organização social através de reuniões, visitas técnicas e oficinas temáticas junto as 89 famílias. Nesses eventos foram definidos e discutidos os principais problemas que afligiam a comunidade (de maneira mais direta e imediata), a saber: 1) Construção de 89 unidades habitacionais; 2) Implantação de projeto para geração de trabalho e renda para a comunidade. Naturalmente existiam outras demandas, mas por ordem de prioridade e necessidade o conjunto das famílias definiram esses dois pontos como os objetivos centrais a serem perseguidos.

Em seguida, construímos participativamente o Plano de Ação comunitário, onde definimos participativamente dois objetivos: I) construção de 89 unidades habitacionais; II) implantação de projeto para geração de trabalho e renda para a comunidade. O compartilhamento de responsabilidades entre o Instituto HABITAR e os dirigentes da Associação do Quilombo Tabacaria ficou nos seguintes termos. A HABITAR ficaria responsável pela parte técnica, ou seja, pela parte de elaboração dos projetos de habitação e de empreendedorismo rural. A Associação da comunidade ficaria responsável pelo processo de diálogo e mobilização das forças políticas (Governo do Municipal, Estadual e Federal, Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais). Considerando os recursos limitados disponíveis de ambas as partes, acordamos que os esforços iniciais focariam na captação de recursos (políticas públicas) para resolução da questão habitacional da comunidade. Entre as opções disponíveis, identificamos o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O relato desta linha do Plano de Ação (habitação) será objeto de outro estudo,

agora nos deteremos especificamente no projeto de geração de trabalho e renda no quilombo.

O empreendedorismo rural tem como objetivo enraizar novas práticas socioeconômicas, desta forma, as discussões iniciais com a comunidade sobre o projeto apontavam para três metas. A primeira meta era ampliar o cardápio alimentar das famílias do quilombo, ou seja, criar mecanismos de segurança alimentar. A segunda meta era implantar empreendimentos agropecuários com base agroecológica e/ou orgânica, por considerar que essas técnicas produtivas são mais adaptadas as condições climáticas e econômicas da comunidade. A terceira meta era valorizar a cultura local como insumo estratégico para geração de trabalho e renda no quilombo. Essa valorização se daria através da promoção da gastronomia e do turismo rural (como forma de promover o uso sustentável dos potenciais históricos, paisagísticos e ambientais do quilombo) tendo como maiores atrativos as manifestações culturais (artísticas) e a trilha histórica-ecológica existente na comunidade. Porém, a realização dessas pretensões não seria tarefa fácil, a situação de extrema exclusão social, a quase inexistente de esteio econômico, conciliada à frágil estrutura produtiva da comunidade, nos levou a focar esforços no processo de captação de recursos não reembolsáveis para financiamento do projeto produtivo, motivado principalmente pela inexistência de capacidade de pagamento das famílias quilombolas junto a qualquer linha de crédito (convencional ou subsidiada).

No dia 05 de junho de 2017 o Fundo Socioambiental da Caixa publica o edital de Seleção de Projetos de Desenvolvimento e Cidadania 01/2017 disponibilizando o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para investimento em 20 (vinte) projetos sociais. Em diálogo com a direção da associação do quilombo foi definido que o projeto socioproductivo teria como foco as mulheres da comunidade. Após mobilizar as mulheres interessadas em participar do

projeto, definimos conjuntamente os três eixos de ação da proposta: I) Produção de alimentos saudáveis e segurança alimentar; II) Valorização das identidades culturais e patrimônio socioambiental; III) Fomento às iniciativas e empreendimentos de economia justa e solidária.

A partir dessas diretrizes a equipe da HABITAR elaborou o Projeto intitulado “Mulheres Quilombolas e Identidades Culturais: Implantação e Gestão de Empreendimentos e Sistemas Financeiros Solidários como Estratégia de Promoção da Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional, Geração de Trabalho e Renda”. O projeto tinha como finalidade implantar 04 (quatro) unidades de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) consorciando horticultura e avicultura, sendo gerido de forma associativa, rotativa e alternado pelo grupo de mulheres. Além das hortas, seria constituído uma cozinha comunitária (aquisição de equipamentos e utensílios) com o objetivo de construir e promover o cardápio gastronômico local como forma de valorização do patrimônio cultural das mulheres quilombolas. A horta e cozinha comunitária estariam articuladas e dariam suporte ao desenvolvimento do Turismo Étnico Cultural. A promoção do turismo no quilombo ocorreria através da realização de um estudo sobre as potencialidades turísticas do quilombo, incluindo a construção de roteiro da trilha histórico-ecológica, além da realização da exposição fotográfica itinerante, concomitantemente, a produção de conteúdo audiovisual demonstrando os atrativos turísticos e as identidades culturais da comunidade. Esses empreendimentos coletivos seriam retroalimentados e ampliados por meio da implantação e gestão de um Fundo Rotativo Solidário das Mulheres Quilombolas.

As ações do projeto visavam principalmente fomentar negócios rurais que pudessem ser alternativas de convivência e permanência da população quilombola em seu território

ancestral através da organização de circuitos curtos que entrelaçassem à inclusão produtiva, organização social, a preservação ambiental e valorização cultural. De certa forma, a proposta elegeu as mulheres quilombolas como os vetores de enraizamento dessas novas práticas socioeconômicas e produtivas, cujo objetivo estratégico é valorizar as identidades socioambientais e culturais do quilombo, fortalecimento consequentemente o capital social comunitário.

Esses empreendimentos rurais seriam instituídos participativamente através de um Regimento Interno (RI) no qual constaria detalhadamente as normas e procedimentos para gestão das hortas, da cozinha e do fundo rotativo, privilegiando o protagonismo, a reciprocidade e a solidariedade entre as mulheres e a própria comunidade. Além desses empreendimentos o projeto buscaria promover ações para divulgação do turismo rural no quilombo. Esse conjunto de negócios rurais constituiria o circuito curto de produtos e serviços estruturado sobre as identidades culturais, os potenciais paisagísticos e ambientais da comunidade. Esse entrelaçamento entre os negócios rurais estava previsto da seguinte forma pela metodologia de execução do projeto: a) as 04 (quatro) hortas PAIS seriam geridas de maneira coletiva, propiciando espaços de partilhas, afinidades e identidades em comum, na perspectiva de agregar competências e pessoas para montar estratégias de geração de trabalho e renda com a adoção do modelo agroecológico e a diversificação produtiva. Cada horta será gerida de forma associativa, rotativa e alternada. O resultado produtivo das hortas teria como objetivo primeiramente garantir a segurança alimentar das famílias envolvidas, gerar renda para as mulheres, além de retroalimentar o Fundo Rotativo; b) O fortalecimento da gastronomia local ampliaria as estratégias produtivas, possibilitando a comercialização dos produtos *in natura* e beneficiados através de receitas tradicionais (saber acumulado

das mulheres), agregando valor a estratégia de promoção do turismo no quilombo. A valorização dos atrativos sociais, culturais e ambientais visa construir e estabelecer um fluxo turístico como forma de ampliar as oportunidades de trabalho e renda. Nesse contexto, o Fundo Rotativo Solidário das Mulheres Quilombolas terá o papel de tornar realidade os projetos e as iniciativas locais (agrícolas e não agrícolas) de empreendedorismo, servindo de instrumento para fomento de ciclos virtuosos de oportunidades, promovendo laços de cooperação e valorização do patrimônio socioambiental; c) a realização das exposições fotográficas nos municípios de Maceió, Arapiraca e Palmeira dos Índios, coadunados com a divulgação do vídeo promocional dos potenciais turísticos, seriam as estratégias de divulgação e atração de fluxo turístico[‡].

Em janeiro de 2018 iniciamos as ações do Projeto. Como ação preparatória e processo capacitação das mulheres que iriam compor os empreendimentos, realizamos uma jornada de formação de 72 horas junto ao grupo de 30 quilombolas. Desse conjunto, apenas 20 mulheres iriam compor as 4 hortas (dividas em grupos de 5). Para implantação das hortas PAIS organizamos um mutirão em conjunto com as mulheres (e seus familiares) para preparação do local onde iríamos instalar as unidades produtivas. Previamente, já havíamos realizado a adubação do solo da área, além de adquirir os equipamentos e utensílios para instalação da horta. É importante destacar a estratégia hídrica e de irrigação adotada, adquirimos caixas d'água de 5.000 mil litros e sistemas de irrigação por gotejamento. Com esses dois elementos buscávamos mitigar os efeitos nocivos de carência de infraestrutura de armazenamento e distribuição de água, ao mesmo tempo, esperávamos otimizar ao máximo esse recurso natural. Outro elemento a ser

[‡] Vídeo promocional do turismo rural no quilombo Tabacaria.
<https://www.youtube.com/watch?v=Xnmp7CfOfzw&t=26s>

destacado é que as hortas tiveram capital de giro inicial, ou seja, foram adquiridos aves, sementes e insumos para realização do primeiro ciclo produtivo. A comercialização dos produtos oriundos das hortas ocorreu de três formas, a primeira foi através da comercialização local, por meio de carro de mão, vendendo os produtos para moradores da redondeza, a segunda forma foi pela venda direta para turistas que visitaram a comunidade, e a terceira forma foi através da comercialização de parte da produção para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Entretanto, a construção de relações recíprocas, solidárias, justas e igualitárias entre as mulheres responsáveis pelas hortas não foi tarefa fácil. Os problemas começaram a surgir no processo de organização e divisão do trabalho do mutirão, e se estendeu até o processo de implantação e gestão das hortas. Mesmo que os grupos tenham sido formados por escolha própria das mulheres, a partir das relações de parentesco e afinidade entre as partes, muitos conflitos surgiram principalmente por dois fatores: a) gestão e o controle sobre a divisão de trabalho; b) contabilidade, prestação de contas e divisão dos lucros entre o grupo. É importante ressaltar que o projeto instituiu os negócios rurais através de um Regimento Interno. Nele foi constituído a figura de uma coordenadora e foram elencadas todas as regras de gestão e repartição dos lucros. No entanto, as mulheres possuíam grande dificuldade de introjetar as regras, e principalmente, criar relações de confiança mútua. Das 4 hortas implantadas, 3 apresentaram problemas mais agudos de gestão. A equipe de acompanhamento da HABITAR (coordenação, assistente e o consultor agrônomo) realizavam constantemente reuniões para moderação de conflitos e orientação sobre gestão financeira e produtiva.

Na implantação de qualquer projeto de desenvolvimento rural em comunidades de baixa renda deve-se levar em

consideração de que essas populações possuem pouca experiência no manejo de recursos materiais, financeiros e simbólicos. Do ponto de vista pedagógico os conflitos de interesse são na verdade os insumos para construção dos projetos comuns, onde a individualidade de cada qual surge no coletivo como fato, cristalizado numa atitude ou conduta, e a partir de então pode ser debatida e ajustada. Niederle (2009) estudando os mercados convencionais e os alternativos recorre a Granovetter para explicar os desafios de mudanças de conduta das pessoas (ou organizações) nos espaços recíprocos e solidários organizados em rede. Acredito que essa reflexão também pode nos ajudar a explicar que

a má-fé ou o egoísmo não deixam de existir em prol do desinteresse, da confiança e do altruísmo de relações idealmente fundadas em laços de solidariedade recíproca. As redes permitem todo tipo de comportamento, inclusive o oportunismo e a desonestidade, o que faz com que nenhuma ação seja previsível *ex-ante*. Os atores podem usar sua centralidade na rede para influenciar o comportamento dos demais em benefício próprio (Idem, 2009, p. 19).

Esses fatores quando trabalhados junto as populações empobrecidas em condições materiais e ambientais restritas não podem ser consideradas como características intrínsecas a esses grupos, devemos na verdade considerar que são expressões miméticas das condutas prevalentes na atualidade, onde as oportunidades de lucro imediato muitas vezes suplantam acordos que trarão resultados apenas a médio ou longo prazo. O desafio no enraizamento de empreendimentos rurais em comunidades empobrecidas no

semiárido nordestino perpassa principalmente pela disponibilização de insumos materiais e simbólicos (equipamentos e informação) para que as pessoas possam gradativamente desenvolver suas capacidades e competências, concomitantemente, introjetando e construindo relações recíprocas e solidárias que só podem florir com a capacidade de escuta mútua, repactuação de acordos e acompanhamento dos resultados.

Em agosto de 2018 foram adquiridos os equipamentos e utensílios para estruturação do espaço culinário, em seguida, realizamos a Oficina de capacitação com as 10 mulheres responsáveis pela Cozinha Comunitária, a atividade foi ministrada por uma nutricionista contratada pelo projeto. Este empreendimento tem como objetivo beneficiar parte dos alimentos produzidos pelas hortas, além de dar suporte ao futuro fluxo turístico que o quilombo Tabacaria venha ter. Para além dessas possibilidades, o grupo de mulheres também poderá comercializar seus produtos junto as políticas públicas, como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o PAA. Outra possibilidade de renda para o grupo é montar a estrutura da cozinha em festas de padroeiros dos distritos do município de Palmeira dos Índios. O grupo responsável pela cozinha conseguiu implantar a metodologia de gestão social de maneira satisfatória, fazendo com que o empreendimento fortalecesse os laços de reciprocidade e solidariedade entre elas, sendo parte integrante do processo de geração de trabalho e renda. Neste mesmo período foram coletadas as imagens que compuseram o vídeo promocional do quilombo, bem como, a exposição fotográfica itinerante nos municípios já citados.

No mês de outubro de 2018 realizamos implantação do Fundo Rotativo das Mulheres Quilombolas. Fora disponibilizado para gestão da associação o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Este valor tem a finalidade de incentivar negócios rurais que dialoguem diretamente com a

valorização cultural e ambiental do quilombo. A associação e as mulheres quilombolas definiram em Regimento Interno as linhas de investimento e as taxas de juros que seriam cobradas mensalmente, no mínimo de 2% e no máximo de 3%. Participou desta primeira rodada de crédito apenas o grupo de mulheres da cozinha comunitária (pois o Projeto não previu recursos financeiros para compor o capital de giro do empreendimento). Os grupos de mulheres das hortas por fatores vinculados a prestação de contas dos respectivos empreendimentos, não estavam em condições de participarem da primeira rodada de crédito, sendo ainda necessário realizar o processo de acompanhamento e ajustes dos problemas de gestão, condição prévia para que elas possam participar futuramente do fundo rotativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral animar iniciativas de desenvolvimento local calcado no fomento de empreendimentos rurais enraizados em comunidades empobrecidas no semiárido nordestino não é uma tarefa fácil, antes de mais nada, se conforma num processo educativo que envolve não apenas a implantação de atividades produtivas para geração de trabalho e renda, refere-se também a oferta de melhores condições de moradia e habitabilidade. Economias e instituições enraizadas na verdade são produtos de ambientes propícios para o estabelecimento de relações recíprocas e solidárias como aponta Niederle (2009).

No dia 18 de outubro de 2017 foram entregues as 50 unidades habitacionais com cisternas para as respectivas famílias. Das 39 famílias restantes, apenas 33 estavam aptas para acessar o PNHR. E março de 2017 foi publicado o edital recepcionando novos projetos. No entanto, por equívoco de preenchimentos dos dados por parte da Caixa Econômica

Federal (CEF) a proposta não foi identificada no sistema como quilombola, e assim não foi selecionada naquele ano para contratação. No dia 25 de setembro de 2018 o Ministério das Cidades publica a Portaria N° 597 no qual apresenta a proposta do quilombo Tabacaria como selecionada. Todas as exigências foram cumpridas do ponto de vista técnico de engenharia e social, no entanto, o projeto não foi contratado por falta de recursos financeiros no orçamento do governo federal.

Quanto ao projeto produtivo, apenas dois grupos responsáveis pelas hortas ainda continuaram com dificuldade de gestão, fazendo com que em janeiro de 2019 realizássemos reuniões conjuntas (grupos e a associação da comunidade) visando a exclusão e substituição de algumas das beneficiárias. Essa medida foi motivada pela ausência de prestação de contas por parte desses grupos. Após reorganização e recomposição dos empreendimentos, ficou deliberado, que provisoriamente, a gestão das hortas seria mediada por uma comissão de dirigentes da associação do quilombo. É importante ressaltar que a implantação das hortas foi um negócio exitoso, mostrou-se promissor e com significativa capacidade de gerar renda (mesmo tendo dificuldade de acesso a água nos períodos de verão e seca), no entanto, a falta de prática na gestão financeira, e em alguns poucos casos a falta de compromisso no cumprimento das regras estabelecidas, contribuiu para desistência ou exclusão de cerca de 50% das mulheres desses dois grupos. No entanto as que permaneceram por vontade própria, concordaram com o novo modelo de gestão adotado, e mostram-se mais confiantes com o negócio e suas respectivas sócias. A cozinha comunitária vem realizando o beneficiamento e a comercialização de produtos alimentícios com relativo sucesso, grupos de universitários e estudantes do ensino médio vem realizando visitas na comunidade, no entanto, acreditamos que esse fluxo possa aumentar ainda mais depois que as exposições fotográficas itinerantes e a o vídeo de

promoção dos potenciais turísticos da comunidade sejam amplamente divulgados.

Esses resultados não são estanques, novos acontecimentos irão ocorrer nos próximos quatros meses finais de acompanhamento do projeto produtivo. Entretanto, podemos considerar em primeiro lugar que foi um sucesso a implantação de tais empreendimentos, eles conseguiram garantir a segurança alimentar das famílias além de gerar trabalho e renda. No entanto, o processo de enraizamento de novas práticas produtivas, comerciais e organizativas, de forma recíproca e solidária, não acontece de forma imediata. Essa dinâmica demanda um amplo processo de aprendizado individual e coletivo, pois sabemos que um dos elementos que contribuem para permanência do cenário de empobrecimento (além das ausências de capital e condições ambientais, financeiras e tecnológicas) é a ausência de confiança e parceria entre as famílias e os componentes de uma comunidade. A mudança de uma postura reativa e assistencialista para uma postura proativa e empreendedora requer tempo e instrumentos didáticos e pedagógicos que fomentem essa tomada de consciência para modificação da postura individual e coletiva.

A abordagem baseada na constituição de circuitos curtos através do enraizamento de empreendimentos de economia solidária constituídos a partir das identidades (potenciais) socioculturais, ambientais e territoriais mostra-se deveras promissor. Essa abordagem considera antes de mais nada que o mais importante não é apenas implantar e desenvolver atividades produtivas e serviços em comunidades rurais empobrecidas, mas que antes de tudo, é necessário principalmente constituir relações recíprocas e solidárias entre as famílias e sua comunidade como pré-requisito para o desenvolvimento de produtos e serviços de qualidade e diferenciados.

Os resultados apresentados neste estudo não são estáticos, o processo de desenvolvimento local a partir do enraizamento de empreendimentos rurais está em andamento, em outros estudos buscaremos detalhar de maneira mais aprofundada as etapas, os processos e os instrumentos utilizados nesta intervenção social. De certa forma conseguimos parcialmente atender o plano de ação coletivamente acordado, mais é evidente que ainda há muito trabalho a se fazer.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre as comunidades Quilombolas de Alagoas**. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. – Maceió: SEPLAG, 2015.
- BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Contextos locais ou regionais: importância para a viabilidade econômica dos pequenos produtores. IN: Navarro, Z. S.; Campos, S. K. **A “pequena produção rural” no Brasil e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível?** Brasília, CGEE, p. 133-176, 2013.
- COSTA, Ana Carolina Estrela. **Quilombo de Povoado Tabacaria**. Coleção Terras de Quilombo – Alagoas, Belo Horizonte, NUQ/FAFICH, OJB/FAFICH, NEAD, 2015.
- COSTA, Eugênio Pacceli; POLITANO, Paulo Rogério; PEREIRA, Néocles Alves. Exemplo de aplicação do método de Pesquisa-ação para a solução de um problema de sistema de informação em uma empresa produtora de cana-de-açúcar. **Revista Gest. Prod.** [online]. 2014, v. 21, n.4, p. 895-905, 2014.
- CHASIN, Ana Carolina da Matta. 20 Anos de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas: um balanço da implementação do direito à terra estabelecido pela Constituição

Federal de 1988. **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 2, p. 158-183, 2009.

DAROLT, Moacir. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, Paulo André, ALMEIDA, Luciano; VEZZANI, Fabiane Machado. **Agroecologia. Práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, p. 139-170, 2013.

GIL, C. A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, ed. Atlas S.A. 2 ed., São Paulo, 1989.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Políticas públicas no semiárido alagoano e a resistência quilombola e camponesa frente à exploração capitalista**. R. Pol. Públ., São Luís, Número Especial, p. 447-452, jun, 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese Indicadores Sociais**. 2017.

MALUF, Renato S; LUZ, Lidiane Fernandes. Sistemas alimentares descentralizados: um enfoque de abastecimento na perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional. In: Maluf, Renato S; Flexor, Georges (orgs). **Questões Agrárias, Agrícolas e Rurais: conjuntura e políticas públicas**. 1 ed. Rio de Janeiro, e-papers, p. 214-224, 2017a.

MALUF, Renato S. Abastecimento alimentar, inflação de alimentos e o contexto urbano no Brasil. In: Maluf, Renato S; Flexor, Georges (orgs). **Questões Agrárias, Agrícolas e Rurais: conjuntura e políticas públicas**. 1 ed. Rio de Janeiro, e-papers, p. 179-193, 2017b.

MALUF, Renato. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 25, n 1, p. 299-322, 2004.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento; MENDES, Carmelita Bastos; SILVA, Weronike Caraíba Moreira. Pelo direito de ser diferente: a situação atual das comunidades

quilombolas em Alagoas, Brasil. **Educte: Revista Científica da IFAL**, v.3, n. 2, p. 2012.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. **Agricultura familiar, sistemas agroalimentares localizados - sials e as dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais**. Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 21, n. 3, p. 238 - 256, set./dez, 2016.

NIERDELE, Paulo André. Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**, DEAER/PPGExR/CCR/UFSM, v. XVI, n 18, jul/dez, 2009.

SCARABELOTTI, Maristela; SCHNEIDER, Sérgio. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local: Um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. **Revista faz Ciência Unioeste**, v. 15, n. 20, p. 101-130, jan/jun, 2012.

SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, , p. 180-219, mai./ago, 2011.

SILVA, A. G.; COSTA, F. B. Os estabelecimentos rurais de menor porte econômico do Semiárido nordestino frente às novas tendências da agropecuária brasileira. In: Buainain, A. M.; Alves, E.; Silveira, J. M.; Navarro, Z. (editores técnicos). **O mundo rural do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília-DF, Embrapa, p. 947-977, 2014.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sérgio. Alimentação, sistema agroalimentar e consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. **Cuadernos de Desarrollo Rural** v. 12, n. 75, p. 55-75, 2015.

VIEIRA; Jorge Luiz Gonzaga; MAGALHAES, Fernanda Almeida; COSTA, Lettícia Vieira Camêlo da; LIMA, Stephanie Maria Verçosa Cavalcanti. Quilombolas em Alagoas: as raízes africanas e o direito à demarcação dos territórios. Refletindo o Direito: **Revista eletrônica do Curso**

de Direito do Centro Universitário do CESMAC, n. 1, p. 1-18, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. "Franja periférica", "pobres do campo", Camponeses": dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. IN: Delgado, G. C.; Bergamasco, S. M. P. P. (orgs). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 66-83, 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 87-145, out 2000.

WILKINSON, John. Perfis Emergentes do setor agroalimentar. IN: MALUF, Renato; WILKINSON, John (org). **Reestruturação do sistema agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa**. Redecapa, p. 27-44, 1999.

WILKINSON, John. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: "inputs" para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-824, 2002.

CAPÍTULO 5

EXTENSÃO RURAL: AÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS RAMOS – PB

José Victor Cordeiro

INTRODUÇÃO

O uso de máquinas pesadas, para a construção de reservatórios d'água, nas pequenas propriedades rurais, aumentou o grau dos impactos ambientais, modificando a estrutura dos solos causados por essas máquinas, o que se agrava ainda mais, quando determinadas obras são construídas sem orientação técnica. Neste contexto, o processo de formação dos agricultores em adotar práticas conservacionistas passa pelo crivo da Extensão Rural, tem papel de diagnosticar e apontar soluções que possam ser adotadas pelos agricultores a fim de potencializar a convivência desses com o meio em que vivem.

Há de se destacar que o conhecimento acadêmico muitas vezes se contrapõe com os conhecimentos e experiências vividas há gerações pelas populações rurais; a extensão rural vem como um elo, que liga esses dois conhecimentos, sendo ambos importantes na construção do conhecimento:

A extensão rural como um bem público “A capacidade de socialização e a possibilidade de massificação de informações e conhecimentos de interesse público, assim como de oportunidades de acesso a outros serviços, fortalecem a ideia de que a Extensão Rural é um Bem Público”. A Política Nacional de Assistência Técnica e

Extensão Rural (PNATER) enfatiza como missão dos serviços de Ater a promoção e o incentivo a participação dos agentes através de metodologias participativas e educativas, para a integração da dinâmica social, econômica e cultural, proporcionando o reconhecimento dos agentes sociais em seu ambiente, assim executando práticas sustentáveis com o intuito de fortalecer a agricultura familiar e as organizações. (CAPORAL 2009, p. 24).

Vemos assim a importância da extensão rural como forma de proporcionar ao homem do campo oportunidades de conhecimentos oriundos das instituições de pesquisa com ênfase no contexto sociocultural, ambiental e econômico da região onde ele está inserido:

Um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade. (CAPORAL 1999, p. 142).

A política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural a (PNATER), enfatiza como missão dos serviços de ATER:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as

condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (BRASIL, 2004. p. 09).

Como preconiza a PNATER, para ser um bom profissional de extensão rural, se faz necessário o conhecimento das metodologias necessárias para se chegar ao objetivo o qual muitas vezes vai de encontro com os saberes e costumes das populações, portanto, o diálogo na construção do conhecimento é fundamental para o sucesso das intervenções necessárias para as mudanças das famílias.

No entanto, quando essas construções já procederam, a medidas imediatas contra as ações erosivas provocadas principalmente pelas chuvas é um fator de suma importância para a contenção da erosão, principalmente, na jusante dessas dos reservatórios. A utilização de recursos tecnológicos baratos e eficientes, junto com uma conscientização da família no tocante a preservação dos recursos naturais, é um fator primordial, para minimizar esses impactos contra essas ações degradantes do solo e para a preservação do meio ambiente.

Neste sentido, o trabalho visa apresentar através das orientações técnicas e práticas, medidas preventivas no sentido, de evitar o aumento dos sulcos e a quedas de barrancos nos limites da lâmina d'água de um barreiro, essas medidas se darão com a junção de duas técnicas, uma será o plantio em toda a borda de espécies vegetais, que auxiliem na sustentação das partículas coloidais do solo, e outra é construção de barreiras de contenção que percorrerá toda a borda, com o objetivo de obter melhor desempenho na absorção das águas das chuvas, evitando assim as enxurradas.

METODOLOGIA

As atividades foram realizadas na propriedade do Senhor Lourival Fernandes de Páiva Borges, no município de

São José dos Ramos – PB. Essas atividades iniciaram-se com uma apresentação do projeto, através de uma entrevista semiestruturada onde se traçou o contexto histórico da família do senhor Lourival à aquela localidade e aspectos econômicos, social e cultural da família.

Logo em seguida foi realizado um diagnóstico na propriedade o qual permitiu identificar uma obra de um pequeno barreiro onde não foi tomada nenhuma medida contra os impactos daquela construção, como as condições de textura do solo, vegetação do entorno e relevo.

As atividades de campo iniciaram com uma caminhada transversal realizada na propriedade, a qual deu oportunidade de observar a distribuição dos recursos naturais, as características da paisagem, aspectos econômicos e ambientais da propriedade, no final dessa caminhada observamos em uma das extremidades da propriedade, a construção de um barreiro de pequeno porte, onde verificou-se que não houve nenhuma prática contenção do solo no contorno dessa construção, acarretando assim, a formação de grandes valas nas bordas do barreiro devido o seu entorno existir apenas uma vegetação rasteira que não oferece nenhuma proteção ao solo, ocasionando assim a formação de enxurradas que propiciou a formação de sulcos, levando muito material para dentro do barreiro, aterrando-o. Foi necessário o emprego de uma série de medidas, entre elas, aplicação de técnicas de que possibilitam o controle de erosão através de barreiras de energia à jusante, que facilita o escoamento mais lento fazendo com que a velocidade da água seja reduzida e promovendo maior infiltração desta no solo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a construção do barreiro não houve nenhum estudo a respeito dos impactos, resultando no aparecimento de

muitas valas nas bordas logo nas primeiras chuvas do ano de 2018. Sem as medidas preventivas necessárias, foi grande o número de problemas ocorridos depois do processo de construção que provocou grande movimentação de terra, desta forma, prejudicou-se intensivamente a qualidade de absorção da água juntamente com a retirada da vegetação que auxiliavam no reforço mecânico que suportavam o impacto das chuvas diretamente no solo.

Identificou-se também que grande parte do material retirado para a construção do referido barreiro, foi vendido para comercialização como material de construção, essa prática é muito comum na região, por ter proximidade com o Rio Paraíba e os solos com características arenosas e grande profundidade, a ação tem gerado uma grande procura pelos construtores o que tem se tornado uma prática preocupante, pois ao longo do município de São José dos Ramos, identificamos outras áreas com indícios de retirada desse material e várias crateras são visivelmente identificadas, e nessas não houve nenhum trabalho prévio com o objetivo de minimizar os danos proporcionados pela retirada do material e o uso de máquinas pesadas.



Figura 1. Caminhada transversal na propriedade do senhor Lourival Fernandes de Paiva Borges. Detalhe do cultivo de palma forrageira. São José dos Ramos-2018.

No tocante ao restante da propriedade, a mesma tem muitas áreas verdes formadas principalmente por fruteiras como cajú (*Anacardium occidentale* L.), cajá (*Spondias mombin* L.), manga (*Mangifera indica* L.) dentre outros. No mesmo espaço dessas fruteiras o senhor Lourival cultivava capim Mombaça (*Megathyrsus maximus* L.) e palma forrageira (*Opuntia cochenillifera* L.) para alimentação do seu rebanho, observamos também que a família é bem consciente da preservação do meio ambiente, isso sendo identificado na entrevista semiestruturada que tivemos com toda a família, sendo assim, há uma grande possibilidade de se lograr êxito na nossa atividade, outro aspecto que se observa é a grande receptividade da família, possibilitando que a experiência seja compartilhada. Diante dos aspectos gerais da propriedade, que está em boas condições de preservação da biodiversidade, identificamos que um dos pontos mais necessários para fazer a intervenção é a contenção dos solos às margens do barreiro.

Diante da identificação do problema, apresentamos o plano de ação à família, levando em consideração os aspectos econômicos e ambientais, visto que não serão utilizados insumos de fora da propriedade e a mão-de-obra será a da própria família. Há de se mencionar a importância da educação no processo, pois não é só necessária a implantação do projeto em si, sem uma conscientização de todos os membros da família, e principalmente no que diz respeito à manutenção do projeto e a necessidade de planejamento.

O projeto consistiu na construção de um muro de arrimo nas bordaduras do reservatório com o propósito de frear a velocidade das águas, possibilitando assim uma infiltração eficiente, o muro foi composto de sacos de ráfia preenchidos com areia e colocados em fila a cerca de 1,5 a 2 m de distância das bordas. A segunda medida foi o plantio de capim Vetiver *Chrysopogon zizanioides* L no espaço entre o muro e as bordas do reservatório com o objetivo de dar mais um suporte de

segurança ao solo, pois essa espécie de graminha é bastante utilizada para sustentação das margens das rodovias para evitar a formação de erosão na margens dessas rodovias, devido seu sistema radicular ser bastante eficiente chegando a atingir 6m de profundidade sendo o vegetal mais indicado para a contenção dos colóides do solo. Mediante a apresentação do projeto e os materiais a serem utilizados, traçamos um cronograma de trabalho com a família, visando uma programação no tocante das ações.



Figura 2. Entrevista semiestruturada com a família, abordando o contexto histórico e social à localidade onde reside. São José dos Ramos-PB, 2018.

Foi no emprego de uma dessas metodologias aplicadas à extensão rural, que identificamos na propriedade estudada, a necessidade imediata de uma intervenção em uma área que vem sofrendo impactos ambientais, devido a falta de orientação técnica para a construção de um pequeno barreiro, mas outrossim da identificação desses problemas, se fez necessário todo um diálogo com a família, com o objetivo de mostrar a importância da intervenção imediata para minimizar os impactos que aquela construção ocasionou, mostrando assim as técnicas a serem utilizadas, bem como o cronograma de

execução das atividades, mas também a importância da conscientização da família no que diz respeito à manutenção do projeto e o cumprimento de todas as etapas que ele abrange.



Figura 3. Processo erosivo nas bordas do reservatório. São José dos Ramos-PB, 2018.

CONCLUSÃO

As medidas imediatas que foram tomadas serão paliativas caso não ocorra uma continuação do processo das medidas necessárias para a contenção do solo. Há de se destacar que os solos daquela região, quando utilizados para agricultura, só são utilizados durante três ou quatro meses do ano, ficando o restante coberto por plantas espontâneas que pouco protegem o solo na época do verão e quando veem as chuvas mais fortes.

A colocação de barreiras físicas, associado com o plantio de vegetais que segurem as partículas do solo são os meios emergenciais mais adequados devido à necessidade de frear o processo de erosão, isso garantirá que nas enxurradas a água não carregue solos para dentro do reservatório para isso é

necessário que se assegure sua infiltração evitando que escorra na superfície. Portanto, é importante destacar que a extensão rural é um processo de educação não formal e contínua onde são considerados os saberes regionais, locais e autodidatas, numa integralização aos saberes da ciência. E os profissionais da extensão rural exercem um papel ímpar para compelir a permanência das famílias nos espaços rurais. Assim sendo, há de mensurar os resultados pelo envolvimento da família no acompanhamento do processo, portanto um projeto de extensão não terá eficácia só pelo acompanhamento sistemático das ações, mas pela capacidade dos atores envolvidos traçarem metas a serem alcançadas e acima de tudo, terem a conscientização dos impactos positivos que a intervenção irá proporcionar.

Esse trabalho proporcionou uma maior experiência para nossa atuação como agente modificador da realidade do campo, melhor entendimento da dinâmica do agricultor com o seu espaço de vivência e trabalho. Portanto, é de suma importância essa vivência com a realidade para que sejamos profissionais preparados para atuação nos mais diferentes ambientes, sejam eles, nos espaços das escolas formais ou na educação não formal dos povos das comunidades rurais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF: MDA, 2004.

CAPECHE, L. C. [et al]. Degradação do solo e da água: impactos da erosão e estratégias de controle. In: TAVARES, Sílvio Roberto de Lucena [et al]. **Curso de recuperação de áreas degradadas: A visão da ciência do solo no contexto do diagnóstico, manejo, indicações de monitoramento e estratégias**

de recuperação. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2008. p.105-132.

CAPORAL, F. R. (Coord). Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível, Brasília: 2009. Disponível em: http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2444.pdf. Acesso, abril de 2018.

CAPORAL, F. R.. **Em direção à Extensão Rural do futuro:** Caminhos possíveis no Rio Grande do Sul. . In: BRACAGIOLI NETO, Alberto (Org.). Sustentabilidade e cidadania: O papel da extensão rural. Porto Alegre: Emater/RS, 1999.

CAPÍTULO 6

PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO RURAL FAZENDA VAZANTE NO PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM TACIMA-PB

Bilac Soares de Oliveira

INTRODUÇÃO

A comercialização na agricultura familiar ainda é um item que constitui-se um grande desafio no sistema de produção tanto para os produtores, como para os extensionistas rurais. Neste contexto ações de comercialização institucional como o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são importantes ferramentas para preencher parte desta lacuna.

Elias et al (2019, p. 231) partindo de um estudos dos impactos do PNAE na agricultura familiar catarinense constatou que:

A análise socioeconômica feita a partir da matriz de insumo-produto permitiu observar que as compras diretas da agricultura familiar, em comparação com compras via comércio, resultam em três mudanças com impacto positivo: maior geração de empregos; aumento da parcela do recurso destinado para a remuneração do trabalho e aumento de efeitos indiretos na movimentação econômica.

No caso específico da apicultura trabalhada por agricultores familiares Pasin et al (2014, p. 37) partindo de um estudo no Vale do Paraíba-SP relata que:

É fundamental que o apicultor familiar, as associações e parceiros (público e privado) de maneira organizada estabeleçam um modelo arranjo socioprodutivo de desenvolvimento sustentável para a apicultura regional, amparado na alta produção de mel com qualidade, visando principalmente aproveitar a oportunidade de abastecer o mercado institucional da região.

O PNAE também foi tema de estudo relevante realizado por Kroth et al (2019, p. 158) no oeste catarinense trazendo propostas de aprimoramento do Programa:

As principais proposições apontam para a criação de mecanismos que visam ampliar o envolvimento das prefeituras com o Programa. Um passo nessa direção seria mudar a lógica do incentivo oferecido pelas prefeituras aos agricultores. Por exemplo, em vez das administrações municipais subsidiarem serviços de máquinas e oferta de insumos (sementes e adubo), que são as ações mais convencionais, poderia ser ampliada a ATER para os produtores. Considerando os instrumentos de política, uma das formas seria criar incentivos a exemplo dos recursos do Fundo da Educação Básica - FUNDEB, em que quanto maior é o empenho dos municípios maior é o valor recebido por aluno.

O Assentamento Rural Fazenda Vazante, em Tacima-PB, foi criado em 27 de abril de 1985 com a luta pela terra, sua desapropriação ocorreu em 27 de abril de 1987, a emissão de posse dos assentados se deu em 04 de agosto de 1993 e a demarcação dos lotes aconteceu em 12 de maio de 1996. O assentamento está localizado a 22 km da sede do município, possui uma área de 559,00 ha e conta atualmente com 35 famílias assentadas (titulares), além de mais 12 famílias

agregadas (filhos de assentados), totalizando 47 famílias, as quais compreendem uma população de 188 pessoas.

Limita-se com as comunidades rurais de Olho D'água, Braga, Cajueiro, Barra dos Targino e a Fazenda Acauã. A economia da comunidade é baseada nas atividades da agropecuária, merecendo destaques a apicultura, a ovinocaprinocultura, a avicultura alternativa de carne, a bovinocultura de leite, a produção de polpa de frutas, a produção de milho, feijão vigna e macaxeira. A produção de alguns itens, como o mel, por exemplo, não é constante devido à falta de práticas tecnicamente corretas e da produção considerável (6 toneladas/ano).

Esta comunidade tem seu ponto forte baseado na união e constituição de sua associação principal, além da “Associação dos Jovens Apicultores do Assentamento Faz. Vazante”, ambas, contam atualmente com mais de 80 sócios, os quais residem na própria comunidade. O Assentamento Fazenda Vazante, conta com uma sede, uma escola pública municipal (1ª a 4ª série), uma equipe do Programa Saúde da Família (PSF), um orelhão público, um trator com implementos, uma casa de mel, um açude de porte médio, sinal de telefonia celular e boa vias de acesso.

O objetivo deste artigo é relatar o trabalho desenvolvido pela Gerência Local da EMPAER, na assessoria aos agricultores do Assentamento Vazante para venda de produtos agropecuários ao PNAE na Prefeitura Municipal de Tacima-PB.

METODOLOGIA

O município de Tacima-PB está localizado na Mesorregião do Agreste Paraibano e na Microrregião do Curimataú Oriental, apresentando-se entre as coordenadas geográficas: 35° 38' 14" Longitude W e 6° 29' 18" Latitude

Sua área territorial é de 261,44 Km², limitando-se ao Norte com o Rio Grande do Norte, ao Sul com os municípios de Belém-PB, Bananeiras-PB e Dona Inês-PB, ao Leste com Logradouro-PB e Caiçara-PB e ao Oeste com Riachão-PB e Araruna-PB.

Os dados relatados são oriundos da participação do autor nas ações de assistência técnica e extensão rural, enquanto extensionista rural da EMATER-PB, na implementação do projeto de venda de produtos alimentícios por assentados rurais ao Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE).

DESENVOLVIMENTO

A produção agropecuária no Assentamento Fazenda Vazante se caracteriza pelo modelo de base familiar e durante a experiência vivenciada na referida comunidade, após algumas visitas de rotina, os agricultores externaram as dificuldades vividas no que diz respeito à comercialização de seus produtos onde apenas para o mel e o leite eram comercializados junto a uma cooperativa, em Bananeiras-PB, e ao laticínio ILPLA, em Belém-PB.

Esta comunidade, conta com uma considerável infraestrutura: rede elétrica de energia, telefone público, sinal de telefonia celular, boas vias de acesso, organização e participação da comunidade, diversidade de produção, dentre outras. Como pontos negativos, destaca-se a falta de mercado para a comercialização de grande parte da produção local, a insuficiência (quantidade e qualidade) de água para consumo humano e utilização nas atividades rurais, a falta de interesse e comprometimento por parte de alguns agricultores assentados no sentido de participarem ativamente na comunidade, além de melhor e maior incentivo e apoio por parte do poder público junto aos agricultores da comunidade.

A falta de mercado e de preços satisfatórios sempre foram citados pelos assentados como os principais problemas do Assentamento Fazenda Vazante, assim procurou-se meios de analisar juntamente com os agricultores familiares da comunidade propostas e meios alternativos de comercialização dos produtos no âmbito municipal e regional. Foi visualizado principalmente as oportunidades geradas com os programas do Governo Federal PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), levando-se em consideração os objetivos de cada programa, bem como a realidade dos produtores e de seus produtos, no que se refere à variedade, qualidade e quantidade.

Diante de tal problema, fez-se necessário a busca de respostas para os questionamentos abaixo:

1. Como garantir mercado para a comercialização dos produtos da comunidade?
2. Quais os principais problemas vivenciados no assentamento no que diz respeito a comercialização de seus produtos?
3. Quais as exigências do mercado local e regional quanto aos hábitos alimentares e dos produtos oferecidos pelos agricultores?
4. Quais as variedades de frutas para a produção de polpa que devem ser implantadas e cultivadas, levando-se em consideração os fatores edafoclimáticos e a demanda do mercado consumidor?
5. Quais as práticas e técnicas adequadas e de melhor viabilidade econômica a serem aplicadas na produção de mel, carne caprina, carne ovina, frango, milho, feijão vigna e macaxeira?
6. Existe mão de obra qualificada e disponível na comunidade e qual é o conhecimento técnico acerca de práticas agroecológicas?

7. Existe planejamento para a produção e comercialização agropecuária voltada para o presente e futuro?

No dia 09 de agosto de 2010 a Unidade Operativa da EMATER-PB em Tacima, recebeu uma solicitação da Secretaria Municipal de Educação da relação dos produtos cultivados e produzidos através da agricultura familiar no município para que o poder público municipal se organizasse a fim de iniciar o processo de aquisição de gêneros alimentícios oriundos deste setor.

Assim no dia 21 de setembro de 2010 a EMATER-PB realizou um Diagnóstico Rural Participativo (DRP) na sede da associação com a participação de 47 membros do assentamento durante toda a manhã e parte da tarde. Através da aplicação de ferramentas como o mapa da comunidade, FOFA, matriz de priorização e o plano de ação comunitário.

Foi confirmada pelo DRP como principal problema vivenciado pela comunidade a falta de mercado e de preços economicamente viáveis para a comercialização da produção agropecuária dos agricultores familiares. Outros problemas foram apontados pelos presentes, ficando em sequência de prioridades: a insuficiência hídrica para consumo humano e fins produtivos, a falta de um posto médico, a pouca oferta de linhas de crédito voltados para a comunidade e a melhoria nas condições de educação na escola do assentamento.

Após a própria comunidade ter eleito o problema prioritário, mediante a aplicação do plano de ação comunitário, foi construído um cronograma de execução com suas respectivas ações e agentes realizadores, bem como período (meses) a serem realizadas. Ao fim da aplicação do DRP, o Extensionista Rural I Bilac S. De Oliveira, fez uma minuciosa apresentação dos programas PNAE e PAA, mostrou as vantagens de cada um, o trâmite burocrático, bem como os pré-requisitos e condições exigidas para que os agricultores possam participar junto a cada um dos programas, informou o teto

máximo naquela época em valor (R\$ 9.000,00/ DAP/ ano) que cada agricultor familiar devidamente legalizado e contemplado pode comercializar anualmente.

Em seguida iniciou-se o processo de formação de grupos de produção, o planejamento dos agricultores presentes para futura participação no PNAE, que a qualquer momento poderia ser publicada, além de ter repassado as devidas informações como se dá todo o trâmite dos programas, desde a inserção do agricultor até a entrega e recebimento dos pagamentos dos produtos comercializados. E finalizou-se, alertando a todos os presentes sobre a responsabilidade e o comprometimento ético, moral, e jurídico que cada agricultor passará a assumir perante o poder público municipal e a sociedade de forma em geral quando ao fazer parte de tais programas ora apresentados.

Por fim, todos os presentes optaram pela participação inicial apenas junto ao PNAE, onde os mesmos chegaram à conclusão da maior facilidade e melhores condições oferecidas pelo programa.

No dia 7 de outubro de 2010, através do Diário Oficial do Estado, o prefeito do município de Tacima-PB realizou publicação de Chamada Pública de Nº 001/2010, tornando público a iniciativa de adquirir gêneros alimentícios diversos, oriundos exclusivamente da agricultura familiar e do empreendedor rural ou de suas organizações, destinados ao PNAE. No dia 08 de outubro de 2010, a EMATER-PB (EMPAER) de posse de cópia da Chamada Pública Municipal Nº 001/2010, solicitou junto ao presidente da Associação da Fazenda Vazante, a documentação necessária dos agricultores que pretendiam participar de tal processo para que logo em seguida pudesse ser elaborado um projeto de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar por meio de grupo informal para o município de Tacima-PB.

Em visitas realizada aos lotes dos agricultores que se apresentaram interessados em participar do programa foram assessorados pelo Extensionista Rural I Bilac S. de Oliveira com a avaliação, levantamento sócio-econômico e produtivo, o que foi fundamental para a formação dos grupos de produção mediante a capacidade produtiva, levando-se em consideração, principalmente os produtos, as quantidades e períodos de produção.

O passo seguinte foi dado numa reunião no dia 22 de outubro de 2010 quando presidente da Comissão Municipal de Licitação e seus demais membros, o Secretário Municipal de Educação, o Gerente local da EMPAER (na época EMATER-PB), o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e os agricultores familiares (08 que se dispuseram a fornecer seus produtos para a alimentação escolar municipal). Em seguida foi apresentado pelo representante da EMATER-PB (hoje EMPAER) o projeto devidamente elaborado e assinado por ele e pelos agricultores participantes, que foi analisado pela Comissão de Licitação e pelo Secretário de Educação e que constou de dez itens que totalizou em R\$ 4.367,00, valor este a ser dividido pelos oito agricultores contemplados, mediante aos tipos de produtos, quantidades e preço unitário de cada item fornecido.

Logo em seguida os agricultores apresentaram as amostras de seus produtos e assinaram seus respectivos contratos de venda firmados junto ao município de Tacima-PB. Por último, o representante da antiga EMATER-PB, hoje EMPAER, entregou ao Presidente da Comissão de Licitação e ao Secretário de Educação o cronograma de entrega dos produtos a serem fornecidos pelos agricultores contemplados junto a Secretaria Municipal de Educação, no qual consta o nome do agricultor, produto, quantidade e data da entrega.

No dia 09 de novembro de 2010, parte dos agricultores contemplados pelo PNAE junto ao município de Tacima-PB,

compareceram a Secretaria Municipal de Educação, onde realizaram a entrega dos seguintes produtos conforme observa-se na Tabela 1.

Tabela 1 – Produtos comercializados no PNAE de Tacima-PB

PRODUTOS	Quantidade (Kg)
Polpa de manga	150
Polpa de caju	150
polpa de goiaba	150
Mel de abelha	40
Macaxeira	150
Carne caprina	60
Frango <i>in natura</i>	70
Frango caipira	30

Fonte: Projeto PNAE. Elaboração: Bilac S. Oliveira (2010)

No próximo dia 16 de novembro do ano em curso, os demais agricultores familiares cumprindo cronograma, entregarão os produtos restantes conforme está descrito na Tabela 2:

Tabela 2 – Produtos comercializados no PNAE de Tacima-PB

PRODUTOS	Quantidade (Kg)
Carne ovina	60
Carne bovina	70

Fonte: Projeto PNAE. Elaboração: Bilac S. Oliveira (2010)

A conclusão do processo aconteceu com a efetuação do pagamento por parte da Prefeitura junto aos agricultores, os quais previamente foram informados e orientados pela EMATER-PB local da necessidade de aquisição de nota fiscal avulsa adquirida através da coletoria estadual e de recibo de entrega de seus respectivos produtos com devidas quantidade junto a Secretaria Municipal de Educação. Vale salientar, que dentro do que preceitua o contrato de aquisição o prazo para

pagamento é de 15 dias úteis apartir da data de entrega dos produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente iniciativa resultou em uma ação pioneira, pois foi através da implementação do projeto de venda dos agricultores ao Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Tacima-PB, onde oito (8) agricultores familiares do Assentamento Rural Fazenda Vazante realizaram a comercialização de seus produtos agropecuários (dez itens) junto a rede pública municipal de ensino, que a partir de então.

Destaca-se também a oferta de cardápio inovador e bem mais nutritivo que proporcionou uma melhor alimentação e consequentemente mais saúde e disposição física e intelectual para os alunos.

Face ao exposto, ficou explícito que o associativismo unido à assistência técnica e a extensão rural efetiva e bem direcionada, juntamente com as oportunidades geradas por meio de políticas públicas sustentáveis e a colaboração e participação direta dos poderes públicos se consolida como elemento decisivo na melhoria de vida do homem do campo.

REFERÊNCIAS

Elias, L. P., Belik, W. Cunha, M. P., & Guilhoto, J. J. M. Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 57(2), 215-233, 2019.

Pasin et al. Desafios e conquistas da apicultura no Vale do Paraíba-SP: a Jornada dos Empreendedores Apícolas Familiares. **Revista Agricultura Familiar**, n. 10, p. 31-38, dez.2014.

KROTH, D. C. et al. Análise da operacionalização da política de aquisição de alimentos da agricultura familiar por parte dos municípios: o caso do PNAE em três microrregiões do Oeste Catarinense. **Redes** (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 1, janeiro-abril, 2019.

CAPÍTULO 7

PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA: FORTALECENDO A AGRICULTURA FAMILIAR E PROMOVENDO EMPODERAMENTO NOS QUILOMBOS DE CACIMBAS-PB

Juliana Ferreira Gonçalves

Aldair dos Santos Gomes

Hermes Maia Pereira

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os estudos e discussões em relação ao fortalecimento da agricultura familiar estão em foco. As tendências atuais exigem organização das comunidades rurais, em defesa de interesses coletivos. Neste sentido os territórios remanescentes de Quilombos se apresentam como modelo de luta pelo reconhecimento e fortalecimento da sustentabilidade do seu modo de vida, surgindo como necessidade maior a superação da vulnerabilidade desse modo de vida que está atrelada as condições socioeconômicas. Nesse cenário emerge a necessidade da luta pela inclusão social, segurança alimentar e nutricional e pela preservação dos agroecossistemas locais.

Historicamente, o valor da agricultura familiar sempre foi negado, onde Silva et al (2016) afirmam que, os sujeitos do campo vem desde muito tempo enfrentando obstáculos para se manterem atuantes em seus espaços, seja pela falta de políticas para o campo familiar, seja pelo não reconhecimento de suas potencialidades, desencadeando assim uma desvalorização de suas lutas e dinâmicas, o que conseqüentemente vem atrelado aos modelos educacionais descontextualizados implementados nestes espaços, que negam a cultura e identidade destes

sujeitos, contribuindo cada vez mais para o aumento desta problemática.

Buainain (2006) sublinha que a categoria que envolve os agricultores familiares está composta por âmbitos distintos, permeados por interesses, mecanismos de sobrevivência e de produção e, portanto, demanda tratamentos diferenciados.

Como forma de enfrentamento a pobreza e fortalecimento das políticas locais, combinadas com diversos instrumentos já existentes nos municípios inclusive as políticas de ATER, surge o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), como uma necessidade de adotar medidas de impacto imediato com ações voltadas para a emancipação econômica e social das famílias que se encontram em condições mais vulneráveis:

Com o intuito de aprimorar o processo produtivo das famílias mais pobres, foi criado no âmbito do Brasil sem Miséria o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, em que os agricultores recebem acompanhamento individualizado e continuado de agentes de ATER, que compartilham seus conhecimentos sobre formas de aumentar a produção, a qualidade e o valor dos produtos. O Programa também disponibiliza recursos não reembolsáveis para serem investidos na estruturação de suas atividades produtivas. (MELLO et al., 2014 p.2).

São vários os aspectos multidimensionais que levam a essa caracterização tais como: insuficiência de renda, falta de acesso a bens e serviços, negação de direitos, acesso à terra, participação nos mercados, baixa escolaridade/instrução, falta de políticas de convivência com a semiaridez local, educação descontextualizada, insegurança alimentar e nutricional, entre outros. Embora saibamos que existem diversos fatores por trás desse contexto:

As diversas características que traduzem as distintas manifestações da pobreza têm expressão no território e assim se pode afirmar que a miséria tem nome, endereço, cor e sexo e, embora a renda também seja um indicador de pobreza, trata-se de um mecanismo insuficiente para medir o bem estar. A pobreza se manifesta, sobretudo, em privação do bem estar. Com isto, afirmamos que a pobreza é um fenômeno multidimensional e, portanto, requer também indicadores não monetários para seu dimensionamento. (FONSECA, 2011, p. 87).

Nesse contexto de vulnerabilidade global/local crescente, o município de Cacimbas-PB foi contemplado no ano de 2017 com o Programa de Fomento as atividades produtivas rurais, pelo PBSM (contrato AC.PB.0000001-17) executado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), através da Unidade Operativa de Cacimbas-PB. A referida pesquisa foi realizada objetivando-se identificar as contribuições que o PBSM proporcionou à agricultura familiar dos Quilombos de Cacimbas-PB para potencialização das atividades com foco na produção de alimentos saudáveis e melhoria na qualidade de vida das famílias beneficiárias, promovendo a inclusão e empoderamento na dinâmica comunitária.

METODOLOGIA

Caracterização da Área

A pesquisa foi realizada nos Quilombos Aracati, chã e Serra Feia, localizados na zona rural do Município de Cacimbas, médio Sertão paraibano, o mesmo situa-se na microrregião da serra do Teixeira, semiárido nordestino (IBGE, 2017). A sede do município de Cacimbas fica a 290 km de

João Pessoa, capital Paraibana. Os referidos Quilombos ficam nas proximidades do distrito de São Sebastião em média a 25 km de distância da sede/cidade do referido município, situados no topo da serra, (Figura1), com aproximadamente 800 metros de altura. Descrita pelas suas paisagens encantadoras e de difícil acesso originou-se, por volta de 1800, onde negros se protegiam, para poderem viver livres sua cultura.

A comunidade Serra Feia foi reconhecida pela Fundação Palmares, como remanescente de quilombolas no dia 13 de dezembro de 2009 e elevada à categoria de Sociedade Quilombola no entanto somente no ano de 2013 as comunidades de Aracati e Chã tiveram seu reconhecimento.

Figura 1: Localização dos Quilombos no Estado da Paraíba, em destaque os Quilombos Serra Feia, Aracati e Chã no município de Cacimbas-PB.



Fonte: Adaptado de Banal (2016) pela autora (2019).

Procedimentos de Execução do Programa Brasil Sem Miséria nos Quilombos de Cacimbas-PB

A EMATER-PB (hoje EMPAER) do município de Cacimbas-PB, executou as atividades do PBSM, nos anos de

2017 e 2018 com 37 famílias distribuídas nos três Quilombos, onde foram realizadas várias conversas, visitas e intercâmbios.

A extensionista social responsável em facilitar o processo coletivo, mobilizou as famílias com apoio das associações comunitárias e apresentou o programa e seu objetivos, ficando claro para todos os participantes os critérios para inserção nas atividades do mesmo como também destacou a contrapartida de cada família e salientou a importância de cada etapa para que o projeto produtivo tivesse êxito. Cada família teve a oportunidade de expressar se estava ou não disposta a comprometer-se com o desenvolvimento do projeto. A seleção das famílias beneficiárias foi feita pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) que após analisar a lista enviada a partir das informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO) e da busca ativa por famílias que ainda não participavam das políticas públicas, decidiu direcionar a referida chamada do PBSM aos Quilombos do Município de Cacimbas-PB, por apresentarem uma história de luta que pauta-se na insuficiência e deficiência na implementação das políticas públicas não estruturadas de acordo com os anseios da população e nem dirigidas à sustentabilidade do modo de vida local, o que leva os mesmos a serem atualmente as comunidades com maior índice de vulnerabilidade do município, expressa através da ausência de mecanismos adequados de participação dos quilombolas nos processos de tomada de decisões e desrespeito as tradições e práticas culturais próprias.

No mês de agosto de 2017, iniciou-se o trabalho de assessoria técnica, direto nos domicílios com a realização do diagnóstico inicial das famílias selecionadas pelas associações locais, o que possibilitou os primeiros contatos com a realidade dessas famílias, pois o diagnóstico “possibilita a visualização dos aspectos ambiental, econômico e social dos sistemas

agrários trabalhados (FERNANDES e SALOMONI, 2016). a visita de aplicação do diagnóstico é visto o potencial produtivo que a família tem para que já ajude na elaboração do projeto Produtivo.

A partir daí as famílias ficaram no aguardo da aprovação dos seus projetos produtivos para a liberação das parcelas do fomento no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), onde cada família recebeu a primeira parcela após 60 dias e já iniciou as atividades propostas no projeto produtivo. Os recursos são a fundo perdido ou seja as famílias não devolvem valor recebido, porém todos os beneficiários só recebem a segunda parcela quando executam todas as atividades previstas para a primeira parcela do projeto. O pagamento é feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), diretamente por meio do cartão cidadão ou cartão do Bolsa Família para que é beneficiário do referido programa.

O programa disponibilizou também a aplicação de um questionário de avaliação que foi aplicado apenas para uma amostra das famílias atendidas. A seleção das famílias que responderam a este questionário foi feita pelo Governo Federal. A avaliação foi feita considerando o momento inicial, antes da família ter recebido a primeira parcela, e um momento posterior, quando a família recebeu e aplicou todo o recurso do Programa de Fomento. Isso significa que as famílias que participaram da avaliação responderam a dois questionários.

Antes do início da realização da pesquisa, foi conversado com os participantes sobre a disponibilidade dos mesmos em participar da pesquisa bem como a autorização de registro fotográficos, após todos concordarem e estarem disponíveis foi pedido que assinassem um termo de consentimento autorizando o uso de suas fotos e também depoimentos para os fins da referida pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi observado na referida pesquisa que todas as beneficiárias são mulheres, sendo 32% jovens e 68% são adultas, evidenciando que as mulheres se destacam na busca do protagonismo de suas histórias de vida.

Quanto a renda familiar das 37 famílias beneficiárias, com exceção de 1 família que tem em casa um aposentado todas as demais vivem de rendas dos programas sociais e da agricultura familiar. Algumas disseram que trocam a mão de obra familiar com vizinhos e familiares e outras os seus cônjuges trabalham no motor de agave para poder complementar a alimentação da família.

Na Tabela 1 são apresentados os dados alusivos aos principais projetos produtivos desenvolvidos pelas famílias no âmbito do Programa de Fomento nos Quilombos de Cacimbas-PB, onde percebe-se que a maioria das famílias utilizaram os recursos para a criação de animais de pequeno porte, destacando-se a suinocultura com 36%, percebendo assim que grande parte das famílias objetivaram investir nessa atividade por estarem, em constante crescimento na região a procura pela carne suína e por ser uma atividade de retorno financeiro a curto prazo, porém é preocupante quanto aos cuidados, pois a maioria das famílias não receberam nenhuma formação sobre os sistemas de produção e como afirma Silva et al. (2015)p.268 “na suinocultura, as fases de crescimento e terminação são consideradas complexas e sujeitas a muitas variáveis, com grandes transformações nos índices de desempenho”.

Tabela 1. Atividade desenvolvidas por Quilombo.

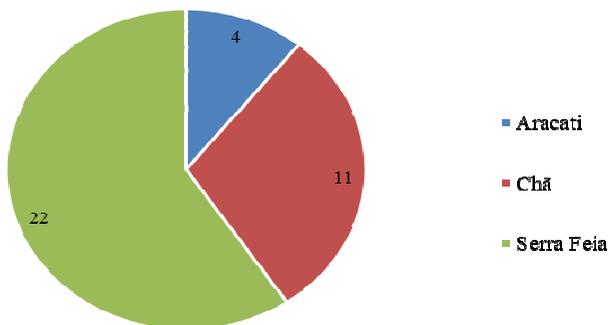
Atividade	Quilombos						Total
	Aracati		Chã		Serra Feira		
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	
Avicultura Caprinocultura	-	-	3	8%	5	14%	8
Suinocultura	-	-	1	3%	1	3%	2
Picolé caseiro	2	5%	4	11%	8	22%	14
Farinha de milho	1	3%	1	3%	1	3%	3
Doces caseiros	-	-	1	3%	-	-	1
Doces, salgados e bolos	-	-	1	3%	-	-	1
Lanchonete	-	-	-	-	2	5%	2
Artesanato de Sisal/ crochê	-	-	-	-	1	3%	1
Revenda	-	-	-	-	3	8%	3
	1	3%	-	-	1	3%	2

Fonte: da autora (2019).

Ainda referente a Tabela 1 percebe-se a diversidade dos tipos de produção, onde cada quilombo contempla várias atividades, favorecendo assim a geração de renda e a segurança alimentar e nutricional, isso remete a relevância do trabalho de ATER, feito em parceria com as Associações Comunitárias que realizaram a intermediação das questões referentes as famílias, tendo sido a mesma uma forte parceira na execução.

O Estado definiu o número de famílias beneficiadas no município de Cacimbas na referida chamada. O mesmo foi selecionado por inserir-se nos critérios tais como: baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal e o elevado número de famílias em extrema pobreza. Na Figura 2, o número de famílias beneficiadas em cada quilombo, explicitando que o destaque vai para o quilombo Serra Feia, que conta com 59% das famílias beneficiadas. Esta grande incidência se dá pelo fato da comunidade contar com uma média de 263 famílias e com uma população de quase 1.300 pessoas.

Figura 2. Numero de Familias Beneficiadas.



Fonte: da autora (2019)

CONCLUSÃO

A execução do PBSM foi importante na aproximação dos agricultores familiares dos quilombos de Cacimbas-PB com a EMATER local, pois trabalhou-se atividades de estímulo a participação dos mesmos junto as organizações sociais já existentes, fortalecendo a transição agroecológica, onde a construção de estratégias de produção permitiu que os beneficiários pudessem dizer qual o seu potencial produtivo e qual a sua disposição para desenvolver tais atividades, permeabilizando às práticas tradicionais e a racionalidade econômica das famílias e as experiências acumuladas para convivência com a semiaridez e contingências climáticas e produtivas e na especialização das atividades apoiadas, adequando sempre as limitações estruturais que enfrentam.

O investimento feito, tanto na sistematização, quanto nas atividades produtivas, gerou resultados percebidos a curto prazo, pois, as famílias envolvidas ao destacarem os pontos

positivos do Programa já mencionam estarem obtendo lucros significativos a partir da venda da produção. Porém, dependendo das peculiaridades de cada atividade, algumas mostraram resultados a médio e outras a longo prazo. Por isso é imprescindível um acompanhamento contínuo de assistência Técnica que estimule a capacidade de respostas das famílias, incentivando e orientando os mesmos de forma permanente, para que não se desestimulem e reduzam ou abandonem suas atividades produtivas.

Espera-se que outras famílias dos Quilombos venham ter oportunidade de serem beneficiadas pelo Programa para que possam também garantir melhor qualidade de vida para suas famílias.

REFERÊNCIAS

BANAL, R. **Mapa 2016: Quilombos da Paraíba**. Disponível em <<http://quilombosdaparaiba.blogspot.com/p/mapas.html>> Acessado em 05 mar 2019.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.

FONSECA, Ana. **A Superação da Extrema Pobreza no Brasil e a Centralidade da Política Pública de Assistência Social**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 8. Eixo I, O SUAS e a Erradicação da Extrema Pobreza no Brasil. Caderno de Textos. 1ª Versão. Conselho Nacional de Assistência Social, 2011.

FERNANDES, S; SALOMONI, G. Estudo sobre o sistema da agricultura familiar camponesa: uma aproximação com a teoria dos sistemas agrários. In: ALVES, F. O; VALE, A. R. (Orgs).

Faces da agricultura familiar na diversidade do rural brasileiro. Curitiba: APPRIS Editora, 2016. p: 251-273.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, Base de dados por Municípios das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias do Brasil, Disponível em www.ibge.gov.br, Acesso em 02/03/2018

MELLO, Janine. Et. al. A INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL DO BRASIL SEM MISÉRIA: ESTRATÉGIAS E PRIMEIROS RESULTADOS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. In: O Brasil sem miséria. CAMPELLO, Tereza, FALCÃO, Tiago, COSTA, Patricia Vieira. MDS: Brasília, 2014. 848 p. : gráfs, mapas, tabs.

SILVA, J. de S. Prefácio: A dimensão institucional do paradigma cultural: In: REIS, E S.; PINZOH, J. M.(org.). **O Paradigma Cultural: Interfaces e conexões.** Curitiba, Brasil: Editora CRV., p. 13-26. 2016a. 322 p.

SILVA, C.A.; AGOSTINI, P. da S.; GASA, J. Uso de modelos matemáticos para analisar a influência de fatores de produção sobre a mortalidade e desempenho de suínos de terminação. In: BARCELLOS, D.E.; Et. al. (Ed.). Avanços em sanidade, produção e reprodução de suínos. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Setor de Suínos, 2015. p.267-284

CAPÍTULO 8

LUIZ GONZAGA E O PROJETO SERTANEJO

Verneck Abrantes

O Núcleo do Projeto Sertanejo de Coremas foi instalado no dia 15 de agosto de 1978, aproveitando as instalações do acampamento do DNOCS dessa cidade, através do convênio Minter/SUDENE/DNOCS, no governo militar de Ernesto Geisel, através do decreto 78.299, de 23 de agosto de 1976.

Um dos objetivos importantes do Projeto Sertanejo era acompanhar o homem do campo desde o levantamento topográfico do seu imóvel, a sua produção agropecuária e comercialização dos produtos resultantes do trabalho, dando condições excepcionais, com prazo de pagamento de até 20 anos aos juros de dois a sete por cento, para investimentos e custeio, respectivamente.

Um ano depois, o Núcleo de Coremas foi classificado como um dos Núcleos mais atuantes em elaboração de projetos. Tinha como Gerente, Osvaldo Barros Mangueira e cinco coordenadores: Laércio Peixoto do Amaral, Wilton Soares Calazans, Francisco Mariano da Silva, Verneck Abrantes de Sousa e Sebastião Rodrigues Moraes, compondo as equipes de Comunicação, Apoio Administrativo, Elaboração de Projetos, Assistência Técnica e Extensão Rural (equipe da EMATER) e Construções Rurais. O quadro de funcionários do Núcleo estava composto de cinquenta e quatro funcionários, distribuídos da seguinte forma: Um gerente; um administrador; dois engenheiros civis; um engenheiro de pesca; quatro agrônomos; um economista; um comunicador social; um técnico em contabilidade; três agentes administrativos; duas assistentes sociais; sete motoristas; cinco datilógrafas; um zootecnista; dez técnicos agrícolas; três topógrafos; três

desenhistas; dois fiscais de açudes; um desenhista artístico; um veterinário; três vigias e um contínuo.

Dessa forma, por ter conseguido elaborar no período de um ano 204 projetos em benefício dos agricultores em suas diversas cidades assistidas pelo Projeto, ele foi escolhido para ser visitado pelo Ministro do Interior, Cel. Mário David Andreazza, no dia 29 de março de 1979. E para surpresa de todos, junto com Mário Andreazza chegou também o nosso cantor maior, Luiz Gonzaga.

Foi algo memorável, a partir de como se deu a chegada deles em um pequeno avião com hélice, depois de uma chuva de 120 mm que tinha ocorrido no dia anterior, alagando todo o município. E devidas as condições do solo, curioso perguntei ao piloto do avião como ele teve a coragem de aterrissar em um “campo de aviação” de terra batida enlameada. Ele respondeu que na decolagem do avião em Recife tinha informação da ocorrência da grande chuva, mas, não tinha maiores detalhes do campo de pouso, era uma tentativa que deveria ser feita, do contrário, retornaria para a capital de Pernambuco. Falou também que, entre Recife e Coremas, o ministro Mário Andreazza e Luiz Gonzaga tomaram um litro de whisky, em meio a muitas conversas, piadas, risadas intercaladas com o canto e o som da sanfona branca de Seu Luiz.

Então, ao chegar no seu destino, o piloto deu várias voltas por cima da cidade de Coremas, do grande açude Estevão Marinho/Mãe D’ água, vendo a multidão no acampamento do DNOCS esperando a comitiva. Depois deu alguns voos rasantes junto ao campo de avião, momento em que o piloto falou que as condições não pareciam boas e, ao que parece, tocado pelo efeito do whisky, o ministro mandou que mesmo assim o piloto aterrissasse, o que foi feito com grande perícia e sucesso.

Ao chegarem no Núcleo do Projeto Sertanejo, o ministro foi recebido com grande admiração por se dispor a

aterrissar naquelas condições. Ali estava uma segurança atenta, várias autoridades, muitos agricultores, jovens estudantes, senhoritas e senhoras, prefeitos regionais, deputados estaduais, vereadores, o juiz, o padre, o delegado compondo a multidão curiosa. Em meio a tudo isso, de repente, também desceu do carro, Luiz Gonzaga, o que fez muita gente correr para o seu encontro, ficando o ministro com poucas pessoas próximas dele, instante em que Mário Andreazza brincou dizendo: “Seu Luiz, a autoridade aqui sou eu”. Muitos riram e descontraído, Luiz Gonzaga naquele momento parecia que já conhecia todo mundo; fez brincadeira com um, colocou apelido em outro, contou piada, tirou muitas fotografias a pedidos, conversou sobre as chuvas do inverno, deu entrevista para um serviço de difusora local.

Depois do cerimonial e formalidades do ministro Mario Andreazza com as autoridades, Seu Luiz pegou a sanfona branca, botou o chapéu de couro e cantou “A Volta da Asa Branca”, logo em seguida emendou a música “Projeto Sertanejo”, sendo muito aplaudido. Depois de uns comes e bebes, ele entrou no carro junto com o ministro com destino ao campo de aviação, decolaram, sobrevoaram duas vezes a cidade e seguiram para o Recife.

Foi memorável, inesquecível, aquele 29 de março de 1979, valendo o registro fotográfico nos degraus do Escritório do Projeto Sertanejo de Coremas-PB.



Luiz Gonzaga e funcionários do Projeto Sertanejo de Coremas-PB

PESQUISA

CAPÍTULO 9

ACOMPANHAMENTO DOS PONTOS HIGIÊNICOS-SANITÁRIOS DOS ALIMENTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SERRARIA-PB (FAFS)

*Juliana Ferreira de Lima
Juliana Escarião da Nóbrega
João Gomes de Oliveira Neto
Alexandre Eduardo de Araújo
Gustavo José Barbosa*

INTRODUÇÃO

O município de Serraria (PB) está inserido no Território da Borborema que compreende um ajuntamento de 21 (vinte e um) municípios do Estado da Paraíba, e até a década de 1990 era grande produtor de cana-de-açúcar, logo o ciclo entrou em decadência acontece uma mudança no mapa da agricultura local (BARBOSA e FRANÇA, 2015). A agricultura familiar é um segmento de grande importância econômica e social, pois é responsável pela produção de diversos itens básicos da alimentação como feijão, leite, ovos, carne, frutas, legumes e verduras (AZEVEDO e NUNES, 2013).

De acordo com Oliveira (2010), a agricultura familiar no Brasil é de extrema importância na questão da segurança alimentar do país. Para que a produção atenda á crescente demanda, é imprescindível o investimento tanto do produtor quanto em políticas públicas, com a finalidade de melhorar as formas de cultivos existentes.

Para Azevedo e Nunes (2013), as feiras livres municipais vêm promovendo o trabalho familiar e a

organização de associações e cooperativas de agricultores familiares e também instrumentos de fortalecimento das relações de gênero, com enfoque na maior participação das mulheres nos processos produtivos e de comercialização. As feiras de agricultura familiar, por sua vez, vêm desenvolvendo um papel importante para os agricultores familiares, os quais estão inseridos nesses dois territórios em grande concentração.

Essas feiras estão impulsionando e fortalecendo a produção, gerando renda para essas famílias e garantindo um mercado fixo para o agricultor familiar vender sua produção. As formas de comercialização em feiras de agricultura familiar têm o poder de agregar valor ao produto, já que impede a inserção de atravessadores para realizar a comercialização (AZEVEDO e NUNES, 2013).

Segundo Dortelmann et al. (2013), a agroecologia proporcionou nos últimos anos, um novo olhar sobre a agricultura, que consiste numa nova experiência que vem sendo adotada por agricultores familiares e camponeses, é formada basicamente de um conjunto de conceitos e técnicas que são utilizadas na produção de alimentos mais saudáveis e naturais, contribuindo para preservação da saúde e do ambiente. O processo de comercialização da agricultura familiar deve ser realizado de maneira dinâmica e diferenciada, afim de suprir as necessidades dos diversos nichos de consumidores da sociedade precisando-se assim utilizar de estratégias de aproximação e respeito aos mesmos.

Vale ressaltar que os consumidores são cada vez mais exigentes quanto ao quesito da qualidade. Um diferencial dos alimentos adquiridos a partir da agricultura familiar da Feira da Agricultura Familiar de Serraria-PB (FAFS) é a não utilização agroquímicos em sua cadeia produtiva, no entanto se fazem necessárias outras medidas para que se garanta a qualidade do alimento até ao consumidor.

O objetivo deste trabalho é abordar as condições de higiene de alimentos comercializados na FAFS apresentando ainda, algumas estratégias para aprimoramento da mesma.

Breve histórico sobre a FAFS

A FAFS, quando “idealizada”, passou a ser uma experiência singular por se tratar de uma comercialização realizada por agricultores familiares de diferentes comunidades rurais do município e que trabalham em regime familiar (LIMA, 2016). Ainda segundo a autora supracitada, alguns dos agricultores participantes da FAFS já comercializavam seus produtos no comércio local por intermédio de atravessadores, outros comercializavam aos domingos, segundas ou quartas na feira livre convencional do município ou mesmo em municípios vizinhos tais como Borborema (PB), Pilões (PB) e Arara (PB).

A I Feira da Agricultura Familiar de Serraria realizou-se dia 28 de Julho de 2015 no Mercado Público Municipal, a partir do planejamento da Festa do Agricultor Familiar no ano de 2015 que teve por objetivo trazer as riquezas do campo para serem socializadas na cidade, sendo organizada pelas seguintes entidades: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Serraria (STTRS/PB), Prefeitura Municipal de Serraria, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMPAER-PB) e pelas Associações de Produtores Rurais do Município. Atualmente a FAFS é realizada semanalmente na Praça João Serrão, o número de consumidores vem aumentando dia após dia, sendo assim é necessária uma maior disponibilização de produtos para comercialização, além do investimento na qualidade e disposição dos alimentos.

Por esse aumento de demanda e a oferta de produtos insuficientes na FAFS, um trabalho de fortalecimento e aumento produtivo se faz viável para este setor, o que deve acontecer de forma equilibrada e consciente para que os produtos não percam a qualidade do sustentável e os

agricultores e agricultoras não percam suas origens, e, assim produzam o suficiente para o sustento de sua família e a comercialização do excedente sem trazer danos maiores ao meio ambiente nem às suas tradições. Este ano de 2019 a feira completará 4 anos de realização, contando com um vasto leque de atividades, desde capacitações e intercâmbio entre os agricultores e estudantes das áreas afins com a mesma, passando pelas inovações produtivas para os agricultores envolvidos, tais como beneficiamento de frutas, eventos de partilhas de saberes, dentre outros.

A agricultura familiar é um fator fundamental para a economia do município de Serraria/PB, sendo assim, a feira da agricultura familiar do município de Serraria vem proporcionando melhorias na qualidade de vida dos agricultores/feirantes, bem como dos consumidores, sendo ainda um espaço de socialização de saberes e experiências dos agricultores e agricultoras que contribui para o fortalecimento e dinamização produtivo, criando vínculos entre o campo e a cidade.

Boas Práticas de Fabricação

A disponibilização de alimentos saudáveis e de qualidade se reflete diretamente na forma como são produzidos e nas condições higiênico-sanitárias, as quais são expostos no momento da comercialização. As medidas a serem adotadas para a fabricação de alimentos são estabelecidas pela legislação sanitária federal e aplicável a todo o tipo de indústria de alimentos e serviço de alimentação.

A busca pela qualidade e melhoria contínua, o aumento das preocupações com os consumidores e da competitividade entre as organizações, fez com que o comércio desenvolvesse procedimentos para aumentar a qualidade sanitária dos produtos que por eles são comercializados. Assim surgiram as

Boas Práticas de Fabricação (BPF), que são procedimentos necessários para garantir a qualidade sanitária dos alimentos. Tais procedimentos abordam a estrutura física da organização, a disposição de equipamentos e utensílios, higiene e comportamento dos manipuladores de alimentos, higienização e sanitização de superfícies e fluxos dos processos desenvolvidos (SOUZA, 2006).

Segundo Akutsu (2009), há muitos fatores que limitam a implantação das BPF na maioria dos serviços de alimentação, entre eles: falta de conscientização e capacitação de manipuladores, ausência de investimentos em instalações, indisponibilidade de recursos financeiros para a implantação; falta de comprometimento dos proprietários e deficiência de apoio e conhecimento para uma adequada implantação. A qualidade higiênico-sanitária é apresentada como fator de segurança alimentar que tem sido amplamente estudada e discutida, uma vez que as Doenças Transmissíveis por Alimentos são a principais causas que contribuem para os índices de morbidade nos países da América Latina e do Caribe. Por isso, tem-se a necessidade de verificar a qualidade higiênico-sanitária dos manipuladores de alimentos, para que as doenças possam ser evitadas (AKUTSU, 2005).

A higiene dos alimentos é dada como uma ciência que tem como função a produção de alimentos seguros para os consumidores, garantindo a qualidade microbiológica das refeições. Portanto, é fundamental que haja um controle dos procedimentos e técnicas para verificar alimentos armazenados, produzidos e distribuídos (HOBBS e ROBERTS, 1998). A qualidade dos alimentos deve ser garantida desde o início de sua cadeia produtiva até o setor final desta cadeia, ou seja, os consumidores, por isso, aqui serão abordados os pontos positivos e negativos da comercialização entre agricultor e consumidor na Feira da Agricultura Familiar de Serraria.

O homem pode evitar que os alimentos se contaminem por diversas formas utilizadas conjuntamente e manter um eficiente controle higiênico-sanitário. É preciso conscientização para evitar a contaminação e obedecer a uma série de medidas preventivas, que incluem evitar falar, cantar, tossir e espirrar em cima dos alimentos, usar uniformes limpos com rede ou gorro para cobrir todos os cabelos, proteger os alimentos durante o armazenamento, preparo, cozimento e distribuição (SILVA JÚNIOR, 2001). Um controle higiênico dos manipuladores de alimentos eficiente é fundamental para evitar as consequências negativas dos males causados por alimentos que não foram adequadamente manuseados. Tal ação deve envolver produtores rurais, fabricantes, fracionadores, embaladores, processadores, manuseadores de alimentos e, finalmente, os consumidores (GOMES, 2007).

A higiene dos manipuladores de alimentos deve ser gerenciada e controlada para não comprometer a segurança dos alimentos, de tal modo evitar contaminações e toxinfecções. Assim a produção, preparação, distribuição, armazenamento e comercialização de alimentos, com segurança, são atividades que exigem cuidados especiais que envolvem o ambiente de trabalho, equipamentos e utensílios, manipuladores de alimentos, instalações sanitárias, controle de pragas e com os alimentos propriamente ditos, entre outros (SOUZA, 2006).

Por fim, os microrganismos podem contaminar alimentos em qualquer um dos estágios de produção, manuseio, processamento, acondicionamento, distribuição e/ou preparo para o consumo. A maior parte dos alimentos está sujeito a diversas fontes potenciais de microrganismos, porém podem-se controlar os níveis de contaminação e manter a microbiota em um número aceitável pela legislação vigente, através de manuseio adequado, conhecimento e emprego de fatores que influenciam o crescimento destes agentes nos alimentos, dentre outras ações (LIMA e SOUSA, 2002).

O último setor da cadeia produtiva, a comercialização, também é decisivo para a garantia da qualidade tão almejada por produtores e consumidores, devendo ser realizada de maneira segura e eficaz. Por todos esses aspectos abordados nos parágrafos anteriores, se faz de suma importância a educação e conscientização de todos os envolvidos na cadeia produtiva de alimentos e também de bebidas para se adotem práticas conscientes e corretas de produção, manipulação e comercialização destes, evitando assim, a perda da qualidade dos produtos ofertados aos consumidores, e possíveis problemas de intoxicação alimentar, por exemplo.

METODOLOGIA

Foi realizado um acompanhamento participativo na Feira da Agricultura Familiar de Serraria no período de julho a novembro de 2016, às quintas feiras na Praça Municipal João Serrão, em Serraria/PB, onde foram levantados os principais pontos negativos e positivos desse ambiente no que diz respeito à disposição de alimentos e bebidas para comercialização nesse espaço segundo as prerrogativas da legislação sanitária em vigor. Como estratégia metodológica foram aplicados questionários para consumidores e feirantes no mês de maio de 2016 para construção de um material informativo para os agricultores que pudesse auxiliar nas oficinas a serem realizadas para o aprimoramento das práticas de exposição dos alimentos para comercialização.

Também foi realizado o acompanhamento das reuniões mensais da associação da Feira da Agricultura Familiar do município de Serraria/PB, sendo abordados pontos estratégicos para melhoria da mesma, influenciando diretamente na autonomia dos feirantes e atendimento de suas necessidades primordiais em relação a capacitações e estratégias de

aprimorar a oferta e demanda dos produtos da FAFS de maneira saudável e higienicamente segura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como pontos positivos a serem destacados temos a correta manipulação do dinheiro entre os feirantes que comercializam alimentos prontos, como lanches e sucos, a pessoa que recebe o dinheiro não é a mesma que manuseia o alimento. Alimentos como bolos, tapiocas e bejús, como visto na Figura 1, são todos acondicionados em saquinhos de plástico transparente dificultando assim a entrada de agentes contaminantes no alimento.

Figura 1: alimentos prontos comercializados na FAFS.



Fonte: arquivo pessoal.

De acordo com Lima (2016) a higiene dos produtos dispostos nos expositores é como um espelho que demonstra em um primeiro momento como aquele alimento foi produzido, principalmente no tocante dos alimentos comercializados prontos (bolos, doces, sucos e lanches), sendo preciso cuidados

adequados em sua manipulação e exposição para venda. Como podemos observar na Tabela 1 (adaptada de LIMA, 2016), a maioria dos consumidores se mostra satisfeito com os parâmetros avaliados, no entanto ainda há uma parcela que sinaliza como regular ou insatisfeito, sendo necessária uma mudança de comportamento por parte dos feirantes para que assim possa satisfazer um maior quantitativo de consumidores.

Tabela 1: Avaliação dos consumidores entrevistados nos parâmetros descritos de preço, aspecto visual do produto, higiene, atendimento e a não utilização de agrotóxicos na produção dos alimentos.

Preço R\$	Quantidade	%
Satisfeito	20	64,51%
Regular	11	35,48%
Aspecto visual do produto		
Satisfeito	22	70,96%
Regular	9	29,03%
Higiene do feirante e do produto		
Satisfeito	18	58,06%
Regular	9	29,03%
Insatisfeito	4	12,90%
Atendimento do feirante para o consumidor		
Satisfeito	17	54,83%
Regular	9	29,03%
Insatisfeito	5	16,12%
Não uso de agrotóxicos		
Satisfeito	30	96,77%
Regular	1	3,22%
Valor nutritivo do alimento		
Satisfeito	28	90,32%
Regular	3	9,67%
Forma como os produtos são expostos na banca		
Satisfeito	27	87,09%
Regular	4	12,90%
Produto ser “fresco”		
Satisfeito	30	96,77%
Regular	1	3,22%

Fonte: Lima, 2016.

Todos os alimentos comercializados na FAFS são de fontes de produção conhecidas, ou seja, as próprias unidades familiares que comercializam os produtos são as que os produzem, não sendo permitida, assim, a adição de qualquer químico sintético em sua cadeia produtiva. A partir do acompanhamento da FAFS pode-se destacar os seguintes problemas a serem solucionados:

- a) Falta de material adequado para acondicionar frutas e hortaliças;
- b) Falta de pias para higienização das mãos;
- c) Ausência de lixeiras adequadas em local acessível para consumidores e feirantes;
- d) Não utilização por todos os feirantes de batas, luvas e toucas, em especial das barracas que trabalham com a comercialização de lanches e sucos;
- e) Falta de bebedouros com água potável para os feirantes;
- f) Condições precárias dos banheiros públicos municipais disponíveis para utilização pelos feirantes e consumidores.

Como podemos observar na tabela 2 (adaptada de Lima, 2016), os itens de maior necessidade a serem trabalhados e aprimorados com os feirantes estão envolvidos com a questão da higiene e do atendimento aos consumidores, sendo assim necessárias ações efetivas nesse tocante, uma vez que estão diretamente relacionados ao sucesso e continuidade da feira e o respeito ao consumidor final dos produtos.

Tabela 2: Sugestão dos consumidores para melhoria da FAFS

Sugestão	Consumidores	%
Feira passar a ser semanalmente, proporcionando mais oportunidade para o consumidor toda semana	2 consumidores	6,45%
Manter a regularidade e presença dos feirantes nas	18 consumidores	58,06%

feiras		
Conseguir o selo de alimentos orgânicos	3 consumidores	9,67%
Mais apoio das entidades à feira	21 consumidores	67,74%
Mais higiene na parte das frutas e legumes	14 consumidores	45,16%
Feirantes precisam usar luvas, aventais e toucas	12 consumidores	38,70%
Mesa precisa ser coberta com material mais resistente	3 consumidores	9,67%
Que os sorteios do balaio continuem	8 consumidores	25,80%
Que o bom atendimento se amplie	2 consumidores	6,45%
Os feirantes devem trazer mais produtos para vender, principalmente frutas e legumes	5 consumidores	16,12%
Maior divulgação no dia e local da feira	2 consumidores	6,45%
Melhorar o atendimento	3 consumidores	9,67%
Os feirantes precisam ser capacitados em estratégias de vendas e atendimento	1 consumidor	3,22%

Fonte: Lima, 2016.

CONCLUSÃO

Medidas como a implantação de Boas Práticas de Fabricação desde o campo até a comercialização podem minimizar os riscos de contaminação dos alimentos e bebidas devendo ser implantadas desde a produção da matéria prima até a comercialização do produto final, e, a consequente manipulação e preparo pelos consumidores.

Recomenda-se a realização de ações educativas direcionadas aos feirantes e consumidores. Faz-se necessário, oferecer melhores condições de infraestrutura, os

agricultores/feirantes no espaço da feira, sobretudo nas condições sanitárias e fornecimento de água potável.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. B. A. de; NUNES, E. M. AS feiras da agricultura familiar: um estudo na Rede Xique Xique nos Territórios Açú-Mossoró E Sertão do Apodi (RN). **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v 3, n. 2(3), p. 59-74, jul./dez., 2013.

AKUTSU, R. C et al. Adequação das Boas Práticas de Fabricação em Serviços de Alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 419-427, 2005.

AKUTSU et al. Avaliação das boas práticas em duas visões: técnica e da empresa. **Brazilian Jornal Of Food Technology**, v. 12, p. 19 – 23, jan. 2009.

BARBOSA, G. J; FRANÇA, J. F. Organização da feira da agricultura familiar no município de Serraria (PB). In: 6, SEMANA DE GEOGRAFA, Guarabira: UEPB, 2015.

DORTELMANN, J.; GEBAUER, J.; MAZON, T.; COSTA, T.; PEREZ-CASSARINO, J. Feira Agroecológica da agricultura familiar de Rio Bonito do Iguçu, Paraná. **Cadernos de Agroecologia**, Porto Alegre, RS, v. 8, n. 2, p.1-5, 2013.

GOMES, J. C. **Legislação de alimentos e bebidas**. Viçosa: UFV, 2007. 365 p.

HOBBS, B. C; ROBERTS, D. **Toxinfecções e Controle Higiénico-Sanitário de Alimentos**. Traduzido por Marcelo Arruda Nascimento. São Paulo: Varela, 1998, 376p.

LIMA, A. W. O.; SOUSA, C. P. Infecções e intoxicações alimentares. In: **Aspectos da ciência e tecnologia de alimentos**. 1. ed. João Pessoa, PB: Nova Idéia, 2002, v. 1, p. 175-199.

LIMA, J. F. de. **O nascer da Feira da Agricultura Familiar de Serraria (PB) - FAFS**. Monografia (Bacharelado em

Agroecologia) CCHSA–UFPB. Bananeiras: [s.n.], 2016. 94f.: il.: color. Orientador: Prof. Dr. Filipe Silveira Marini. Monografia (Agroecologia) CCHSA-UFPB.

OLIVEIRA, M. G. C. **Importância da mecanização na agricultura familiar brasileira**. Embrapa Arroz e Feijão. 2010.

SILVA JUNIOR, E. A. da. **Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos**. 4. ed., rev. e ampl. São Paulo: Varela, 2001. 475 p.

SOUZA, L. H. L; et al. A manipulação inadequada dos alimentos: Fator de contaminação. **Revista Higiene Alimentar**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 146, p. 32 - 39. nov. 2006.

CAPÍTULO 10

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA IMPLANTAÇÃO DE UMA FEIRA AGROECOLÓGICA SOBRE OS PRODUTORES RURAIS NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

José Romário Lacerda de Barros

INTRODUÇÃO

A escassez de alimentos, a desnutrição, a miséria, a queda nas condições sanitárias da população e a degradação ambiental continuam sendo problemas em várias regiões pelo mundo. Os benefícios da Revolução Verde não chegaram aos produtores rurais com menos recursos e os problemas como poluição, agrotóxicos e perda da biodiversidade são uma realidade para tais produtores.

Recentemente a busca pela sustentabilidade ganhou força em todo mundo, sendo pauta de vários eventos técnico-científicos, e sendo status de empresas e grandes marcas que procuram trazer o desenvolvimento sustentável para a agricultura convencional através da substituição de insumos.

Unicamente uma compreensão mais aprofundada é que permite realmente um passo certo e coerente para promoção da agricultura sustentável. A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 2004, p.21).

Estima-se que cerca de 17 mil propriedades são certificadas no país, sendo a maioria destas administradas por pequenos produtores rurais. A região Nordeste está entre uma das maiores produtoras de produtos agroecológicos. Os produtos mais comercializados consistem de frutas, hortaliças, tubérculos, grãos e produtos agroindustrializados. O consumo de produtos orgânicos no país cresce cerca de 25%/ano. (SEBRAE, 2019, p.1).

O associativismo resulta da reunião legal entre duas ou até mais pessoas, com ou sem personalidade jurídica, em busca da realização de um objetivo comum e/ou defesa de seus interesses. A cooperação é essencial na busca pela viabilização de atividades econômicas que possam garantir ao pequeno produtor rural participar do cenário do agronegócio com melhores condições para oferecer seus bens e serviços, tendo em vista a estrutura coletiva e os benefícios em comum (MUMIC et al., 2015, p.7).

Nesse sentido, o presente trabalho objetiva analisar o impacto socioeconômico da produção de base agroecológica e a comercialização de produtos agroecológicos sobre os produtores rurais em uma Associação Comunitária no município de Serra Branca na Região do Cariri Ocidental do estado da Paraíba.

Reflexões essenciais sobre Legislação, processos de transição, soberania alimentar e feiras livres

A política nacional da Agroecologia é Regulamentada pela *Lei* nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 e complementada pelo decreto Nº 6.323/2007. A Lei e o Decreto criaram os mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica. O Decreto criou o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISOrg) e o sistema participativo de garantia, não considerado

nas normativas anteriores (BRASIL, 2003, p. 1; BRASIL, 2007, p. 1).

A Agroecologia se fortalece com a implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que se baseia nos princípios da promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) e do direito humano à alimentação adequada (DHAA). Outras iniciativas de ação pública, tais como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), institucionalizada em 2012 e consolidada através do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) (GIORDANI, et al., 2017, p. 433).

O enfoque Agroecológico é entendido como um processo gradual e multilinear que busca não somente a racionalização econômico-produtiva, mas também a mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 12).

A agroecologia aparece como um modelo alternativo de produção, que alude não só a adoção de práticas ecologicamente corretas, mas, formas de comercialização pautadas na sustentabilidade local e na estruturação de redes de distribuição de produtos vindos da agricultura familiar (SILVA e MACÊDO, 2016, p. 1).

O processo de conversão de sistemas agrícolas convencionais em agroecológicos vem sendo objeto de estudo no Brasil procurando compreender os fatores que estão envolvidos nesse processo e estabelecer diretrizes que possam facilitar tal processo. As iniciativas de transição em muitos casos partem exclusivamente dos próprios produtores rurais que não primordialmente certificados, resolvem proporcionar certa sustentabilidade em determinada localidade (SIQUEIRA et al., 2010, p. 250).

Os desafios da transição partem desde o desprendimento de técnicas rudimentares pertencentes ao pacote tecnológico proposto pela Revolução Verde a um resgate de técnicas tradicionais que visam à maximização de produtos advindo da própria propriedade. Outro desafio para produtores no processo de transição é a promoção da diversificação de variedades no sistema produtivo (PARODI, 2018, p. 4).

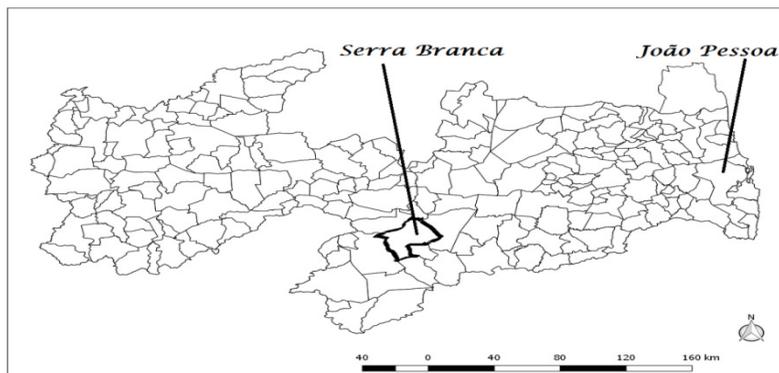
O conceito de segurança alimentar tem por base a agroecologia. Pois aborda em suas diretrizes: a promoção da agricultura familiar e as práticas agroecológicas (WARMLING D MORETTI-PIRES, 2017, p. 688).

Entre os segmentos mais modernos os produtos orgânicos estão em alta e merecem elevada atenção. As feiras livres são ambientes democráticos de comercialização, principalmente, de frutas e hortaliças onde são bastante procuradas pelos consumidores por apresentarem alimentos frescos e de boa qualidade aparente que proporcionam a comercialização desses mantimentos (SANTOS et al., 2016, p. 2).

METODOLOGIA

O município de Serra Branca está localizado Microrregião do Cariri Ocidental do Estado da Paraíba. Compreende uma área de 704,6 km². A altitude média é de 493 m, distando da capital cerca de 233 km. A vegetação é a caatinga formada por Florestas Subcaducifólica e Caducifólica (BELTRÃO et al., 2005, p. 2). O clima de acordo com a classificação de KOPPEN é BSh semiárido quente. As precipitações anuais variam de 300 a 600 mm. A temperatura média é de 26°C. (PONTES et al., 2013, p. 3) (Figura 1).

Figura 1: Localização do município de Serra Branca.



Fonte: Adaptado de IBGE, 2017.

A Associação Comunitária dos Usuários de Água dos Sítios Salão, Lagoa da Serra e Adjacências conta atualmente com cerca de 107 sócios (participação nas reuniões: média de 60); média de famílias 55. Foi fundada em 14/08/2005. A associação conta ainda com a parceria com a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG (Figura 2).

Figura 2 – Associação Comunitária dos Usuários de Água dos sítios Salão, Lagoa da Serra e Adjacências na comunidade Salão no município de Serra Branca-PB.



Fonte: Autoria do trabalho.

A área do estudo compreende produtores rurais da comunidade do Salão que está localizada na área rural no município de Serra Branca, situada a 18 km da zona urbana. Hoje na comunidade vivem cerca de 20 (vinte e quatro) famílias (Figura 3). Dentre os procedimentos metodológicos adotados para este estudo estão as visitas *in loco* nas feiras Agroecológicas, aplicação de questionário com questões abertas e fechadas, aos produtores e responsáveis pela feira com questões sobre agroecologia, produção, comercialização e expectativas. Foram entrevistados oito produtores rurais da feira que corresponde a 100% dos produtores Agroecológicos. Os dados foram analisados a partir do programa da Microsoft Excel® 2007.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comercialização na feira Agroecológica da comunidade Salão no município de Serra Branca. A comercialização é feita sempre no dia da reunião ordinária da Associação realizada sempre no segundo domingo de cada mês na sede da Associação. Os produtores estão se mobilizando ainda para aumentar o número de produtores e abrir uma barraca na feira municipal que acontece aos sábados na cidade.

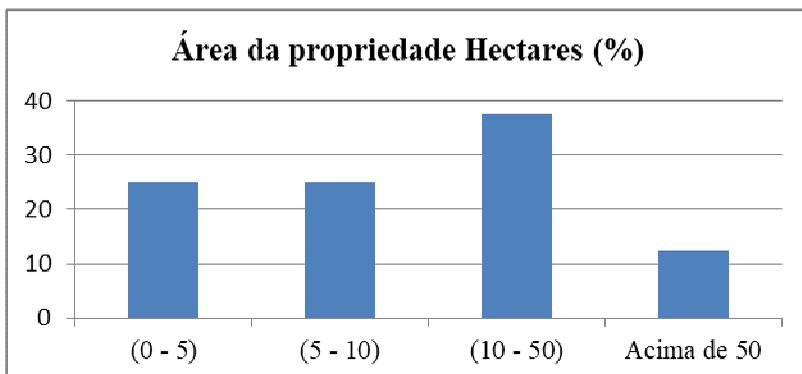
Figura 3 - Feira Agroecológica na comunidade Salão no município de Serra Branca/PB.



Fonte: A autoria do trabalho.

Na Figura 4 pode-se observar os dados referentes ao tamanho das propriedades em hectares, 37,5% dos produtores relataram que possuem uma área entre 10 e 50 hectares, 25% de 0 a 5 hectares, 25% de 10 a 50 hectares e 12,5% acima de 50 hectares. A maioria dos produtores rurais possuem áreas de pequeno a médio porte e esse dado pode caracterizar a minifundização que é uma característica típica da região.

Figura 4: Área das propriedades dos produtores rurais em hectares.



Fonte: Dados da pesquisa

Os dados do presente trabalho diferem dos achados de Vieira (2016, p. 72) em que 63,70% dos produtores possuem lotes de 4 hectares.

Verificou-se que os principais produtos produzidos nessa feira são: alface, couve, cebolinha, cebola, coentro, quiabo, pimentão, salsa, beterraba, macaxeira, jerimum, cenoura, acerola, manga, graviola, coco, mamão, milho, feijão, porco, galinha, ovos, cama de frango, leite bovino, queijo bovino e peixe (Figura 4). Esses dados demonstram que ocorre uma ampla diversidade na oferta de produtos Agroecológicas na feira desde produtos de origem vegetal até os de origem animal, além de produtos derivados.

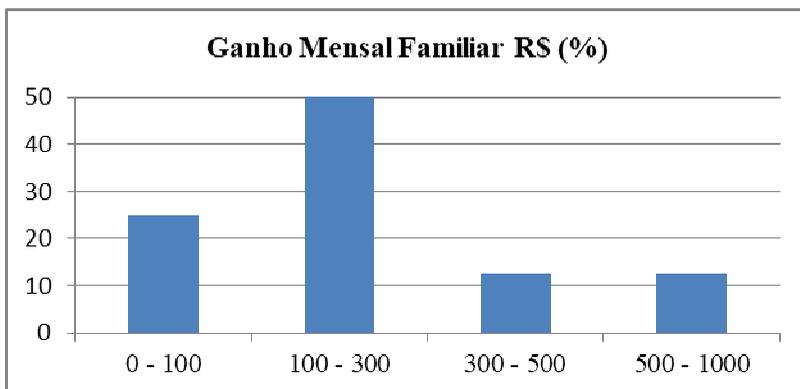
Figura 5 - Diversidade de produtos na Feira Agroecológica na comunidade Salão no município de Serra Branca-PB.



Fonte: Autoria do trabalho.

Quanto ao ganho mensal familiar com a produção agroecológica a Figura 6 apresenta os valores médios de rendimentos. 50% dos produtores rurais ganham entre R\$ 100,00 e R\$ 300,00, 25% ganham entre R\$ 0e R\$ 100,00, 12,5% ganham entre R\$ 300,00 e R\$ 500,00 e 12,5% ganham entre R\$ 500,00 e R\$ 1000,00. Esse dado é de suma importância considerando que esta não é a única fonte de renda destes produtores e sim um incremento de renda a outras atividades desenvolvidas nos sistemas produtivos.

Figura 6: Ganho mensal familiar em Reais dos produtores rurais.



Os dados do presente trabalho se assemelham aos obtidos por Jalfim et al. (2008, p. 24) em que verificaram uma agregação de R\$ 40,00 a R\$ 120,00 por semana nas rendas familiares de áreas de reforma agrária do Semiárido Nordeste.

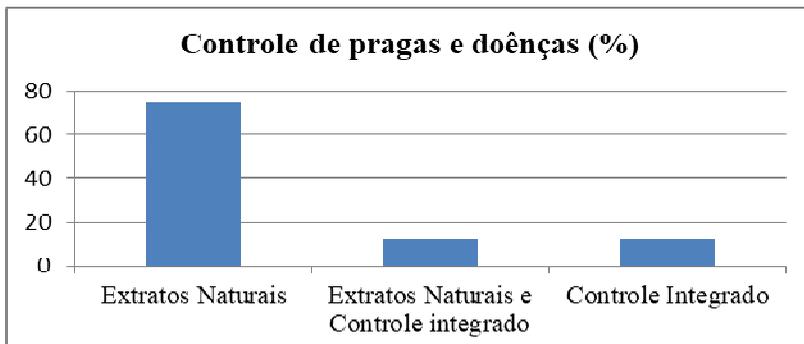
Entre as principais práticas agroecológicas e de convivência com o Semiárido adotadas pelos produtores rurais, as mais observadas foram a compostagem, o consórcio de culturas, o uso de biofertilizante, cobertura morta, adubação verde, uso de esterco, não utilização de queimadas, uso de sementes nativas e irrigação por gotejamento.

Os dados encontrados no presente trabalho são similares aos obtidos por Souto et al. (2011, p. 102) em que verificaram a utilização de diversos extratos naturais, evita queimadas, faz consórcio de culturas, uso de esterco, dentre outras.

Quanto ao manejo de pragas e doenças o Gráfico 3 apresenta os valores das principais práticas adotadas: 75% utilizam extratos naturais, 12,5% utilizam extratos naturais e o controle integrado e 12,5% utilizam o controle integrado de pragas e doenças. Esses dados apontam que a maioria dos produtores rurais estão utilizando defensivos naturais e estão

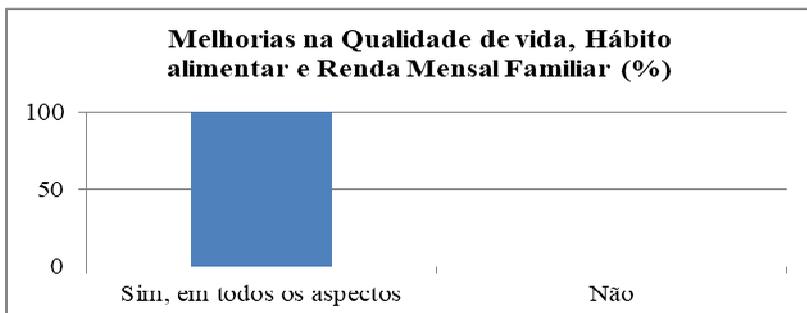
preocupados com qualidade dos alimentos e com a não utilização de agrotóxicos.

Figura 7: Controle de pragas e doenças adotados pelos produtores rurais.



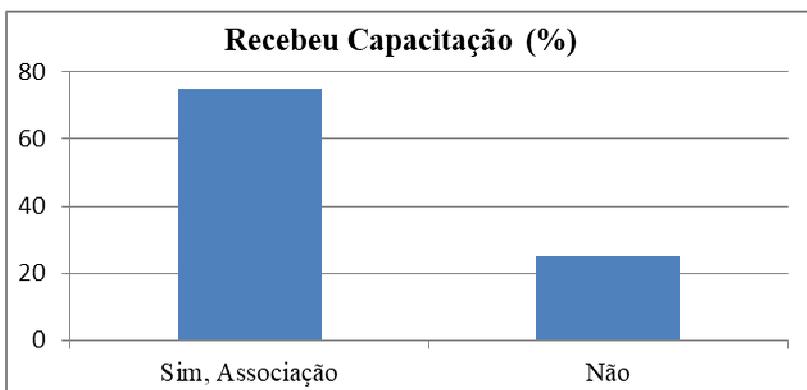
A Figura 8 apresenta os dados referentes ao recebimento de capacitação pelos produtores rurais. 75% receberam a capacitação através da associação e dos projetos ofertados na mesma através das parcerias (Projeto Dom Helder Câmara - PDHC, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária - EMPAER), e 25% não receberam capacitação nenhuma. Esses dados demonstram que a maioria dos produtores receberam capacitação e esse cenário é importante para adoção de novas práticas Agroecológicas e melhorias dos sistemas produtivos.

Figura 8: Recebimento de capacitação pelos produtores rurais.



Referente às melhorias na qualidade de vida, hábito alimentar e incrementos na renda mensal familiar são apresentados os seguintes dados: 100% dos produtores rurais relataram que houve significativas melhorias em todos os aspectos analisados (Figura 9). Esse dado indica que a prática da comercialização direta proporciona a retirada da figura do atravessador e favorece o contato direto entre o feirante e o consumidor, melhorando os hábitos alimentares e promovendo produtos com preço justo e qualidade.

Figura 9: Melhorias na qualidade de vida, hábito alimentar e incremento na renda familiar dos produtores rurais.



Dentre as principais pretensões que os produtores rurais almejam destacam-se a busca pelo aumento da produção, aumento da diversidade de produtos, inserção de novas práticas agroecológicas para melhorar os sistemas produtivos, alcançar novos mercados e obter a certificação dos produtos.

CONCLUSÃO

Por fim, pode-se concluir que a implantação da feira agroecológica traz inúmeros benefícios a socioeconomia dos produtores rurais na região do Semiárido paraibano, uma vez que, de um lado existe a possibilidade de comercializar o produto diretamente ao consumidor na zona rural o que pode ser considerado uma coisa inédita na região, incrementando ainda os rendimentos mensais destes, e de outro a certeza de que esses produtos estão livres de agrotóxicos e fertilizantes químicos, promovendo assim saúde aos produtores, aos consumidores de tais produtos e ao meio ambiente.

A implantação da feira Agroecológica da Associação Comunitária do Salão demonstra a autonomia da mesma e oferece uma ampla diversidade de bons produtos para o público consumidor.

Alguns pontos ainda precisam avançar como a necessidade que estes produtores têm de tornarem suas atividades mais rentáveis e competitivas através da busca pela certificação, políticas públicas devem ser implementadas para absorção dos produtos focando maiores retornos financeiros aos produtores, melhoria da assistência técnica e extensão rural para o emprego de novas tecnologias e novas práticas a estes produtores visando o melhor uso dos sistemas produtivos e a promoção da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5ªed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BELTRÃO, B. A.; et al. **Diagnóstico do município de Serra Branca**. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

BRASIL. **DECRETO Nº 6.323, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007**. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm> Acesso em: 10 jun. 2019. p. 1.

BRASIL. **LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm>
Acesso em: 10 jun. 2019. p. 1.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

GIORDANI, R. C. F.; BEZERRA, I.; ANJOS, M.C.R. Semeando agroecologia e colhendo nutrição: rumo ao bem e bom comer. In: A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável / organizadores: Regina Helena Rosa Sambuichi ... [et al.]. – Brasília: Ipea, 2017. 463 p.

JALFIM, F.; RUFINO, E.; SANTIAGO, F.; VIDAL, M. S. C.Promovendo feiras agroecológicas no semiárido brasileiro: a experiência do Projeto Dom Helder Câmara. **Agriculturas**, v. 5, n. 2, jun. 2008, p. 23-25.

MUMIC, B.; AGUIAR, K. A. P.; LIVRAMENTO, D. E.A importância do associativismo na organização de produtores

rurais. **Revista de Iniciação Científica da LIBERTAS**, São Sebastião do Paraíso, v. 5, n. 56, dez. 2015.

PARODI, G. Agroecological transition and reconfiguration of horticultural work among family farmers in Buenos Aires, Argentina. **Cahiers Agricultures**, v. 27, n. 3, mai–jun, 2018.

PONTES, S. H.; et al. Análise hidroclimática da região de Serra Branca, PB. In: **XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos**, 2013, Bento Gonçalves, RS, 2013.

SANTOS, J. J. A.; ARAÚJO, J.; SANTOS, V. C.; FERNANDES, F. G.; ARAÚJO, R. C. Comercialização e destino de frutas e hortaliças após as feiras agroecológicas de municípios paraibanos. In: Congresso Internacional das Ciências Agrárias – COINTER, 1., 2016, Bananeiras. **Anais... . Bananeiras**, 2016, p. 1-6.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas. **Agricultura orgânica: cenário brasileiro, tendências e expectativas**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-agricultura-organica,69d9438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD?origem=segmento&codSegmento=1>> Acesso em 23/ jun./ 2019.

SILVA, R. O.; MACEDO, H. C. Uma feira agroecológica em Campina Grande-PB: alternativa para a agricultura familiar no semiárido paraibano. In: Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido - CONIDIS, 1., 2016, Campina Grande. **Anais... . Campina Grande: Realize**, 2016. p. 1-10.

SIQUEIRA, H. M.; SAUZA, P. C.; RABELLO, L. K. C.; FERREIRA, R. S.; ALVAREZ, C. R. S. Transição agroecológica e sustentabilidade dos agricultores familiares do Território do Caparaó-ES. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 2, p. 247-263, 2010.

SOUTO, R. A.; MALAGODI, S.; MARACAJÁ, M. C. S.; XAVIER, C. Análise da viabilidade ambiental de práticas

agroecológicas adotadas por agricultores familiares do município de Lagoa Seca, Paraíba. **Engenharia Ambiental - Espírito Santo do Pinhal**, v. 8, n. 3, p. 099-115, jul./set. 2011.

VIEIRA, J. F. S. **Análise do processo de formação da feira agroecológica dos Bancários: características dos feirantes e consumidores da feira localizada no bairro dos Bancários – João Pessoa – PB**. 2016, 123f. Monografia (Especialização em Agroecologia), Universidade Estadual da Paraíba, Lagoa Seca, 2016.

WARMLING, D. MORETTI-PIRES, R. O. Sentidos sobre agroecologia na produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos em Florianópolis, SC, Brasil. **Comunicação saúde educação**, v. 21, n. 62, p. 687-698, 2017.

CAPÍTULO 11

BIBLIOTECAS EM COMUNIDADES RURAIS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA ARCA DAS LETRAS NA COMUNIDADE FREI ANASTÁCIO, CONDE-PB

Helloyse Alves dos Santos Villar

Gisele Rocha Cortês

INTRODUÇÃO

A leitura é algo libertador, emancipador, que forma opinião, que distingue caminhos, que transforma. A informação e o conhecimento estão presentes nos grandes centros através das tecnologias e da velocidade da internet. Porém ainda há lugares em que estes domínios não fazem parte da realidade.

Há uma grande diferença de realidades, o rural e o urbano, apesar de um nascer do outro, em muitos recantos o rural tem sido visto como atrasado. Na cidade são muitas as ações de cultura e arte que também envolvem o acesso à leitura e à informação. Já no campo, poucas são as ações que promovem essas atividades, porém, essa realidade pode mudar a partir da nova visão de desenvolvimento rural presente no Relatório Final da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2008, p.55):

Essa nova visão de desenvolvimento rural defronta-se com o desafio de consolidar uma percepção mais aprofundada sobre o meio rural, na qual sejam consideradas a diversidade de padrões de uso sustentável dos recursos naturais presentes em cada bioma, a riqueza das manifestações culturais e a importância das populações rurais e de suas estratégias de

reprodução econômica, ambiental, cultural, política e social.

Para dirimir um pouco essa ótica o trabalho a seguir traz a experiência do Programa Arca das Letras, um programa do Governo Federal destinado à população das comunidades rurais e que leva bibliotecas a esses recantos objetivando incentivar o acesso aos livros e à prática da leitura. A Arca das Letras no Assentamento Frei Anastácio, objeto dessa pesquisa, foi implantada em 2009 em parceria com órgãos e instituições governamentais.

DESENVOLVIMENTO

O debate sobre as condições de vida no campo em sua grande maioria remete apenas às condições de produção, de convivência com a escassez de recursos (hídricos), de comercialização de seus produtos, de acesso a crédito para produção e ações para melhoria das condições financeiras da população.

O campo é um espaço com grande potencial de recursos naturais e de pessoas; os primeiros são essenciais para a produção dos alimentos e para a sustentabilidade da população; o segundo com a mesma importância nos faz perceber que os conhecimentos e saberes pertinentes a eles fazem parte de um contexto histórico que deve ser preservado e perpetuado. Quem não tem em suas raízes mais antigas uma história ou uma vivência nos sítios ou fazendas, os avós que contam histórias da infância no campo, da lavoura, da vida tranquila, das conversas no alpendre.

A educação do/no campo é um ponto da educação bastante discutido, pois no campo existe uma pluralidade de atores e que as metodologias aplicadas são diferenciadas justamente em relação a essas pluralidades. É resultado da luta dos movimentos sociais pelo direito e acesso à educação de

qualidade independente de lugar, preservando, é claro as peculiaridades dos povos do campo. Segundo Silva (2010 p. 5) a educação do campo caracteriza-se como:

uma pedagogia para atender os povos do campo, precisa considerar os elementos simbólicos das culturas que norteiam os modos de vida desses educandos e comunidades, especialmente, no tocante às alternativas produtivas, as suas práticas e rituais, as suas curas, festividades, temporalidades.

Fazer chegar às políticas públicas de educação, cultura, arte, lazer, esporte e outras, ainda é a melhor maneira de realizar a inclusão desses sujeitos.

BIBLIOTECA COMUNITÁRIA E/OU ALTERNATIVA E LEITURA COMO PRÁTICA SOCIAL

Numa biblioteca tradicional a leitura e a pesquisa são as atividades principais, mas novos paradigmas estão se construindo, as bibliotecas ou espaços de leitura ou até mesmo os novos suportes estão se desenvolvendo e permitindo que o leitor tenha a liberdade de escolher, se expressar, se comunicar. É importante ter essa visão de que a leitura e a interação não acontecem apenas num espaço determinado a exemplo da escola, ou até mesmo a Biblioteca Pública (Municipal ou Estadual). O que é relevante é que a leitura aconteça, independente do lugar/espaço onde isso ocorra.

As bibliotecas alternativas permitem ao leitor a liberdade de expressão através das trocas de sentidos e saberes; são espaços diferenciados que incentivam a leitura e o conhecimento.

“essas bibliotecas são faladas como espaços que rompem com o estereótipo de lugar que silencia, cala seus leitores e normatizado por regras rígidas

e que instalam a imagem de um lugar que permite troca de sentidos sobre práticas e gestos de leitura.” (BASTOS; ROMÃO, 2010, p. 1)

As bibliotecas comunitárias são espaços de leitura que servem a comunidade e ao mesmo tempo são planejados e gerenciados por elas. A comunidade se responsabiliza pela gerencia dessas bibliotecas mantendo-as conservadas, atuantes. Elas são utilizadas como recreação e como instrumento difusor da cultura local e regional, onde crianças, jovens e adultos têm os livros como aliados na formação e desenvolvimento da cidadania.

Essas bibliotecas alternativas além de contribuir para os/as usuários/as terem acesso aos livros que de outra forma talvez não tivessem, elas colaboram para que haja a inclusão social através das atividades de cultura, arte e leitura através das rodadas de conversas e contação de histórias como reconhecimento da identidade.

O Programa Arca das Letras foi um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário que disponibilizou suporte (acervo, sinalização, metodologia) para implantação de bibliotecas rurais bem como capacitação de pessoas para atuarem como agentes de leitura. A iniciativa também fez parte das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) que preconiza a *conquista de novos espaços de leitura*. A implantação das Arcas acontecia a partir da demanda da comunidade que era feita através de reuniões de maneira participativa e construtiva, nas quais a comunidade dialoga e decide sobre as responsabilidades e o gerenciamento da biblioteca.

A CHEGADA DO PROGRAMA ARCA DAS LETRAS NO ASSENTAMENTO

O Assentamento tomou conhecimento do Programa por meio da antiga Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB), hoje Empresa de Pesquisa, Extensão Rural e Regulamentação Fundiária (EMPAER), atuante no município do Conde através dos Extensionistas Juscelino Correia de Araújo, Augusto Ferreira Neto e Ivanalda Dantas, que realizaram as reuniões de consulta à comunidade, articularam parcerias para a confecção do móvel, planejaram com o MDA a vinda do acervo e do instrutor da capacitação, e toda mobilização para a solenidade de entrega da Arca à comunidade. A Arca foi entregue em um evento organizado pela então EMATER-PB, o MDA e a Prefeitura Municipal, que aconteceu em 11 de setembro de 2009, na Câmara de Vereadores do Município, onde participaram os moradores da comunidade, diretores de escolas, professores. Na ocasião foram entregues 8 arcas para 8 comunidades do Município do Conde-PB.

Atualmente a Arca encontra-se na residência de um dos moradores do assentamento. O local é perto da escola, de fácil acesso para os demais moradores e o dono da casa apresenta boa receptividade para com os usuários (Foto 01). A Arca está em bom estado de conservação, aparentando apenas alguns arranhões, cujos livros estão dispostos conforme a orientação e classificação por cores (Foto 02). Fica localizada na sala da residência do Agente que segundo ele, a casa é aberta toda hora.

Com relação ao registro de Usuários através do Livro de Registro que nos foi disponibilizado pelo agente durante a visita, verificamos que: A biblioteca possui um cadastro de leitores com 31 usuários. A diferença dessas frequências apoia-se na hipótese das crianças serem mais curiosas, mais

disponíveis; Os adultos por sua vez estão sempre atarefados com suas atividades rotineiras. Segundo Silva (1996, p. 37) Não resta dúvida que o analfabetismo é uma sólida barreira para o desenvolvimento da leitura no contexto brasileiro. O espaço ocupado pela televisão no cotidiano das pessoas também tem “roubado” o lugar da leitura. Silva (1996, p. 37) elucida harmoniosamente essa situação:

Dadas as condições do desenvolvimento histórico e cultural do país, a leitura, enquanto atividade de lazer e atualização, sempre se restringiu a uma minoria de indivíduos que teve acesso à educação e, portanto, ao livro. A grande massa da população sem condições de estudar, sempre aderiu aos meios diretos de comunicação, que não exigem educação formal para sua recepção. Daí, talvez, o sucesso do rádio e da televisão no contexto brasileiro e na maioria dos países subdesenvolvidos.

Existe também a questão do preconceito e da resistência, cujo adulto da zona rural é mais avesso às novidades e às mudanças. A presença de uma biblioteca em alguns lugares onde nem energia existe, assusta.

É preciso que o Agente de Leitura seja constantemente capacitado e atualizado, para sensibilizar as pessoas e conscientizá-las da importância da leitura e do conhecimento, para tentar quebrar essas barreiras.

Foto 01: Indicação da residência que acolhe a Arca das Letras atualmente



Foto 02: A Arca na residência do Agente de Leitura



Fonte: VILLAR, 2012. Arquivo pessoal.

Fonte: VILLAR, 2012. Arquivo pessoal.

PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

A natureza deste trabalho caracteriza-se como pesquisa de abordagem quantitativa, “método que se apropria da análise estatística para o tratamento dos dados” (FIGUEIREDO, 2007, p 93), realizada com a aplicação de questionários para traçar o perfil dos usuários do Programa Arca das Letras no Assentamento Frei Anastácio e a observação do Livro de Registro dos Usuários da biblioteca para verificar a quantidade de empréstimos, períodos e assiduidade. A abordagem qualitativa, segundo Strauss e Cobin (2008, p. 23) “[...] qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através dos procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação”, Para Richardson et al. (1999, p.90)

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”

A abordagem qualitativa ocorreu através de entrevistas com os Agentes de Leitura da Arca contida no Assentamento para verificar a prática de leitura dos/as usuários e agentes do programa.

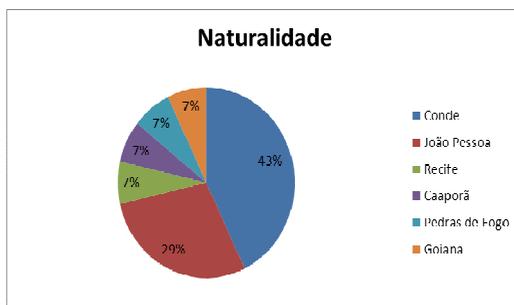
DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Chegando à comunidade foi feita uma caminhada para identificar as pessoas da comunidade que utilizam a biblioteca rural, abordamos algumas pessoas, mas encontramos resistência para conversar, talvez por causa da timidez característica de alguns agricultores.

Baseados na informação fornecida pela a Agente, visitamos no horário da aula a Escola Municipal de Ensino Fundamental José Cosmo de Santana (EMEFJCS), que possuía 29 alunos matriculados, segundo a Secretaria Municipal de Educação, caracterizando, assim, nesse trabalho o universo da pesquisa. A escola contém duas classes multisseriadas, ou seja, uma turma do pré-escolar ao 2º ano e outra turma do 3ª ao 5º ano. Aplicamos um questionário contendo 15 perguntas fechadas e abertas à turma do 3º ao 5º ano que compreendia 14 alunos sendo: 6 alunos do 3º ano, 5 alunos do 4º ano e 3 alunos do 5º ano.

Quanto à naturalidade dos usuários: 43% dos alunos são nascidos no próprio município do Conde; os 57% restantes são nascidos em outros municípios.

Gráfico 1 – Naturalidade



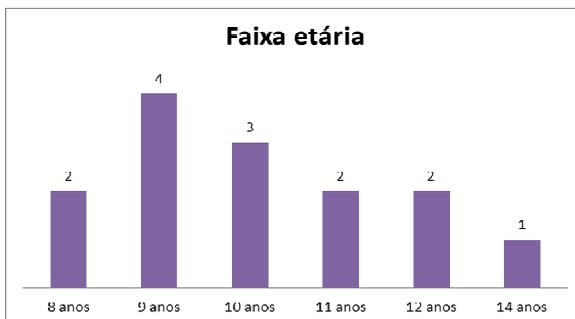
Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Observa-se com esse dado que o Assentamento é composto por famílias advindas de outros municípios, o que caracteriza a questão itinerante da vida dos militantes dos movimentos sociais pela reforma agrária

Quanto ao sexo dos usuários observamos que 8 são meninos e 6 são meninas totalizando 57% e 43%, respectivamente.

A faixa etária dos alunos usuários da Arca na comunidade é compreendida entre 8 e 14 anos conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 – Faixa etária dos usuários



Fonte: Dados da pesquisa, 2012

Quando perguntados sobre o gosto pela leitura 13 crianças responderam que gostam de ler, o que representa 93% dos respondentes e apenas 1 aluno respondeu que não gosta de ler.

Quando perguntados se sempre gostaram de ler as respostas foram as seguintes:

Quadro 01: Gosto pela leitura

Gosto pela leitura e a constante desse interesse		
Você gosta de ler?		Sempre gostou? Por quê?
Aluno 1	sim	Não, era difícil
Aluno 2	sim	Sim, porque é muito legal
Aluno 3	sim	Sim
Aluno 4	não	Não, porque não gosto
Aluno 5	sim	Sim, porque é muito bom
Aluno 6	sim	Sim, porque é bom
Aluno 7	sim	Não, mas agora é bom
Aluno 8	sim	Não, porque eu não sabia ler
Aluno 9	sim	Sim
Aluno 10	sim	Sim
Aluno 11	sim	Não, porque eu não sabia direito
Aluno 12	sim	Sim
Aluno 13	sim	Sim
Aluno 14	sim	Sim, eu aprendi

Fonte: Dados da pesquisa, 2012

O gosto pela leitura pode ser iniciado através de exemplares que agucem a curiosidade, que despertem o interesse dos usuários para essas obras, para Magnani (1989, p. 44) “Seu gosto traz marcas do aprendizado de leitura a partir da exposição, desde a mais tenra idade, aos produtos da indústria cultural.”

Sobre a frequência com que utilizam a biblioteca Arca das Letras, apesar de 93% responderem que gostam de ler, observou-se que 50% dos alunos raramente utilizam a biblioteca. Esse dado desperta a dúvida sobre o porquê de a

frequência desses usuários à biblioteca estar sendo tão baixa se todos responderam que gostam de leitura. Observamos através das respostas a dificuldade da leitura no que revelam as falas: “era difícil” e “por que eu não sabia direito”. A falta de compreensão do texto torna-se uma barreira para a leitura; compreender o que está escrito é um fator primário no ato de ler, Silva (1996, p. 45) confirma

Compreender a mensagem, compreender-se na mensagem, compreender-se pela mensagem – eis aí os propósitos fundamentais da leitura, que muito ultrapassam quaisquer aspectos utilitaristas, ou meramente “livrescos”, da comunicação leitor-texto.

Gráfico 3 – Frequência de utilização da biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa, 2012

Sobre a avaliação do acervo da biblioteca, 36% dos alunos responderam que é excelente, 57% dos alunos responderam que o acervo é bom e 7% responderam que é regular. Podemos observar que a avaliação do acervo feita pelos alunos é muito positiva.

Gráfico 4: Avaliação do acervo da biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa, 2012

Quando perguntados sobre a utilização de outras bibliotecas, todos os alunos responderam que frequentavam a biblioteca itinerante “Livro em Roda”, uma biblioteca móvel que funciona na área rural do município de Conde e faz parte da Associação Educativa Livro em Roda (AELER). Nesse momento a professora informou que a escola tem parceria com o projeto Biblioteca Livro em Roda, o qual promove atividades de leitura. Relatou também que a escola realiza ações de incentivo à leitura com os alunos. No ano de 2011 foi feito um sarau poético e esse ano os alunos estão produzindo um livro de poesias.

Quando perguntados sobre a avaliação da biblioteca e sobre sugestões de melhoria para a biblioteca, as respostas foram as seguintes:

Quadro 02: Avaliação e sugestão de melhoria do programa

	Como você avalia o programa Arca das Letras?	Quais suas sugestões para a melhoria da biblioteca e da prática de leitura?
Aluno 1	bom, ajudou a ler melhor	mais livros e uma pintura no móvel
Aluno 2	ajudou minha leitura	mais livros
Aluno 3	ajudou a ler mais	que tenha mais livros
Aluno 4	ajuda meu aprendizado	mais tipos de livros
Aluno 5	ajudou a saber das coisas	mais livros
Aluno 6	excelente, ajudou a minha leitura	precisa de uma pintura
Aluno 7	ajudou a aprender mais e a eu escrever melhor as letras	mais livros
Aluno 8	ajudou a minha leitura	outros livros
Aluno 9	ajudou a minha leitura	Pintar
Aluno 10	ajudou as matérias	comprar mais livros
Aluno 11	ajudou a aprender mais um pouquinho	outros livros
Aluno 12	ajudou a todo mundo	mais livros
Aluno 13	ajudou a minha leitura	mais livros
Aluno 14	ajudou a ler	ter mais livros

Fonte: Dados da pesquisa, 2012

Percebemos com essas respostas a necessidade de atualização do acervo, pois 86% dos alunos responderam como sugestão de melhoria da biblioteca a aquisição de novos exemplares. Os outros 14% responderam que a Arca necessita de “uma pintura”, ou seja, a boa estrutura física, um ambiente agradável, despertam o interesse dos alunos.

Analisamos através da pesquisa que as crianças gostam de ler, e têm a sua disposição uma biblioteca e incentivos à leitura por parte da escola e de outros programas de leitura, mas a frequência de leitura não condiz com as respostas positivas em relação ao ato de ler. Magnani (1989, p. 43 grifo nosso) aponta que “Para ser leitor é preciso, além de ser alfabetizado, ter tempo para ler, dinheiro para comprar livros ou bibliotecas de fácil acesso e com acervo que interesse, e gostar de ler”.

O fato de apenas crianças buscarem os livros da Arca como forma de lazer e instrução pode ser explicado por Martins (2006, p.52) A criança tende a ter maior disponibilidade que o adulto pelo simples fato de, em princípio, tudo lhe parece ser novo e desconhecido e ela precisar conhecer o mais possível a fim de aprender a conviver com esse mundo.

O Agente de Leitura como mediador da informação e do conhecimento deve ter o compromisso de apresentar e estreitar a relação crianças/livros/leituras.

[...] é interprete de um mundo repleto de aventuras que permite à criança alargar as fronteiras do seu próprio mundo. Com o apoio do adulto, ela descobre que a leitura lhe permite viver experiências pouco comuns no seu cotidiano; a trama do texto permite lhe experimentar sentimentos de alegria, tristeza medo, angústia, encantamento. Com essas leituras a criança já começa a conceber o livro como uma possibilidade de trocas interpessoais. (BARBOSA, 1994, P. 136)

A escola também deve ser entusiasta do hábito da leitura, Martins (2006, p.25) afirma “[...] no contexto brasileiro, a escola é o lugar onde a maioria aprende a ler e escrever, e muitos têm sua talvez única oportunidade de contato com os livros [...]”. A leitura deve ser trabalhada em todos os âmbitos: família, escola, biblioteca e sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre o funcionamento do Programa Arca das Letras no assentamento Frei Anastácio observou-se que o programa

teve início na comunidade em 2009 para beneficiar todos os moradores da comunidade, mas os dados coletados no livro de registro, evidenciam que apenas as crianças estão frequentando a biblioteca, não existe registro de adultos. O que podemos concluir através da análise é que as crianças mostram-se mais curiosas, receptivas e disponíveis, o que transforma essas características em elementos favoráveis a leitura. A leitura que fazemos sobre a situação da não participação dos adultos na biblioteca é a falta de tempo, os afazeres rotineiros com a lavoura ocupam grande parte do dia. Uma biblioteca na comunidade para muitos é uma novidade, um avanço, principalmente pela precariedade de alguns recantos.

Verificou-se que a frequência de utilização da biblioteca tem sido muito reduzida devido à falta de atualização do acervo, ou seja, os livros são os mesmos desde a chegada da Arca, desestimulando a procura das crianças pelo programa. Destacamos que a arca já teve três Agentes de Leitura, a primeira agente permaneceu pouco tempo, os outros dois agentes não receberam treinamento para atuar na biblioteca, porém promoveram algumas ações de leitura durante suas atuações, por conta própria. Depois que foi implantada, a Arca não recebeu novos livros, o que desestimula a leitura dos usuários. Outro ponto observado foi a falta de capacitação e atualização dos agentes de leitura. Todos esses argumentos comprometem desfavoravelmente para a boa atuação da Arca. Os Agentes observaram que houve mudanças na prática de leitura dos usuários, que passaram a ler mais, mas a frequência conforme dito diminuiu provavelmente pelos aspectos já mencionados. Arca trouxe mudanças no desenvolvimento sociocultural da comunidade, uma vez que aumentou a prática de leitura dos usuários, mas precisa de acompanhamento, monitoramento e avaliação para potencializar a participação e a prática de leitura de crianças e adultos. É preciso que o Agente de Leitura seja constantemente

capacitado e atualizado, para sensibilizar as pessoas e conscientizá-las da importância da leitura e do conhecimento.

A biblioteca existe e está à disposição das crianças, porém, o acervo já é conhecido, não está havendo interesse das crianças, elas estão preferindo outras atividades à leitura. Uma solução para esse problema seria a renovação do acervo por parte do MDA ou uma campanha de arrecadação de doações de livros feita pela comunidade no município.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 1994.

BASTOS, Gustavo Grandini. ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Sentidos de leitura em bibliotecas nomeadas alternativas. **Biblionline**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 1-9, 2010. Disponível em:

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/4900/3705>> Acesso em: 23 mai. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Relatório Final da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Olinda/PE, 25-28 junho de 2008). Por um Brasil Rural com gente**. Brasília, 2008.

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de (Org.). **Método e metodologia na pesquisa científica**. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortetti. **Leitura, literatura e escola: sobre a formação do gosto**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O ato de ler**: fundamentos psicológicos para uma

nova pedagogia da leitura. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Severino Bezerra da. Educação do campo para os assentamentos e acampamentos rurais. In IV Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2010, Curitiba. **Anais do IV Encontro da Rede de Estudos Rurais: Mundo rural, políticas públicas e atores em reconhecimento político**. Curitiba, 2010: Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPR, 2010. Disponível em:

<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo%20para%20os%20assentamentos%20e%20acampamentos%20rurai.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2012.

CAPÍTULO 12

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO PNAE E PAA

*Flávio Müller Borghezan
Alexandre Eduardo de Araújo*

INTRODUÇÃO

A alimentação adequada da criança e do adolescente garante qualidade na vida adulta. As crianças e adolescentes, além da alimentação domiciliar, têm o direito de receber a alimentação oferecida gratuitamente nas escolas públicas em função do repasse financeiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (FLAVIO et al, 2008).

O objetivo do programa é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis, tem caráter suplementar, com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII) (www.fnde.gov.br).

De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido

de acordo com as etapas de ensino: Creches – R\$ 1; Pré-escola – R\$ 0,50; Escolas indígenas e quilombolas – R\$ 0,60; Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos – R\$ 0,30; Ensino integral (Mais Educação) – R\$ 0,90 (www.fnde.gov.br).

O repasse é feito diretamente aos Estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar - CAEs, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, pelo Tribunal de Contas da União - TCU, pela Secretaria Federal de Controle Interno - SFCI e pelo Ministério Público (www.fnde.gov.br).

De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2011), o PNAE é um espaço propício para desenvolver atividades de promoção de saúde, produção de conhecimentos e de aprendizagem na escola. É também um espaço que pode contribuir para provocar o diálogo com a comunidade escolar e local sobre os fatores que influenciam em suas práticas alimentares diárias, possibilitando-lhes o questionamento e a mudança, ou seja, a adoção de práticas alimentares saudáveis.

A agricultura familiar fornece alimentos que compõe o cardápio das escolas da rede pública de ensino de todo o País. Na Paraíba, as ações do programa estão sendo articuladas pela antiga Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba - EMPAER, hoje Empresa de Pesquisa, Extensão Rural e Regulamentação Fundiária (EMPAER) que vem reunindo secretários de Educação e Agricultura, nutricionistas, técnicos da empresa, presidentes dos conselhos da merenda escolar, representantes das câmaras municipais, com objetivo de apresentar a metodologia do PNAE e o passo a passo para compra e venda da produção da Agricultura Familiar para a alimentação escolar.

Diante do exposto o trabalho teve como objetivo identificar a produção de gêneros alimentícios para o Programa Nacional de Alimentação Escolar pelas Regionais da EMPAER. Os objetivos específicos foram: Relatar como ocorre a elaboração dos projetos de venda e a assessoria a produção; identificar o número de agricultores familiares fornecedores; e diagnosticar a produção destinada aos programas PNAE e PAA.

O trabalho está estruturado em um apanhado teórico sobre o programa Nacional de Alimentação Escolar e agricultura familiar, a metodologia que possibilitou a realização da pesquisa, os resultados e a discussão dos dados obtidos junto a EMPAER em seguida as considerações finais do estudo.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida atendendo aos requisitos de uma pesquisa exploratória e descritiva.

A coleta de dados primários se deu através de uma pesquisa bibliográfica, segundo Vergara (2009), trata-se de um “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, redes eletrônicas, ou seja, material acessível ao público”.

Também, fez parte de uma pesquisa documental, ainda de acordo com o autor acima citado, é aquela “realizada através de documentos conservados no interior de órgãos públicos ou privados de qualquer natureza”. Os dados estão representados através de gráficos e discussões.

Os dados foram organizados e discutidos a luz de autores que tratam do assunto. A análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema

(VERGARA 2009), os mesmos foram apresentados através de gráficos, textos e discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Programa Nacional de Alimentação Escolar tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola (BRASIL, 2011).

Para fazer parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE os procedimentos são os seguintes:

Levantamento da produção no município: Este levantamento é necessário para que a escola possa saber quais os alimentos que serão utilizados para os alunos, sendo possível dessa forma, elaborar um cardápio mais condizente com os produtos disponíveis e que possam atender as especificidades de uma alimentação equilibrada.

Publicação de edital de chamada pública: para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o PNAE. Nesta etapa a escola já sabe quais são os alimentos disponíveis no município, quantidade de alimentos, número de agricultores fornecedores e época em que estes alimentos estarão disponíveis para comercialização. O lançamento do edital é realizado pela escola;

No Capítulo VI, da Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009, trata-se da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, no Art. 21. Está descrito que: As Entidades Executoras deverão publicar a demanda de aquisições de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar por meio de chamada pública de compra, em jornal de circulação local,

regional, estadual ou nacional, quando houver além de divulgar em seu sítio na internet ou na forma de mural em local público de ampla circulação (BRASIL, 2009).

Elaboração dos Projetos de Venda: A partir do momento em que a escola publique o edital de chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o PNAE, a EMPAER elabora o projeto de venda. Neste projeto consta o nome dos agricultores fornecedores, número da DAP, número do CPF, quantidade de cada produto que o agricultor irá fornecer (peso, litro, dúzia ou unidade) e o valor unitário e total de cada produto.

A elaboração do projeto de venda é realizada por entidades articuladoras, a exemplo da EMPAER. A resolução 38, art. 22, inciso 1º no parágrafo I – a Entidade Articuladora deverá estar cadastrada no Sistema Brasileiro de Assistência e Extensão Rural – SIBRATER ou ser Sindicato de Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar ou entidades credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA para emissão da DAP.

No art. 22 da Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009, no inciso § 1º - Os Grupos Informais deverão ser cadastrados junto à Entidade Executora por uma Entidade Articuladora, responsável técnica pela elaboração do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar conforme (BRASIL, 2009).

Assessorar a Produção: A partir do momento em que o agricultor torna-se fornecedor para o PNAE, ele assume o compromisso de fornecer exatamente os alimentos que estão descritos no projeto de venda. Pois caso ocorra irregularidades no fornecimento de gêneros alimentícios, isto acarretará falta de alimento nas escolas e conseqüentemente falta de merenda para os alunos. Desta forma há a necessidade de assessorar este agricultor em relação a época de plantio, tratos culturais,

controle de pragas e doenças, colheita, armazenamento e transporte.

Mediante a assessoria da EMPAER, para com os agricultores familiares fornecedores para os programas PNAE e PAA, cita-se o sucesso dos agricultores familiares no município de Quixaba, região administrativa de Patos, onde em 2012 aumentou a participação no fornecimento de produtos agrícolas orgânicos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, tais como: frango, galinha de capoeira, coentro, cebolinha, tomate, batata doce, jerimum, melancia, pimentão, mamão, banana, goiaba, acerola, ovos, polpa de fruta e melão. (<http://www.pbemdestaque.com.br/>).

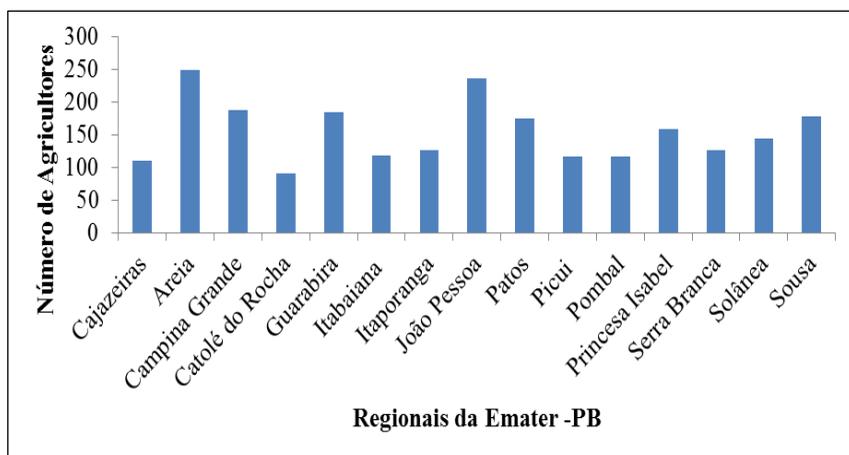
Ainda dentro das ações da EMPAER, tem-se o Sistema de Gerenciamento de Informações e Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – Sigater, já foi destacado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, pela Associação Brasileira de Assistência das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER e pela Assessoria Técnica e Extensão Rural do Nordeste - Ater/NE. Os escritórios da EMPAER de todo o País estão manifestando interesse em conhecer o sistema que gerencia o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das atividades executadas pela EMPAER, bem como seu impacto na evolução dos indicadores sociais, ambientais e econômicos das famílias agricultoras, a fim de compor um banco de dados da agropecuária paraibana. Também garante a elaboração de relatórios técnicos e gerenciais, além da construção e análise de indicadores de desempenho da agricultura familiar (<http://www.paraibatotal.com.br>)

A EMPAER promove reuniões nas comunidades para tratar de assuntos comuns, proporcionar melhoria do convívio entre os habitantes, conscientizar a comunidade de suas potencialidades, promover o desenvolvimento em todos os setores, representar a comunidade junto aos poderes públicos,

instituições financeiras e celebrar convênios com entidades públicas ou privadas.

Os dados de produção de gêneros alimentícios comercializados para o PNAE e o PAA, apresentados são referentes ao ano de 2012 obtidos através da EMPAER, dados esses compilados por Regionais. A divisão da EMPAER em Regionais facilita o planejamento das ações e a melhor articulação com os órgãos governamentais, na execução das diversas políticas públicas, fortalece as ações de inclusão social em todas as regiões do estado que, apesar dos elevados índices de desigualdades sociais, têm grande potencial de desenvolvimento.

Gráfico 1 – Número de agricultores que fornecem produtos para o PNAE



Fonte: EMPAER (2012)

De acordo com o Gráfico 1, o número de agricultores fornecedores de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, apresentam números variados quando a classificação ocorre em função das Regionais que compõem a EMPAER, observa-se que a Regional de Areia, possui o maior número de agricultores cadastrado com 249, em

seguida tem-se a Regional de João Pessoa, com 236 agricultores, 187 na Regional de Campina Grande, 185 na Regional de Guarabira, 178 na Regional de Sousa, 175 na Regional de Patos, 158 na Regional de Princesa Isabel, 144 na Regional de Solânea, 126 respectivamente nas Regionais de Itaporanga e Serra Branca, 119 na Regional de Itabaiana, 117 respectivamente nas Regionais Picuí e Pombal, Cajazeiras com 111 e são 91 agricultores na Regional de Catolé do Rocha.

De acordo com Brasil (2011), são objetivos complementares do PNAE: envolver todos os entes federados (estados, Distrito Federal e municípios) na execução do Programa; estimular o exercício do controle social; propiciar à comunidade escolar, informações para que possam exercer controle sobre sua alimentação; dinamizar a economia local, contribuindo para geração de emprego e renda e respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícola local.

Logo, só pode ser fornecedor de produtos alimentícios para o PNAE, agricultores familiares e/ou sua organização econômica, detentores da Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP, física ou jurídica, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.

Criada pela Secretaria da Agricultura Familiar – SAF e Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, a DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas. Para obtê-la, o agricultor familiar deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciada pelo MDA, de posse do CPF e de dados acerca de seu estabelecimento de produção (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo) (alimentacaoescolar@mda.gov.br).

A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas

organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (de acordo com o Artigo 14).

Além das questões de qualidade na apresentação dos produtos que são observadas diretamente pelos consumidores (aparência, cor, tamanho, grau de maturação, forma de apresentação, embalagem, etc.), todos os alimentos no Brasil são regulamentados de acordo com a sua natureza. Para cada grupo de produto, existem legislações específicas que indicam o que é permitindo ou não na sua fabricação ou manipulação, com o intuito de proteger os consumidores. Essa questão é especialmente importante no caso de produtos processados. Para vender para o PNAE, os agricultores e seus empreendimentos deverão estar de acordo com essas legislações.

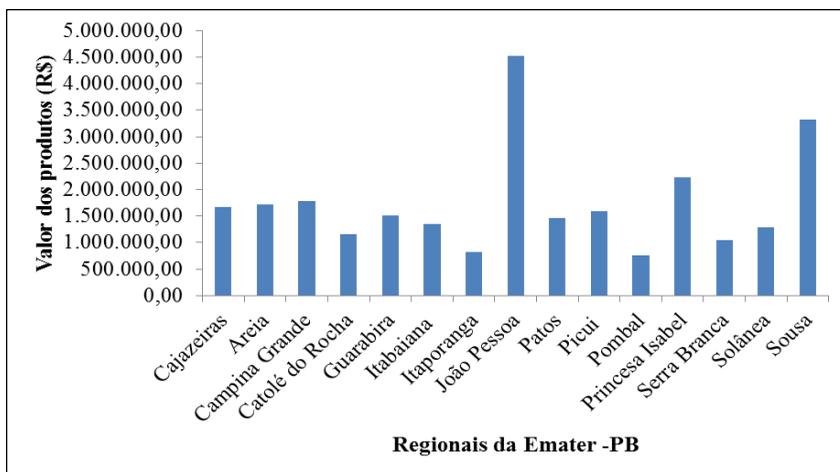
A resolução também abre a possibilidade de divulgação das chamadas públicas na Rede Brasil Rural - ferramenta criada pelo MDA para facilitar o processo de compra e venda de produtos da agricultura familiar (alimentacaoescolar@mda.gov.br).

Almeida et al (2006), destacaram a importância do valor de inclusão social dos agricultores familiares junto aos municípios, pois suas produções são direcionadas para a venda direta aos consumidores em feiras e outros espaços urbanos, para projetos de âmbito local como merenda escolar e instituições assistencialistas, estimulando a geração de renda e o desenvolvimento local/regional.

A produção oriunda da agricultura familiar toma um significado especial, pois tem como característica preocupações ambiental e alimentar para muitas das famílias, como também para o fornecimento de seus produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, proporcionando dessa maneira, incremento da renda familiar, fixando o homem ao campo, sendo imprescindível para o desenvolvimento

social, cultural e econômico das comunidades rurais que podem participar dos programas municipais, estaduais e federais.

Gráfico 2 – Valor dos produtos comercializados para o PNAE



Fonte: EMPAER (2012)

Em relação aos dados expressos no Gráfico 2, que se referem aos valores dos produtos comercializados por agricultores familiares paraibanos para o PNAE, por Regionais da EMPAER, têm-se os seguintes resultados: a Regional de João Pessoa, dispõe para comercialização junto ao PNAE o valor de R\$ 4.520.183,00, a mesma é a segunda Regional em número de agricultores cadastrados como foi observado no gráfico 1; em segundo lugar tem-se a Regional de Sousa, como um montante de R\$ 3.324.417,00, no Estado ocupa o quinto lugar em número de agricultores; Regional de Princesa Isabel, dispõe para comercialização R\$ 2.238.402,00; a Regional de Campina Grande, aparece com um valor de R\$ 1.786.744,00; a Regional de Areia, aparece com R\$ 1.714.461,00, apesar de ser a Regional com maior número de agricultores, isso, não

resultou no mesmo desenvolvimento quando se tratou de valores comercializados.

A Regional de Cajazeiras, com R\$ 1.672.174,00; Regional de Picuí – R\$ 1.589.343,00; Regional de Guarabira – R\$ 1.518.130,00; Regional de Patos – R\$ 1.456.798,00; Regional de Itabaiana - R\$ 1.346.666,00; Regional de Solânea – R\$ 1.280.004,00; Regional de Catolé do Rocha – R\$ 1.154.115,00; Regional de Serra Branca – R\$ 1.050.337,00, Regional de Itaporanga – R\$ 816.210,00 e Regional de Pombal com R\$ 761.469,00.

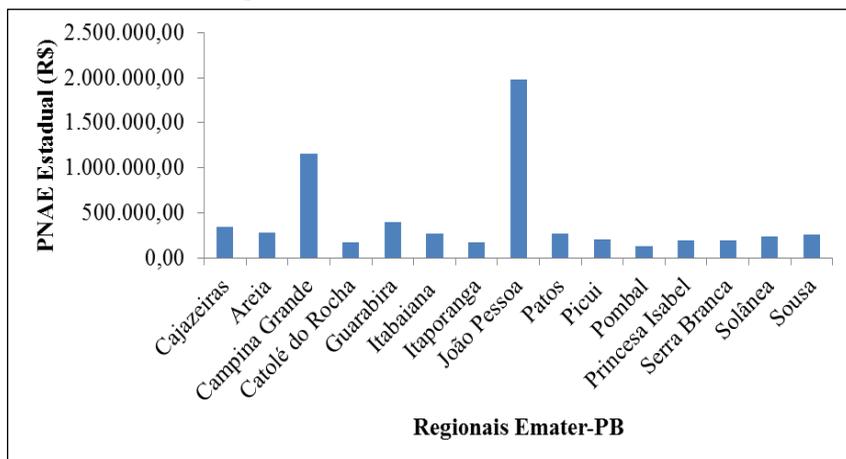
A Constituição Federal prevê que é responsabilidade de todas as entidades federativas – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – assegurar a alimentação escolar para os alunos da educação básica pública e também de escolas filantrópicas e comunitárias. Ou seja, os Estados, o Distrito Federal e os municípios são responsáveis pela alimentação escolar dos alunos de suas redes públicas de ensino (BRASIL, 2011).

No que diz respeito aos valores que podem ser comercializados pelos agricultores, em 4 de julho de 2012, foi publicada Resolução nº 25 que altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução 38, de julho de 2009. Com a alteração, o limite de venda ao PNAE passa de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil por Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP/ano.

O fornecimento de produtos alimentícios por agricultores familiares, para as escolas públicas, através do PNAE, vem contribuindo para o desenvolvimento regional, como também melhorando a qualidade dos alimentos fornecidos aos alunos, que nem sempre contam com alimentação adequada, ou seja, na quantidade e com a qualidade, requisitos esses necessários para suprir as exigências nutricionais diárias dos escolares. Para isso, as escolas contam com profissionais nutricionistas que elaboram os cardápios.

O orçamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, a serem distribuídos para os Estados e Municípios para 2012 é de R\$ 3,3 bilhões, para beneficiar 45 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% desse valor – ou seja, R\$ 990 milhões – devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico das comunidades (www.fnde.gov.br).

Gráfico 3 – Valor dos produtos destinados ao PNAE Estadual



Fonte: EMPAER (2012)

No que diz respeito aos valores dos produtos ofertados pelos agricultores familiares destinados ao PNAE para a Rede Estadual de ensino, por Regional da EMPAER, o Gráfico 3, tem-se em primeiro lugar pelo valor a Regional de João Pessoa - R\$ 1.977.524,00 (236 agricultores); em segundo a Regional de Campina Grande - R\$ 1.157.252,00 (187 agricultores), as demais Regionais apresentaram valores bastante diferenciados dessas já mencionadas e estão descritas a seguir: Regional de Guarabira - R\$ 395.116,00; Regional de Cajazeiras - R\$

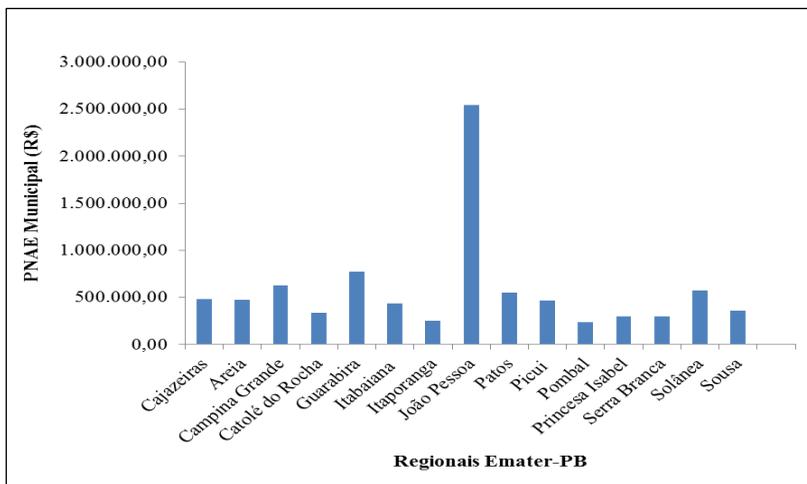
340.740,00; Regional de Areia - R\$ 284.274,00; Regional de Patos - R\$ 268.722,00; Regional de Itabaiana - R\$ 265.317,00; Regional de Sousa - R\$ 260.316,00; Regional de Solânea - R\$ 235.146,00; Regional de Picuí - R\$ 208.910,00; Regional de Princesa Isabel - R\$ 195.492,00; Regional de Serra Branca - R\$ 189.091,00; Regional de Itaporanga - R\$ 176.472,00; Regional de Catolé do Rocha - R\$ 172.200,00 e Regional de Pombal com - R\$ 130.414,00.

Os valores repassados para as unidades escolares do Estado da Paraíba, através do PNAE, são significativos e as escolas Estaduais são as entidades executoras dos recursos, responsáveis para atender aos alunos de escolas da rede estadual.

No entanto, segundo pesquisa realizada pela Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos – ABRANDH; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE (2012), relata que nas diferentes regiões do país que a participação ativa e informada por parte dos agricultores familiares é também um grande desafio. Em alguns dos municípios pesquisados, os produtores rurais não sabiam da existência de um Conselho de Alimentação Escolar para fiscalizar a execução do PNAE. Em poucas das cidades há a representação dos pequenos produtores no Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

De acordo com Brasil (2010), o Conselho de Alimentação Escolar - CAE é formado por 7 conselheiros, que representam setores da sociedade envolvidos no Programa, sendo: 1 representante do poder executivo; - 2 representantes de entidades de docentes, discentes e trabalhadores na área de educação; - 2 representantes de pais de alunos; e - 2 representantes indicados por entidades civis organizadas.

Gráfico 4 – Valor dos produtos comercializados pelo PNAE municipal



Fonte: EMPAER (2012)

Os valores dos produtos ofertados pelos agricultores familiares para o PNAE municipal nas diferentes Regionais da EMPAER, estão contidas no Gráfico 4, onde observa-se que a Regional de João Pessoa destaca-se com o valor ofertado de R\$ 2.542.659,00, superando significativamente as demais Regionais. Em seguida destaca-se a Regional de Guarabira - R\$ 771.789,00; Regional de Campina Grande - R\$ 626.368,00; Regional de Solânea - R\$ 576.594,00; Regional de Patos - R\$ 555.158,00; Regional de Cajazeiras - R\$ 479.106,00; Regional de Areia - R\$ 473.400,00; Regional de Picuí - R\$ 466.038,00; Regional de Itabaiana - R\$ 434.412,00; Regional de Sousa - R\$ 357.759,00; Regional de Catolé do Rocha - R\$ 334.026,00; Regional de Princesa Isabel - R\$ 298.314,00; Regional de Serra Branca - R\$ 295.812,00; Regional de Itaporanga - R\$ 255.836,00 e Regional de Pombal com R\$ 235.836,00.

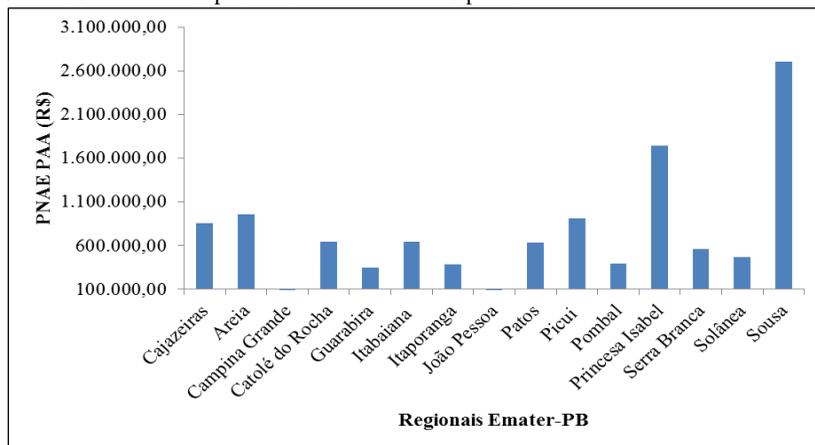
As secretarias municipais de educação e as prefeituras são as entidades executoras dos recursos destinados aos alunos de escolas da rede municipal. Na execução do Programa, a prefeitura, secretaria municipal de educação e o Conselho de

Alimentação Escolar desempenham papéis diferentes. A prefeitura e através da secretaria municipal de educação é responsável por executar as ações do PNAE. O Conselho de Alimentação Escolar verifica e fiscaliza o que está sendo executado.

A alimentação escolar é observada como indispensável ao processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, ao mesmo tempo em que também garante um suprimento mínimo de alimentos às populações carentes. Dentro desse contexto, o PNAE pode ser considerado um importante programa de garantia à segurança alimentar no Brasil (FORMIGA; ARAÚJO, 2010).

Nesse contexto, a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos – ABRANDH; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE Brasil (2012), afirma que os gestores do programa e os agricultores apontaram a falta de infraestrutura para o armazenamento dos produtos e a distribuição dos alimentos como fatores que prejudicam, ou mesmo podem vir a impedir maior adesão ao PNAE por parte dos pequenos produtores.

Gráfico 5 – Valor dos produtos comercializados para o PAA



Fonte: EMPAER (2012)

No Gráfico 5, observam-se os valores dos produtos ofertados pelos agricultores familiares destinados a comercialização junto ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, através de suas diversas modalidades.

Os valores são: a Regional de Sousa - R\$ 2.706.342,00; Regional de Princesa Isabel - R\$ 1.744.596,00; Regional de Areia - R\$ 956.787,00; Regional de Picuí - R\$ 914.395,00; Regional de Cajazeiras - R\$ 852.328,00; Regional de Catolé do Rocha - R\$ 647.889,00; Regional de Itabaiana - R\$ 646.937,00; Regional de Patos - R\$ 632.918,00; Regional de Serra Branca - R\$ 565.434,00; Regional de Solânea - R\$ 468.264,00; Regional de Pombal - R\$ 395.219,00; Regional de Itaporanga - R\$ 384.214,00; Regional de Guarabira - R\$ 351.228,00.

As Regionais de Campina Grande e João Pessoa, como podem ser observadas no gráfico acima, não houve produtos para comercialização junto ao PAA, esse fato é atribuído ao alto número de escolas estaduais e municipais, o que representa a necessidade de importar produtos de outras Regionais ou ainda implementar processos efetivos, para atender a demanda do PAA nestas Regionais.

As primeiras ideias sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA surgiram durante a formulação do Programa Fome Zero, lançado em outubro de 2001 pelo Instituto de Cidadania. Logo no início do Governo Lula, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA passou a discutir as diretrizes que orientariam o Programa (VOGT; SOUZA 2009).

De acordo com a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos - ABRANDH; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE (2012), a comercialização para o PAA tem sido uma importante fonte de renda para a população. A avaliação sobre esse programa é

bastante positiva, embora os agricultores reclamem da falta de divulgação e do baixo preço de comercialização dos produtos.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS - BRASIL, (2010, p.4 apud LOPES; ALMEIDA, 2012), revela que, de 2003 a 2010, foram investidos através do PAA mais de 3,5 bilhões de reais, o que dá em média, pouco mais de R\$ 400 milhões/ano, sendo que foram adquiridos 3,1 milhões de toneladas de alimentos, e que envolveu uma média de 160 mil agricultores em mais de 2.300 municípios de todo o país. Porém, segundo Grisa et al (2010 apud Lopes; Almeida, 2012), estima-se que os beneficiados do PAA, em 2008 foram de apenas 3,65% dos 4,3 milhões de estabelecimentos familiares que existem no Brasil.

Para Morgan e Sonnino (2010), quando os recursos são empregados adequadamente, as compras públicas – o poder de compra – podem produzir um serviço de alimentação escolar sustentável que proporciona dividendos sociais, econômicos e ambientais, ao mesmo tempo em que promove a cultura da sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que os programas PNAE e PAA e a agricultura familiar tenham seus objetivos atingidos, é necessária a colaboração de todos. Os órgãos competentes que fazem o levantamento da produção no município, no caso do estudo a EMPAER, apontando o que os agricultores disponibilizam para os programas e assim, ser possível que as escolas elaborem as chamadas públicas para aquisição de gêneros alimentícios que irão nutrir de forma adequada as crianças que muitas vezes não contam com uma alimentação que atenda as necessidades nutricionais que precisam para ter um desenvolvimento físico, psicológico e cognitivo satisfatório.

A EMPAER elabora os projetos de venda para o PNAE a partir da publicação da chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar pelas escolas, sejam elas municipais ou estaduais. Cabe ainda a EMPAER a responsabilidade de prestar assessoria técnica continuada de qualidade para os agricultores, para que estes possam produzir de forma eficiente e dentro dos padrões agroecológicos, atendendo desta forma os prazos, como também entregar os produtos requeridos na chamada pública elaborado pela escola.

No que diz respeito aos valores repassados para as compras dos alimentos para as redes estaduais e municipais de ensino, mais uma vez é revelado que o PNAE e o PAA, com a assessoria da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba - EMPAER, têm contribuído para o sucesso da parceria entre os agricultores familiares e os programas.

Diante do sucesso da comercialização para os programas, os agricultores empreendedores veem seus objetivos se concretizando. Para isso, as orientações técnicas recebidas e executadas estão fazendo do meio rural um local para se viver com qualidade de vida, contribuindo para a fixação do homem no campo, como também o fornecimento de uma alimentação mais saudável, por ser livre de agroquímicos e respeita o equilíbrio do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos – ABRANDH; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. **Projeto “Agricultura Familiar, alimentação escolar e a realização do direito humano à alimentação adequada”** Brasília, 2012.

ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo et al. Políticas públicas, redes de segurança alimentar e agricultura familiar:

elementos para construção de indicadores de eficácia. **Estud.soc.agric.**, Rio de Janeiro, vol. 14, no. 2, 2006: 205-235. BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação a Distância – 4.ed., atual. – Brasília : MEC, FNDE, 2011. 139p. : il. color. – (Formação pela escola)

_____. Ministério da Educação. Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 38**, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, 16 ago. 2009. p. 1-63. Disponível em: www.fnde.gov.br/fnde. Acesso em: 10/12/2012

EMPRESA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DA PARAÍBA - EMPAER. **Relatório de atividades – 2011**. Cabedelo: EMPAER, 2012.

FLAVIO, Eliete Fernandes; BARCELOS, Maria de Fátima Píccolo; CIRILLO, Marcelo Ângelo e RIBEIRO, Alessandra Honório. Avaliação da alimentação escolar oferecida aos alunos do ensino fundamental das escolas municipais de Lavras, MG. **Ciênc. agrotec.** [online]. 2008, vol.32, n.6, pp. 1879-1887. ISSN 1413-7054.

FORMIGA, Walnara Arnaud Moura; ARAÚJO, Ademário Félix de. **Análise da implementação da agricultura familiar na merenda escolar de São Bentinho-PB**. Trabalho De Conclusão De Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal). João Pessoa, 2010

LOPES, Dóri Edson; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Avaliação do programa de aquisição de alimentos (PAA) e do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) nos municípios de Castilho e Andradina-SP. **Revista Pegada** – vol. 13 n.1 122 junho/2012.

MORGAN, Kevin; SONNINO, Roberta. Repensando a alimentação escolar: o poder do prato público. In:

WORLDWATCH INSTITUTE. **Estado do Mundo:** transformando culturas - do consumismo à sustentabilidade. Bahia: UMA, 2010. p. 72-78.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 10^a ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VOGT, Silmara Patrícia Cassol; SOUZA, Renato Santos de. MERCADOS INSTITUCIONAIS LOCAIS COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: uma análise do Programa de aquisição de alimentos na região Celeiro-RS. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – **Anais...** SOBER 47º Congresso. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

CAPÍTULO 13

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM COMUNIDADES RURAIS DO SEMIÁRIDO PARAIBANO

José Cláudio Fidélis Pereira

Valeria Veras Ribeiro

Ramon Freire da Silva

Cybellle Rodrigues Fidélis

Josicleide Fidelis Pereira

INTRODUÇÃO

A gestão e tratamento de resíduos em sistemas rurais, são tratados de forma irrelevante, especialmente nos países em desenvolvimento (ZARATE *et al.*, 2008; WU *et al.*, 2014). Consequentemente, grandes quantidades de resíduos sólidos, são eliminados de forma aleatória, sem tratamento, levando a sérios problemas ambientais nas zonas rurais (WU *et al.*, 2014).

No Brasil, estima-se que a população rural é 30 milhões de pessoas, gerando 39.000 toneladas por dia de resíduos sólidos domésticos, segundo os dados sobre a geração de resíduos sólidos em pequenas cidades, relata-se ainda que a coleta de resíduos sólidos contempla 90% das áreas urbanas, entretanto, apenas 31,6% das zonas rurais. Ademais, 70% do total de resíduos sólidos é queimado ou despejado em locais abertos (BRASIL, 2011). Sem investimento para gestão de resíduos sólidos sustentáveis nas zonas rurais, estas áreas enfrentarão problemas de saúde ambiental, tais soluções são inadiáveis, tendo em vista que, os resíduos sólidos doméstico tendem a aumentar com a dependência das populações rurais

sobre produtos industrializados (BERNARDES; GÜNTHER,2014).

A composição dos resíduos domésticos rurais era basicamente de restos de culturas e material orgânico. Entretanto, observa-se aumento no volume de plásticos, vidros, papéis e metais acumulados pelas propriedades rurais, verifica-se ainda, inúmeras fontes com potencial de geração de resíduos sólidos: além dos resíduos domésticos e esgoto, dependendo das atividades desenvolvidas no imóvel, incluem-se os resíduos de construção, produtos veterinários, embalagens de agroquímicos e fertilizantes (BRASIL, 2012). Esses resíduos podem ter composição variada, dependendo da natureza de sua fonte produtora e de suas origens, o resíduo varia tanto qualitativamente como quantitativamente com as condições climáticas, estações do ano, hábitos e padrões de vida da população rural (SILVA *et al.*, 2012; VIEIRA *et al.*, 2015).

A promoção da saúde ambiental e bem-estar das populações rurais, por meio da gestão de resíduos necessitam de dados básicos sobre as características dos resíduos sólidos domésticos gerados por estas populações, e como este desperdício é comumente administrado: armazenamento, transporte, área necessária para eventual tratamento, processo de compostagem, tamanho e destinação adequada e avaliação da viabilidade econômica de projetos de reciclagem (MANCINI *et al.*, 2007). São poucos os estudos que abordam a temática de resíduos sólidos em zonas rurais, atrelado às dificuldades de trabalho na zona rural, seja pela maior dispersão das unidades de moradia, e/ou pela falta de dados atualizados relacionados à geração de resíduos (SCHNEIDER, 2006; PARAÍBA, 2015). Portanto, torna-se de grande relevância para melhoria da qualidade de vida dos moradores na zona rural, diagnosticar a situação atual dos resíduos sólidos rurais e intervir para redução dos impactos ambientais causados por esses resíduos.

Nesse sentido, objetivou-se, caracterizar por meio de análise documental, aspectos socioambientais de comunidades rurais no município de Montadas-PB, frente à destinação dos resíduos sólidos e aos impactos ambientais relacionados, contribuindo com sugestões para gestão ambiental daquelas comunidades rurais.

METODOLOGIA

O estudo realizou-se no município de Montadas-PB, o qual possui área de 31,691 km² e está situado na mesorregião do agreste paraibano e na microrregião de Esperança (Brasil, 2015), por meio de pesquisa documental, com caráter exploratório descritivo. Baseando-se em 180 diagnósticos das unidades de produção familiar (UPF's), domiciliadas em 16 comunidades rurais, cadastradas no Sistema de Gerenciamento de Atividades em Assistência Técnica e Extensão Rural (SIGATER), o mesmo é um banco de dados interno pertencente a antiga Empresa de Assistência e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB), hoje Empresa de Pesquisa, Extensão Rural e Regulamentação Fundiária (EMPAER) Os diagnósticos dos estabelecimentos agropecuários foram executados entre janeiro e julho de 2011, e as famílias foram selecionadas seguindo uma lista orientadora, agricultores inscritos juntos ao Cadastro Único do Ministério de Desenvolvimento Social e que possuíam declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

O formulário do diagnóstico foi composto com as seguintes variáveis a serem discutidas e preenchidas durante à visita: área dos imóveis rurais, condições de posse e uso da terra, composição da renda familiar, acesso das famílias a instrumentos de comunicação, participação em políticas públicas governamentais, destino das embalagens de agroquímicos e destino dos resíduos sólidos domésticos.

As atividades do diagnóstico foram executadas seguindo uma metodologia participativa, com o preenchimento do formulário e a aplicação de ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Área dos imóveis rurais e condições de posse e uso da terra

As áreas exploradas pelas famílias variam entre 0,7 e 12 ha, as quais apresentam área total 497,86 ha (Tabela 1), no município de Montadas a fração mínima de parcelamento (FMP) e o módulo fiscal (MF) são 4 e 12 ha, respectivamente (INCRA, 2013), baseando-se nessa informação, conclui-se que 73,89% UPF's desenvolvem atividades agropecuárias em área menor a FMP, e 99,44% das propriedades possuem área inferior ao módulo fiscal correspondente para o município. Ademais, 99,44% dos estabelecimentos rurais são classificados como minifúndios, segundo a Lei Federal n.º 8.629/93 (BRASIL, 1993).

Tabela 1. Distribuição das UPF's por área dos imóveis rurais.

Distribuição das UPF's por área (ha)	Nº de UPF's	Percentuais de UPF's (%)	Área das UPF's (ha)	Percentuais de área total (%)
0,7>1	5	2,78	3,90	0,78
1>2	57	31,67	67,30	13,52
2>3	51	28,33	108,75	21,84
3>4	20	11,11	62,50	12,55
4>5	21	11,67	85,60	17,19
5>12	25	13,89	157,81	31,70
12	1	0,56	12,00	2,41
Total	180	100	497,86	100

Quanto às condições de posse e uso da terra das UPF's (Tabela 2), observa-se variação nas UPF's, onde a maioria são proprietários 43,33%, ocupando área total de 215,73 ha.

Tabela 2. Distribuição das UPF's segundo as condições de posse e uso da terra.

Condições de uso da terra	Percentuais de UPF's (%)	Condições de uso da terra por área (ha)
Proprietários	43,33	215,73
Comodatários	26,67	132,76
Parceiros	17,78	88,50
Meeiros	6,67	33,19
Posseiros	5,00	24,89
Arrendamento	0,55	2,76
Total	100	497,83

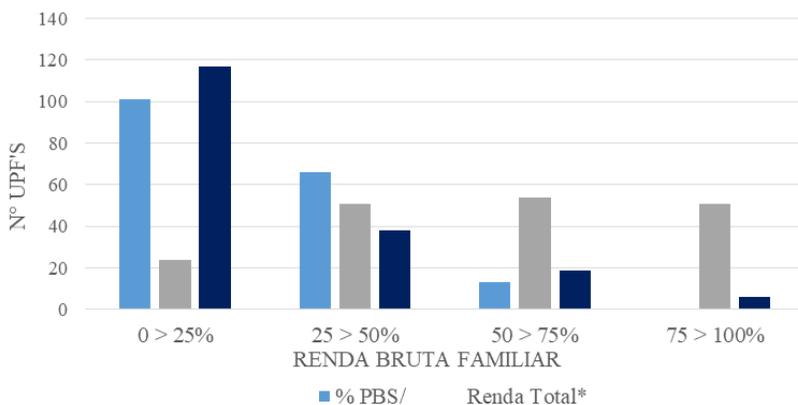
Renda bruta familiar

A renda bruta familiar por ano está estruturada em três segmentos: atividades agropecuárias, programas e benefícios sociais, aposentadorias e outras atividades (Figura 1). Ao analisa-se a contribuição das atividades agropecuárias para a renda bruta familiar, observa-se que 75 UPF's apresentaram percentuais inferiores a 50% e 105 UPF's tem entre 50 e 100% da sua renda bruta advinda de atividades agropecuárias e apenas 6 UPF's, afirmaram que toda sua renda bruta advém exclusivamente das atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade, denotando a diversificação produtiva nas propriedades. Este fato é explicado pelas mudanças ocorridas nas áreas rurais, as atividades agropastoris não se apresentam absolutas, houve incremento das atividades não agrícolas a exemplo do comércio, mercearias, borracharias entre outros (CERETTA *et al.*, 2013).

A contribuição dos programas e benefícios sociais para renda bruta das famílias apresentam-se como complemento importante para a renda das famílias, 14 UPF's não apresentam nenhum percentual de participação de receitas vindas de programas e ou benefícios sociais, 13 UPF's apresentaram percentuais de contribuição entre 50% a 71,21%, e 153 UPF's apresentam percentual entre 3 e 50% compondo a renda bruta familiar. A contribuição dos programas é evidenciado em 166 UPF's, e tem por objetivo promover ações governamentais, avaliar essas ações, e se necessário propor alterações na sua dinâmica, nesse sentido, destacam-se o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF, o programa de aquisição de alimentos – PAA e assistência técnica e extensão rural – ATER (CHIES; ROCHA, 2015).

A aposentadoria quando somada a outras fontes de renda (venda de mão-de-obra familiar, artesanato e ou outras atividades não rurais) torna-se importante para a composição da renda das famílias, 84 UPF's apresentaram exclusivamente a aposentadoria rural com renda bruta familiar, 71 UPF's apresentaram entre 6,35 e 50% compondo renda bruta, 25 UPF's possuem contribuição entre 50 e 88,19%, formada por aposentadoria e ou outras atividades para renda bruta das famílias. A aposentadoria é o fator que mais contribui para elevação da renda familiar dos produtores, essa constatação é corroborada por Zalafon (2016), ao analisar a renda familiar de comunidades rurais no estado do Paraná, observou que a aposentadoria é o fator que mais influência para o aumento na renda das famílias, entretanto, o mesmo afirma que a aposentadoria não é a solução ideal para incrementar a renda, ressalta-se a necessidade de promover uma exploração agrícola adequada, associado a outras formas de ocupação, sobretudo não agrícola, para aumentar efetivamente a renda das famílias.

Figura 1. Percentual de contribuição por número de UPF's para renda bruta familiar.



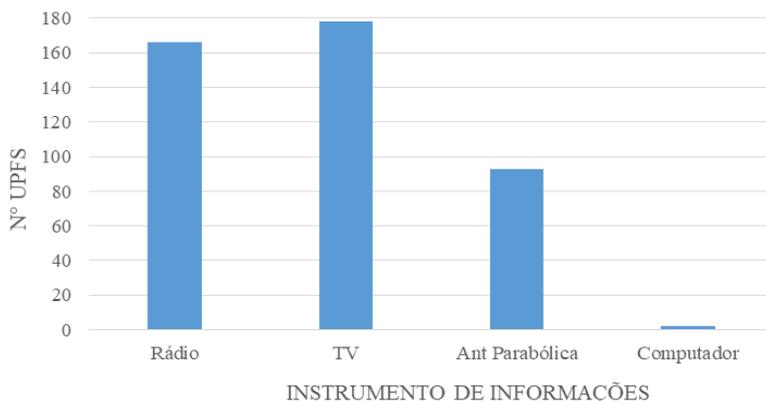
*Percentual de programa e benefícios sociais por renda bruta total, ** Percentual de atividade rural por renda bruta total, *** Percentual de outras atividades e aposentadoria por renda bruta total.

Acesso das famílias a instrumentos de comunicação

Do total das UPF's, 92,22% possuem o rádio como veículo de acesso à informação, 98,89% a televisão, 52% dispõem de antena parabólica e apenas 1,11% afirmou possuir microcomputador em casa. (Figura 2). Portanto, pelos percentuais observados, pode-se concluir que o rádio e a televisão são dois elementos de comunicação mais utilizados pelas famílias. O rádio por meio do alcance de suas ondas eletromagnéticas permite levar informação para populações de vastas regiões que não têm acesso a outros meios, seja por motivos geográficos, econômicos ou culturais (ORTRIWANO, 1985; CUNHA *et al.*, 2016), e a televisão possui um lugar de destaque nas identidades culturais das comunidades rurais, por unificar a sociedade ao oferecer referências nacionais da realidade cotidiana, revela conflitos e viabiliza mudanças por meio de sua mediação (CUNHA *et al.*, 2016). Contudo, atualmente com os avanços tecnológicos evidenciados nos

últimos anos, observa-se que moradores da zona rural possuem celulares smartphones, o que amplia a comunicação dessas famílias através das redes sociais e de diversas outras mídias.

Figura 2. Percentual de instrumentos de informação por número de UPF's.



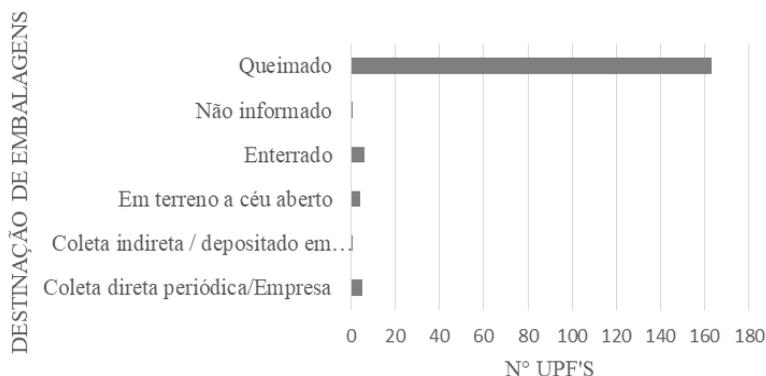
Destino das embalagens de agroquímicos

As famílias das UPF's quando indagadas sobre a destinação final das embalagens de agroquímicos relataram, 2,22% descartar as embalagens de agroquímicos em depósito de lixo comum, 1,11% largadas no campo, 20% não fazer uso desses produtos e 76,67% afirmaram queimar ou enterrar as embalagens. (Figura 3). Comportamento semelhante foi observado por Silva *et al.* (2015), em comunidades rurais no município de Pombal-PB, 56% dos entrevistados admitiram queimar as embalagens de agroquímicos, em virtude de os animais não comerem essas embalagens e acharem que essa ação não causa danos ao meio ambiente. Entretanto, as embalagens de agrotóxicos quando mal destinadas, geram resíduos químicos tóxicos que são descartados em aterros e

lixões, por meio da ação da chuva, podem migrar para águas superficiais e subterrâneas, contaminando lençóis freáticos, ocasionando sérios problemas ambientais (SANTOS *et al.*, 2015). O principal entrave alegado pelos produtores para destinação correta das embalagens é a distância para os postos de coleta, fazendo-os destinar de forma inadequada as embalagens de agroquímicos.

Convém ressaltar, que os 20% que alegaram não usar agroquímicos, são resultado do intenso processo de desconstrução dessa tecnologia, por parte das entidades de assistência técnica e extensão rural atuantes no município, uma vez que, a prática de uso destes produtos químicos era muito utilizada na produção convencional da batata inglesa na região.

Figura 3. Destinação final das embalagens de agroquímicos por número de UPF's.



Destino dos resíduos sólidos domésticos

No tocante ao destino dos resíduos sólidos domésticos, observa-se, que apenas 2,78% das UPF's informaram destinar os resíduos sólidos domésticos para coleta direta periódica

realizada por empresas. (Figura 4) justificada pela proximidade dessas propriedades da sede do município, essa realidade assemelha-se ao restante das comunidades rurais do país, onde cerca 80% não dispõe de serviço de coleta de resíduos (DEBONI; PINHEIRO, 2010), 0,56% depositam de forma indireta em caçamba, 2,22% jogam em terreno a céu aberto, esse processo torna-se visível ao longo de estradas, os quais também são carregados para represas de abastecimento durante o período de chuvas (VIEIRA, 2015), 3,33% enterram, 0,56% não informaram e a maioria 90,56% admitiram queimar os resíduos sólidos domésticos em suas propriedades rurais. (Figura 4), esse método de destinação dos resíduos sólidos é o mais comum nas comunidades rurais nacionais (CERETTA *et al.*, 2013; VIEIRA, 2015; FRIESTINO *et al.*, 2016) e mundiais (LEE *et al.*, 2015; OMOTESHO *et al.*, 2016). Segundo Morais *et al.* (2016), o principal problema alegado por agricultores de comunidades rurais em Apodi-RN, é a fumaça gerada pela queima irregular de resíduos sólidos, a queima tem provocado graves problemas respiratórios na saúde da comunidade, comprometendo a qualidade de vida local.

Figura 4. Destinação final dos resíduos sólidos domésticos por número de UPF's.



CONCLUSÃO

No âmbito socioambiental, percebe-se avanços na zona rural do município seja pelo acesso das famílias às políticas públicas governamentais ou pela atuação das entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural. Todavia, são inúmeros os desafios a serem contornados, uma vez que o município não dispõe de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, estabelecidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Nesse sentido, necessita-se implementar ações que visem garantir a produção de alimentos saudáveis, melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais e preservação dos recursos naturais como: Incentivar a adoção prática de manejos agropecuários sustentáveis, apoiar programas de educação ambiental voltados aos resíduos sólidos e seus impactos, garantir o uso de estratégias de participação em que as comunidades possam exercer a cidadania por meio de ações locais, estimular a construção de um espaço rural múltiplo em suas dimensões (cultural, econômica, social e ambiental) para construir uma nova perspectiva para relação homem-natureza.

AGRADECIMENTOS

À EMATER-PB, hoje EMPAER pelo acesso aos dados do SIGATER.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, C.; GÜNTHER, W. M. R. Generation of domestic solid waste in rural areas: case study of remote communities in the Brazilian Amazon. **Humanecology**, v. 42, n. 4, p. 617-623, 2014.

BRASIL. Lei n.º 8.629/1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária,

previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília: Planalto, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm. Acesso em: 07 jan. de 2016.

BRASIL. Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília. Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos. Agosto de 2012. Disponível em: http://www.sinir.gov.br/documents/10180/12308/PNRS_Revisao_Decreto_280812.pdf/e183f0e7-5255-4544-b9fd-15fc779a3657. Acesso em 13 jan. 2016.

BRASIL. Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Versão preliminar para consulta pública. Setembro de 2011. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_publicacao/253_publicacao02022012041757.pdf. Acesso em: 11 fev. de 2016.

CERETTA, G. F.; SILVA, F. K.; ROCHA, A. D. Gestão Ambiental e a problemática dos resíduos sólidos domésticos na área rural do município de São João, PR. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, v. 6, n. 1, p. 17-25, 2013.

CHIES, C.; ROCHA, M. M. A agricultura familiar e as políticas públicas: avaliação dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste-pr. **Revista Percorso**, v. 7, n. 1, p. 27-54, 2015.

CUNHA, R. R. C.; DARDE, V. W. D. S.; LEME, F. A. As contribuições da TV para o desenvolvimento do campo e construção de novas representações sobre o rural. **Sessões do Imaginário**, v. 20, n. 34, p. 18-26, 2016.

DEBONI, L; PINHEIRO, D. K. O que você faz com seu lixo? Estudo sobre a destinação do lixo na zona rural de Cruz Alta/RS -Passo dos Alemães. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental. Santa Maria**, v. 1, n. 1, p. 13-21, 2010.

FRIESTINO, J. K. O.; SILVA, O. M. P.; NASCIMENTO, M. C. Condições Sanitárias no Oeste de Santa Catarina:

Construindo um Diagnóstico das Populações Rurais e Pequenas Comunidades. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 19, n. 2, p. 109-116, 2016.

INCRA. Tabela com módulo fiscal dos municípios. Brasília: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>. Acesso em: 02 jan. de 2016

LEE, E.; SIBRIAN, R.; MEDINA, M.; BERMUDEZ, O. Addressing Environmental Determinants of Food Insecurity in Rural Guatemalan Communities. **The FASEB Journal**, v. 29, n. 1, p. 898-913, 2015.

MANCINI, S. D.; NOGUEIRA, A. R.; KAGOHARA, D. A.; SCHWARTZMAN, J. A. S.; MATTOS, T. Recycling potential of urban solid waste destined for sanitary landfills: the case of Indaiatuba, SP, Brazil. **Waste Management & Research**, v. 25, n. 6, p. 517-523, 2007.

MORAIS, A. E. R.; BARBOSA, P. T.; ALVES, L. A. Avaliação dos impactos socioambientais urbanos: o descarte incorreto dos resíduos e atividade de conscientização ambiental na cidade de Apodi, RN. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 20, n. 1, p. 296-305, 2016.

OMOTESHO, O. A.; FALOLA, A.; AWOLU, S. O. Assessment of Willingness to Pay for Improved Solid Waste Management by Rural Farming Households in Kwara State, Nigeria. **The Journal of Solid Waste Technology and Management**, v. 42, n. 1, p. 44-50, 2016.

ORTRIWANO, G. S. A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. 4. Ed. São Paulo: Summus, 1985. 177 p.

PARAIBA 2015???

PARAIBA. Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado da Paraíba. João Pessoa: SERHMACT, 2015. Disponível em:

<<http://paraiba.pb.gov.br/meio-ambiente-dos-recursos-hidricos-e-da-ciencia-e-tecnologia/objetivos-do-plano-estadual-de-gestao-integrada-de-residuos-solidos/>> Acesso em 19 nov. 2015.

SANTOS, C. A.; MACHADO, H. C.; SANTOS, N. D. A nova política nacional dos resíduos sólidos e o descarte de embalagens como medida protetiva. **Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 4, n. 1, p. 287-334, 2015.

SCHNEIDER, V. E. et al. Resíduos sólidos no meio rural: análise dos sistemas de gerenciamento utilizados em 33 municípios da Serra Gaúcha (RS)/Brasil. In: CONGRESO INTERAMERICANO DE INGENIERÍA SANITARIA Y AMBIENTAL, 30. 2006. Punta del Este. Uruguai. Anais... Cidade do México: HP Ambiental, 2006

SILVA, F. M.; SOBRINHO, L. G. A.; COELHO, D. C.; FERREIRA, P. M. L.; AZEVEDO, P. B. Percepção de risco no uso de agrotóxicos em cinco comunidades rurais no município de Pombal, PB. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 9, n. 5, p. 01-09, 2015.

SILVA, P. C. S.; SILVA, N. L. S.; FEIDEN, A.; ZONIN, W.J.; MROZINSKI, C.R.; CLOSS, M. Estudo da viabilidade econômica do destino final do lixo urbano de Marechal Cândido Rondon, PR. **Revista Varia Scientia Agrária**, v. 2, n. 2, p. 119-133, 2012.

VIEIRA, L. R.; VIEIRA, L. R.; VESTENA, S. A questão do saneamento no espaço rural: uma abordagem ambiental em três localidades rurais no município de nova palma, RS. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 19, n. 1, p. 38-50, 2015.

WU, D.; ZHANG, C.; LÜ, F.; SHAO, L.; HE, P. The operation of cost-effective on-site process for the bio-treatment of mixed municipal solid waste in rural areas. **Waste management**, v. 34, n. 6, p. 999-1005, 2014.

ZAFALON, R. O potencial do programa vilas rurais na promoção do desenvolvimento rural. **Revista da ANPEGE**, v. 11, n. 16, p. 343-371, 2016.

ZARATE, M.A.; SLOTNICK, J.; RAMOS, M. Capacity building in rural Guatemala by implementing a solid waste management program. **Waste Manage**, v. 28, p. 2542-2551, 2008.

CAPÍTULO 14

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) COMO PROPULSOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM CASO NO LESTE POTIGUAR

Elaine C. Santos

Winifred Knox

INTRODUÇÃO

A categoria denominada por agricultura familiar teve a partir de seu reconhecimento efetivado em meados da década de 1990, após a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), acesso a investimentos públicos normatizados pelo Decreto Presidencial nº 1.946, de 1996, posteriormente avaliados em vários estudos (ABRAMOVAY, 1998; ABRAMOVAY; VEIGA, 1999; MATTEI, 2005, SCHNEIDER, 2004; BELIK, 2000). A década de 2000 foi marcada por uma série de melhorias que propiciaram além do acesso ao sistema de crédito, acesso a mercados por meio de outros programas interligados ao PRONAF, caracterizados pela implementação das compras institucionais. Foram eles: O Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Especificamente sobre o caso do PNAE se tratará neste artigo, cujo objetivo central é a análise das contribuições a partir do processo de implementação do programa a partir da experiência desenvolvida pela Associação dos Moradores da Comunidade de Porteiras e Adjacências (AMCOPA), localizada no município de Pedro Velho, este situado na mesorregião Leste do estado do Rio Grande do Norte (RN),

num recorte temporal compreendido entre 2014-2017, assinalando sua construção histórica e a consolidação como uma das principais políticas propulsoras de desenvolvimento local. A metodologia empregada se configura como estudo de caso, a partir da análise bibliográfica dos estudos que têm embasado a temática em xeque e suas implicações e contribuições no acesso aos mercados institucionais.

Foram utilizados como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e participativa, considerando o processo ter se constituído sob a condução da pesquisadora, que atuou no referido cenário como extensionista rural, por meio do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN (EMATER/RN). Procedeu-se a análise documental da entidade selecionada, mediante relatórios de fornecimentos e informações prestadas pelos representantes da AMCOPA e dados oficiais dos recursos transferidos à entidade executora. Assim, se quantificam as contribuições a partir do acesso ao PNAE.

Partiu-se da premissa de que a implementação do PNAE na primeira instância foi fruto dos atendimentos realizados pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER/RN), na articulação para fomentar o acesso aos mercados institucionais e resultou no desenvolvimento local a partir do alargamento do acesso às políticas públicas por meio de editais e chamamentos públicos direcionados ao fortalecimento da agricultura familiar, gerando a inserção de novos mercados. A consolidação das ações da AMCOPA se refletiu numa construção social da ação coletiva que se prospectou para a região considerando como a pioneira no acesso ao programa enquanto grupo formal na região. Alguns fatores são determinantes para compreender o processo de desenvolvimento socioeconômico dos beneficiários, tais como: a) o incremento da renda familiar dos associados; b) as políticas públicas acessadas pela AMCOPA, pós-

implementação do PNAE c) a reflexão das ações coletivas em favor do desenvolvimento local.

Nessa perspectiva este artigo foi estruturado em três partes, além das notas introdutórias e conclusivas: na primeira parte será realizado breve histórico das políticas públicas para alimentação escolar no Brasil, na segunda parte analisa-se o PNAE, refletindo suas fragilidades enquanto política pública e repensando as oportunidades geradas por este programa. Na sequência é abordada a experiência da AMCOPA enquanto possibilidade de proporcionar a análise do desenvolvimento local. Os objetivos do desenvolvimento mais inclusivo, segurança alimentar e alimentação mais saudável, sendo esses base fundamental do PNAE, necessitam da adoção de medidas para atingir maior número de beneficiários e propiciar efetiva melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares.

DESENVOLVIMENTO

Histórico das políticas públicas para alimentação escolar no Brasil

A política de alimentação escolar no Brasil, notadamente não é recente, completa 63 anos, se consolidando como a mais antiga política pública de segurança alimentar e nutricional do país, que reuniu ao longo dos anos avanços que lhe renderam o título de referência para outros países, no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (FNDE, BRASIL, 2019).

Segundo Triches (2015):

Em 31 de março de 1955, é assinado o decreto nº 37.106, que institui a Campanha de Merenda Escolar (CME) subordinada ao Ministério da Educação. Ela, juntamente com outros programas,

era constituída como superintendência federal, com fortes autonomias técnica e administrativa e poder de negociação na captação de recursos frente às organizações internacionais de ajuda alimentar (ABREU, 1997). O Programa inicia dessa forma, fortemente articulado as organizações internacionais de ajuda alimentar criadas depois da II Guerra Mundial, tais como a FAO, o UNICEF, a USAID (dos Estados Unidos) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) (TRICHES, 2015, p. 186 -187).

Nesta época o programa consistia em repasse de alimentos industrializados, doados por países desenvolvidos, principalmente os EUA. Não se constituía como uma política pública sistemática e de responsabilidade local.

Sua trajetória histórica é assinalada por uma série de transformações destacadas por Triches (2015), que aponta em 1976 para o surgimento do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). E em seguida, para uma reconfiguração do programa, para em 1979, nascer o então Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com objetivo de melhorar as condições nutricionais das crianças e diminuir os índices de evasão e repetência. Porém, além da baixa qualidade dos alimentos (formulados e industrializados) ofertados, houve descontinuidade na distribuição. Somados a isso, a partir de 1994, houve o início do processo de descentralização dos recursos destinados à aquisição de alimentação escolar. Contudo, apesar de avanços constatados na década de 2000, a consolidação e efetivação do PNAE se deu através da Lei nº 11.947/2009 e posteriormente da Resolução do FNDE nº 26/2013 (TRICHES, 2015, p. 186-190).

A reformulação do programa a partir da Lei nº 11.947 em 2009 garantiu o acesso de no mínimo 30% dos recursos destinados pelo governo federal para compra dos alimentos da

agricultura familiar. Vários estudos (SCNHEIDER, 2011; GRISA; SCHNEIDER, 2014; ROZENDO, 2015) enfatizam a intenção estatal por intermédio da institucionalização de mercados institucionais que propiciaram inúmeros avanços para o segmento da agricultura familiar na última década, dada a magnitude e envergadura no alcance intersetorial do público atendido. O PNAE perfaz duas abordagens distintas, que traduz a relevância do programa: o fortalecimento das cadeias produtivas da agricultura familiar e a garantia de segurança alimentar. Tais reorientações não representam simples detalhes. Elas resultam da luta política de diferentes segmentos ligados ao espaço rural, os quais têm buscado não somente ter seus direitos reconhecidos pela sociedade e pelo Estado, mas também assumirem o protagonismo de estratégias promotoras do desenvolvimento como no caso de agricultores (as) familiares, assentados etc. (ROZENDO, 2015, p. 24). Historicamente percebe-se que a reformulação desse programa trouxe novos ares para os agricultores familiares e comunidade escolar, pois é inegável as contribuições socioeconômicas advindas a partir da implementação e efetivação deste programa: a revalorização da produção, a melhoria na composição do cardápio escolar (alimentos frescos, orgânicos e sazonais), a ressignificação da produção a partir da agregação de valor aos produtos, o incremento das atividades agroindústrias e a participação da sociedade civil neste processo. No tópico a seguir se tratará sistematicamente sobre o PNAE.

O PNAE: oportunidades ou fragilidades?

Em meio a várias transformações no Brasil e no mundo, tais como a reestruturação produtiva na indústria e na produção agrícola, o rural também é afetado por série de alterações econômicas e sociais. Frente a tudo isso, alguns autores falam

de uma nova configuração no rural diante da questão produtiva e à reprodução material e simbólica no campo, surgindo o termo novas ruralidades. O novo rural brasileiro foi marcado nas últimas décadas por incorporar e traduzir as várias mudanças globais no campo, principalmente na forma de ocupação do espaço, seja no modo de viver, em função da interação cidade-campo cada vez mais intrínseco, seja pelas novas atividades desenvolvidas, principalmente as atividades não agrícolas. Há uma efervescência de estudos que denotam essas transformações econômicas e sociais no campo (CARNEIRO, 1997; SCHENEIDER, 2003; WANDERLEY, 2000, 2001).

Nesse cenário de constantes transformações sociais, econômicas e culturais os agricultores familiares no rural sofrem profundas mudanças, e têm necessidade de readequações. É essencial a compreensão desses aspectos e suas implicações, considerando as dificuldades mais latentes, que nos direcionam à questões elementares para a reprodução da vida no campo, e dos aspectos inerentes à localidade e as relações sociais reconfiguradas pelas novas dinâmicas (WANDERLEY; CARNEIRO, 2001). Como parte deste processo, o acesso a mercados se constitui como um dos gargalos históricos para a agricultura familiar.

Para Rozendo (2015):

a categoria mercado privilegiada neste trabalho tem um caráter mais local (comércio de ciclo curto), pressupondo também a possibilidade de valores de troca não monetários como intrínsecos às relações econômicas (DIMAGGIO, 2003). Tais relações trazem consigo um elevado grau de pessoalidade, pois estão imersas em **contextos** locais específicos que dizem respeito às trajetórias familiares, a traços culturais e tradições, a relações interpessoais, além do

interesse pela venda. Nesse sentido, os mercados são criações sociais, e não um mero ente econômico, caracterizado por leis supostamente universais, as quais todos estão submetidos (APPADURAI, 2008 *apud* ROZENDO, 2015, p.27).

Assim, Gazolla (2017) defende que os canais PAA e PNAE exercem três efeitos junto às agroindústrias: fortalecem as atividades produtivas e a economia das famílias; o estímulo à inserção em novos tipos de canais que os programas geram; fortalecimento dos circuitos locais de produção-consumo (GAZOLLA, 2017, p. 182). O acesso ao mercado propicia o incremento da produção e renda por intermédio da comercialização, além do alargamento da rede de instituições que passam a compor as dinâmicas do processo (sindicatos, associações, cooperativas, entidades de assistência técnica, entre outros) estimulando o consumo e interligando produtores e consumidores.

Além da promoção de hábitos alimentares saudáveis, propiciados mediante acesso a alimentos frescos e produzidos em muitas situações pelos próprios pais de alunos que frequentam as redes públicas de ensino, o Programa gera relações de reciprocidade e de compromisso social. Os mercados institucionais deram um novo alento aos agricultores, os quais afirmam que antes do PAA e do PNAE “a dificuldade era vender os produtos” e que, atualmente, a “dificuldade é produzir para suprir estes mercados”. Em alguns casos, investigadas as entidades compradoras desses produtos chegam a ligar ou vir buscar os produtos na residência dos agricultores, em função da exigência de cumprimento dos 30% obrigatórios de compras da agricultura familiar estabelecidos pelo PNAE (GAZOLLA, 2013, p.319).

O acesso ao PNAE se traduz para agricultura familiar em uma conquista sólida, em ganhos e inúmeras

oportunidades: a) incremento na renda e produção; b) diversificação na produção; c) equidade nas relações comerciais; d) justiça social para a população do campo; e) incentivo à constituição de organizações formais de agricultores para o acesso a novos mercados e políticas públicas. Entretanto, os mercados institucionais não se revestem apenas em oportunidades, todo o processo é permeado por fragilidades.

O PNAE se configura como uma oportunidade para aqueles que conseguem acompanhar o ritmo contínuo de produção considerando que o programa tem demandas de alimentos frequentes para atender o público escolar em no mínimo 200 dias letivos por ano. Geralmente esses fornecimentos se dão semanalmente ou quinzenalmente. As principais fragilidades percebidas e geradas neste processo correspondem a: a) dificuldade de atendimento pelos agricultores às demandas com regularidade; b) restrições frente a disponibilidade de produtos diversificados; c) limitação de acesso à comercialização em razão do cumprimento da legislação (certificação sanitária) para alimentos de origem animal e derivados; d) Por fim, a dependência gerada a partir da comercialização nesses tipos de canais, e; e) Morosidade no cumprimento dos pagamentos pelos produtos comercializados por parte das entidades executoras (prefeituras).

Os programas institucionais PAA e o PNAE agem no sentido da inovação institucional com políticas benéficas, dando fluxo comercial e inserção econômica às famílias e alimentos. Mas, de outro lado, podem gerar dependência destes agricultores em comercializar somente nestes mercados. No caso das agroindústrias informais, simplesmente os produtos sem adequação às legislações agroalimentares estão de fora desses mercados (GAZOLLA, 2013, p. 331). Nesse sentido as vendas para programas institucionais podem gerar dependência e limitar o acesso a novos mercados. Assim, se faz necessário a

adoção de estratégias considerando outros fatores que podem condicionar o acesso a este tipo de mercado, a legislação, principalmente para produtos processados, de origem animal e seus derivados.

Para Rozendo (2015), a precariedade dos arranjos institucionais locais sobre o qual se organiza o PNAE, sobretudo, o grau de pessoalidade com que se executa a referida política, colocam como desafios fundamentais para a garantia de sua permanência e ampliação. Analisando a problemática em tese, se pode compreender a importância que as políticas públicas têm na constituição desses os mercados institucionais, ao mesmo tempo em que podem ser apontadas como ferramenta de promoção de desenvolvimento rural. Pois cooperam com o fortalecimento da agricultura familiar, o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores e com a promoção da segurança alimentar para uma parcela expressiva da população, os escolares. Assim, o presente artigo aspira dar contribuições para construção do debate a partir de um estudo que analisa o contexto de uma associação inserida nos mercados institucionais na mesorregião Leste do estado do RN, região Nordeste do país. Avalia-se a relevância do fortalecimento deste tipo de organização social para alargar o acesso à outras políticas.

Em última análise, é mister, compreender em qual grau os mercados institucionais estão contribuindo para o desenvolvimento local e das famílias rurais beneficiadas, presentes no próximo tópico.

A experiência da AMCOPA e a análise do desenvolvimento local

O município de Pedro Velho está localizado na mesorregião Leste do estado do Rio Grande do Norte,

conforme dados do IBGE (2010), o município tem população estimada de 14.114 habitantes, com área territorial de 192,707 km². A inserção nesse cenário como extensionista rural pertencente ao quadro efetivo do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER/RN) se deu desde 2009, passando esses últimos sete anos, contribuindo com os serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) no referido município. Especialmente nesse relato, selecionou-se a experiência desenvolvida na comunidade de Porteiras, localizada a seis quilômetros da sede do município, e em mais cinco comunidades circunvizinhas que compreendem a área de ação interventiva, com aproximadamente 400 famílias instaladas nessas áreas.

Nessa região, as propriedades são distribuídas de forma pulverizadas, 60% com área média em torno de 5 hectares, a maior parte da população sobrevive das atividades desenvolvidas no local, tais como: bovinocultura de leite e corte, na produção de derivados do leite, nas atividades agrícolas (sistema agroecológico de produção) e criação de pequenos animais (ovinos, aves, caprinos e suínos). Buscando analisar, a partir da implementação do PNAE no município de Pedro Velho, a contribuição dessa política pública ao desenvolvimento local, foram formuladas três categorias para a análise: a) A ocorrência de incremento da renda familiar dos associados; b) Melhoria do acesso às políticas públicas pela AMCOPA, pós-implementação do PNAE; e c) O aumento da capacidade de organização social e articulação coletiva para a reflexão das ações coletivas em favor do desenvolvimento local.

O PNAE foi implementado a partir de 2014, no município de Pedro Velho, pela Prefeitura municipal, atendendo um total de 24 escolas, localizadas na zona rural e urbana. A maior parte dos escolares são crianças e adolescentes, que estudam em escolas nas comunidades rurais

e urbanas, e muitas não têm boa alimentação em casa, algumas se encontram em situação de vulnerabilidade social. Assim, a escola torna-se um atrativo pela garantia da alimentação. É uma forma de incentivo, tanto é, que segundo alguns professores, quando não tem merenda na escola, os alunos não vão. Portanto, a alimentação de boa qualidade, auxilia esses alunos a permanecerem nas escolas, e melhora o desempenho escolar deles. Analisando o período de 2014 a 2017, em que a AMCOPA forneceu gêneros alimentícios para o programa, a quantidade de agricultores familiares beneficiadas pelo PNAE variou. Para materialização desta análise, se deve considerar que neste contexto o quadro social da AMCOPA é composto por cerca de 54 famílias, de modo que 60% dos sócios são agricultores familiares, os demais exercem atividades não agrícola. Sua área de abrangência compreende cinco comunidades circunvizinhas. Dentro desse universo de aproximadamente 400 famílias residindo nessas comunidades, 13,5% corresponde ao quadro social da AMCOPA.

Dados coletados na entidade selecionada e no Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) revelam o conjunto de recursos destinados ao município e o percentual acessado pela AMCOPA, que desde a implementação tem sido o único grupo formal a comercializar por meio do PNAE, no período analisado 2014/2017. Estas informações estão dispostas na tabela nº 01 abaixo.

Tabela nº 01 – Utilização dos recursos do FNDE para as compra da Agricultura Familiar

Entidade Executora	Período	Recursos Transferidos pelo FNDE (Em R\$)	Valor em (R\$) adquiridos a Agricultura familiar	Recurso utilizado em compras da Agricultura Familiar (Em R\$)
Prefeitura Municipal	2017	326.629,60	49.029,81	15,01%
Prefeitura Municipal	2016	336.381,00	151.835,54	45,17%
Prefeitura Municipal	2015	273.618,00	79.570,00	29%
Prefeitura Municipal	2014	240.560,00	98.637,25	41%

Fonte: FNDE (2019). Elaboração: E. C. dos Santos

Os valores contidos nos relatórios de fornecimentos dos períodos analisados, consideraram informações contidas nos órgãos de controle fiscal (Secretaria de Tributação do RN) a partir da emissão de notas fiscais e dos dados contidas no Portal do FNDE. Porém, há divergência em relação às informações prestadas sobre os percentuais acessados pelos agricultores familiares no portal do FNDE, indicando talvez, a desatualização do portal, pois os percentuais são inferiores aos disponibilizados pela entidade fornecedora.

Na tabela nº 02, estão dispostos os percentuais e valores de gêneros alimentícios fornecidos pela AMCOPA a entidade executora do PNAE no município.

Tabela nº 02 – Valores fornecimentos pela agricultura familiar no período 2014-2017

Entidade fornecedora	Período	Recursos Transferidos pelo FNDE (Em R\$)	Valor em (R\$) adquiridos a Agricultura familiar	Recurso utilizado em compras da Agricultura Familiar (Em %)
AMCOPA	2017	326.629,60	105.562,08	32,3%
AMCOPA	2016	336.381,00	158.477,16	47%
AMCOPA	2015	273.618,00	231.521,20	84,6%
AMCOPA	2014	240.560,00	121.987,52	50,7%

Fonte: AMCOPA (2019). Elaboração: E. C. dos Santos

Foram adquiridos em gêneros alimentícios, percentual acima do quantitativo mínimo estabelecido por lei, nesse caso os 30%. Destaca-se que em 2015 foram utilizados 84,6% dos recursos repassados pelo FNDE à unidade executora, a prefeitura municipal.

Na tabela nº 03 estão dispostos o nº de famílias beneficiadas pelo fornecimento de gêneros alimentícios e o valor médio acessado por família.

Tabela nº 03 – Valor médio acessado por família e o nº de famílias beneficiadas pelo fornecimento por período 2014-2017.

Entidade Fornecedora	Período	Valor médio em (R\$) por família	Nº de Agricultores familiares fornecedores
AMCOPA	2017	6.597,63	16
AMCOPA	2016	9.322,18	17
AMCOPA	2015	10.066,13	23
AMCOPA	2014	5.544,88	22

Fonte: AMCOPA (2018). Elaboração: E. C. dos Santos

Esses números são expressivos, considerando que a comercialização beneficiou em torno de 10 mil/famílias em 2015. Nos demais períodos os valores foram reduzidos, assim

como o número de beneficiários. É preciso contar com a sensibilidade do gestor municipal no cumprimento da lei e ampliação do uso dos recursos destinados ao PNAE para agricultura familiar. A redução do número de agricultores familiares participantes do fornecimento se deu em função dos atrasos de pagamento por parte da prefeitura municipal. Isso gerou desânimo nos beneficiários, considerando que necessitam do retorno financeiro para manutenção familiar e da produção. Dos produtos destinados à merenda escolar, foram fornecidos: hortaliças, carnes (bovina, suína, caprina e aves), bolos, tapiocas, doces e frutas, sendo que dos valores recebidos pelos agricultores familiares, 8% são recolhidos do valor total para o pagamento de impostos e despesas administrativas.

Segundo informações disponíveis na Unidade Local da EMATER/RN e na AMCOPA, em análise documental dos relatórios de fornecimentos destes períodos, houve o incremento variado na renda das famílias, dada a forma diversa de participação de produtos comercializados com diferentes ciclos produtivos. Foram injetados na economia local em todo período analisado cerca de 617.547,96 mil. As melhorias na condição de vida das famílias se materializaram a partir das aquisições de veículos, motocicletas, construção e reforma de casa, aquisição de eletrodomésticas e móveis por parte dos beneficiários. Essas conquistas se constituíram em um ambiente de constantes disputas e tensões. Inicialmente, o poder público municipal tentou burlar a implementação do programa, sendo pressionado pela sociedade civil organizada, que realizou intervenções políticas através da Câmara Municipal de Vereadores, conforme informações prestadas pelos representantes da AMCOPA, o que possibilitou a realização da chamada pública em 2014 e a sua concorrência. Nos períodos subseqüentes o processo foi realizado sem problemas. O baixo dinamismo de ações coletivas no município, em função de experiências passadas mal sucedidas

constitui-se como fator limitante de construção de novas experiências. A AMCOPA se insere neste cenário rompendo com os obstáculos seculares aos agricultores familiares. Atualmente a associação está completando oito anos de atuação e prospectando vários projetos em favor do desenvolvimento comunitário.

Nessa perspectiva de maior acesso às políticas públicas, se destaca que o acesso ao PNAE configurou-se como um divisor de águas para o desenvolvimento comunitário da comunidade Porteiras e comunidades circunvizinhas, para as quais em 2015, obteve-se acesso ao Edital da Fundação Banco do Brasil (FBB) em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a Juventude Rural. O projeto teve por objetivo adquirir equipamentos e veículo para implantação de mini usina de beneficiamento de leite e derivados (projeto em execução). Em 2016, a AMCOPA participou da seleção para a concessão de uso do espaço de comercialização na Central de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAFES), inaugurado em março de 2017, na qual os associados e associadas utilizavam para comercializar sua produção na capital do estado. Após 10 meses de ocupação do espaço, a entidade se desvinculou da central em função da falta de capital para custear as despesas. Em 2016 foi realizado um projeto para o edital do programa do governo do RN, Programa Governo Cidadão, desenvolvido com recursos do Banco Mundial, que objetivava a construção da estrutura física da agroindústria para o funcionamento da mini usina de processamento de leite. Este projeto foi contratado e aguarda a finalização da obra. Estando já funcionando experimentalmente com uma produção semanal de queijos, manteigas e doces artesanais. Esse conjunto de ações prospectou a AMCOPA regionalmente, como modelo a ser seguido, refletindo na constituição de novas associações em municípios vizinhos.

Para os associados, às ações coletivas constituíram o acesso à inclusão produtiva e econômica, confirmando a função social destas políticas públicas.

Há ainda um longo caminho a ser percorrido, para a consolidação desta associação que se torna cada vez mais representativa em nível local e regional. Mas inúmeras conquistas foram observadas na experiência exposta a partir do acesso aos mercados institucionais como promissores e capazes de promover o desenvolvimento local, alicerçado pela participação social em ações coletivas, configurando o associativismo como ferramenta potencializada por intermédio desta ação. Contudo, estas contribuições aspiram novas análises e estimulam o debate.

Mas, pode-se afirmar de antemão que estas experiências são de extrema importância para a geração de desenvolvimento inclusivo. É necessária a intervenção estatal continuada, para haver o aperfeiçoamento destas práticas enquanto consolidação do desenvolvimento social e econômico local mais equânime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência descrita neste artigo revela a importância da implementação das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar. Essa intervenção foi possível a partir das ações de ATER que se configuram neste cenário como indispensável à promoção do acesso a programas como o PNAE, gerando várias outras possibilidades de conquistas, que se materializaram a partir desta ação. Dentre todas as políticas acessadas através da AMCOPA o PNAE se destacou como a mais relevante para o seu processo de desenvolvimento neste período de 04 anos. E, embora passando por problemas na estrutura organizacional, comum a todas as organizações de sociedade civil, pode-se dizer que a associação conseguiu

sobrepôr os obstáculos com consideráveis resultados para os beneficiários. Rozendo (2015) afirma que é evidente que apesar do tradicionalismo que marca a política local, programas como o do PNAE representam possibilidades de desenvolvimento de uma nova cultura política na medida em que obriga a todos a uma revisão contínua de suas atuações.

Diante da importância do associativismo, Ganança (2006) revela que a participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos. Este não é apenas um dado, mas a constatação de que a participação social, seja em cooperativas ou associações, seja na zona rural ou urbana, permite a constituição de identidade própria, já que se trata de defesa pelos mesmos interesses e da superação de desafios comuns ao grupo. As definições são inúmeras, mas o sentido é o mesmo, o propósito é único, a reunião de pessoas em busca do mesmo ideal.

Destaca-se que é possível mediante a organização e participação social, promover o acesso às políticas públicas para o campo e estimular o aumento da produção, a diminuição da desigualdade social, a exclusão social, e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida das famílias do campo, promovendo, assim, o emponderamento social dos participantes. Na dimensão do contexto, percebe-se que a experiência relatada parte da premissa de que a realidade é socialmente construída, podendo ser socialmente transformada, já que reflete a realidade atual e influencia aspirações futuras dos atores sociais no desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Brasília: MDA, NEAD, Consultoria IICA 940/98, 1998.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J.E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília/DF: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 641).

ABREU M. Alimentação Escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? Em aberto, v. 67, p. 2-14, 1997.

APPADURAI, A. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, A. (org.). **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Eduff, 2008.

BELIK, W. PRONAF: avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C. ;GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**: políticas públicas. Jaguariúna (SP): EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. p. 93-115.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf In:

Revista Estudos Sociedade e Agricultura, n. 8, abr. 1997.

CARNEIRO, M. J. **Réflexions sur démarche et méthode au tour de la comparaison de localité au Brésil et en France**.

Ladyss-Université Paris X-Nanterre, 2001.

DIMAGGIO, P. Aspectos culturais da ação e da organização econômica. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. **A nova sociologia econômica**. Lisboa: Celta, 2003. p. 167-194.

GANANÇA, Cionello A. **Associativismo no Brasil**:

características e limites para construção de uma institucionalidade democrática participativa. 2006. 144 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. In: GAZOLLA, M., SCHNEIDER, S. (org.). **Cadeias curtas agroalimentares na agricultura**

familiar: dinâmicas e atores sociais envolvidos. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2017. p. 175-194.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. *In:* GAZOLLA, M., SCHNEIDER, S. (org.) **Por que muitos agricultores não formalizam o comércio de alimentos através das cadeias curtas.** Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2017. p. 455-471.

GAZOLLA, M. Os mercados das agroindústrias familiares: produção de novidades e transições sociotécnicas no regime agroalimentar. *In:* CONTERATO, Marcelo A. *et al.* (org.). Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. p. 311-334. 358 p.: il. (Difusão IEPE/UFRGS)

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista Econ. Sociol. Rural**, v. 52 supl. 1 Brasília 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600007&script=sci_arttext. Acesso em: 31 jul. 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Municípios:** Pedro Velho/RN, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/pedro-velho/panorama>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF:** análise de indicadores. Brasília (DF): MDA/NEAD, 2005.

PNAE - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: dados da agricultura familiar. *In:* FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 01. ago. 2019.

REAL L.C.V.; SCHNEIDER S. . O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa de alimentação escolar. **Estudo & Debate**, v.18, p.57-79, 2011. Supl. 2.

ROZENDO, Cimone. BASTOS, Fernando. MOLINA, Wagner de Souza Leite. Desafios institucionais para a inclusão da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista Cronos**, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos//article/view/6335/pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. ; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *In*: SCHNEIDER, S., SILVA, M. K. ; MARQUES, P. E. M. (org.) **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2004, p. 21-49.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 181-200, 2015.

WANDERLEY, M. N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades Modernas avançadas**: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Recife: UFPE, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. Regards sur le “rural” brésilien. *In*: **Agriculture et ruralité na Brésil**: un autre modèle de développement. Paris: Éditions Karthala, 2001.

SINDICALISMO

CAPÍTULO 15

DOCUMENTO FINAL DO IV CONGRESSO ESTADUAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DA PARAÍBA (CONSINTER)

ORGANIZAÇÃO GERAL DO IV CONSINTER:

Kátia Santana Ferreira da Silva; José Cláudio Fidelis Pereira;
Maria Bethânia Torres Costa; Helloyse Alves dos Santos
Villar; Ailton Francisco dos Santos; José Victor Cordeiro;
Gustavo Jose Barbosa

LOGO/ IDENTIDADE:

Helloyse Alves dos Santos Villar

DOCUMENTO FINAL:

José Cláudio Fidelis Pereira; Ailton Francisco dos Santos;
Gustavo José Barbosa

REFORMA ESTATUTÁRIA:

José Cláudio Fidelis Pereira; Tatiana Eiko Assahi Araújo; José
Victor Cordeiro; Kátia Santana Ferreira da Silva; Maria
Bethânia Torres Costa; Helloyse Alves dos Santos Villar;
Ailton Francisco dos Santos

No momento em que tanto o Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública Oficial quanto o Movimento Sindical passam por um verdadeiro desmonte em nosso país é mais que oportuna a discussão para o FORTALECIMENTO DA ATER assim como a identificação dos IMPACTOS E DESAFIOS PARA O MOVIMENTO SINDICAL postos no atual cenário.

Kátia Santana Ferreira da Silva

ORGANIZAÇÃO GERAL DO IV CONSINTER

PROGRAMAÇÃO GERAL

O Cerimonial, durante todo o evento, contou com a nobre colaboração de **Justino Vieira Filho**.

PRIMEIRO DIA – 09/07/2019

AMBIENTE	HORÁRIOS	EVENTOS
	08:00 as 09:00 horas	Recepção dos participantes
Auditório da Plenária Geral	09:00 as 12:00 horas	Assembleia Geral Extraordinária - Reforma do Estatuto Social do SINTER-PB
	12:00 às 14:00 horas	Almoço
Auditório da Plenária Geral	14:00 as 17:00 horas	Assembleia Geral Extraordinária - Reforma do Estatuto Social do SINTER-PB
	17:00 as 19:00 horas	Jantar
Auditório da Plenária Geral	19:00 as 20:30 horas	Abertura do CONSINTER 2019 (Formação da Mesa)
Auditório da Plenária Geral	20:30 às 21:30 horas	Palestra Magna de Abertura "Quebrando Paradigmas: As Construções Discursivas que Corroboram para as Inquietações nas Relações de Gênero"

SEGUNDO DIA – 10/07/2019

AMBIENTE	HORÁRIOS	EVENTOS
	07:00 as 08:00 horas	Café da manhã
Auditório da Plenária Geral	08:00 às 11:30 horas	Reforma do Estatuto Social do SINTER-PB
		Regimento Interno do IV CONSINTER
	11:30 às 13:30 horas	Almoço
Sala Temática 01	"O Cenário Nacional das Políticas Públicas Voltadas à ATER Oficial"	
	13:30 às 14:10 horas	Representante do MAPA na Paraíba (40min)
	14:10 às 14:50 horas	Representante da FETAG (40min)
	14:50 às 15:30 horas	Representante da FASER (40min)
	15:30 às 15:45 horas	Cafezinho
	15:45 às 16:30 horas	Trabalhos em grupo
16:30 às 17:30 horas	Discussão e Retirada de Encaminhamentos	

Sala Temática 02	"Os Desafios para o Fortalecimentos da ATER Pública Estadual"		
	13:30 às 14:30 horas	Representante da FETRAF (60min)	
	14:30 às 15:30 horas	Representante do Polo Sindical da Borboroma (60min)	
	15:30 às 15:45 horas	Cafezinho	
	15:45 às 16:30 horas	Trabalhos em grupo	
	14:30 às 15:30 horas	Discussão e Retirada de Encaminhamentos	
Sala Temática 03	"As Reformas : Impactos e Desafios para o Movimento Sindical"		
	13:30 às 14:10 horas	"As Reformas Administrativas Estaduais: Impactos e Desafios para o Movimento Sindical"	FASER (40min)
	14:10 às 14:50 horas	"A Reforma Trabalhista: Impactos e Desafios para o Movimento Sindical"	CUT (40min)
	14:50 às 15:30 horas	"A Reforma Previdenciária: Impactos e Desafios para o Movimento Sindical"	DIPESE (40min)
	15:30 às 15:45 horas	Cafezinho	
	15:45 às 16:30 horas	Trabalhos em grupo	
	16:30 às 17:30 horas	Discussão e Retirada de Encaminhamentos	
	17:30 às 20:00 horas	Jantar	
	20:00 às 23:00 horas	Momento Cultural	

TERCEIRO DIA – 11/07/2019

AMBIENTE	HORÁRIOS	EVENTOS
Auditório da Plenária Geral	07:00 as 08:00 horas	Café da manhã
	08:00 às 12:00 horas	Plenária Final Apresentação dos Encaminhamentos das Salas 01, 02 e 03 Discussão e Retirada dos Encaminhamentos Finais
	12:00 às 13:30 horas	Almoço

Abertura Oficial do IV CONSINTER – Formação da Mesa

PARTICIPANTES	Cargo/Função	INSTITUIÇÃO
Adailton Severino de Melo	Coordenador Executivo	FASER
Edeildo de Araújo Filho	Coordenador Pedagógico da ESCOLA NE	CUT
Ednaldo Leite Pereira	Coordenador Geral	FETRAF
Jefferson Ferreira de Morais	Diretor de ATER	EMPAER
José Cláudio Fidélis Pereira	Diretor Geral	SINTER-PB
José Victor Cordeiro	Presidente	SINTAG-PB
Liberalino Ferreira de Lucena	Presidente	FETAG-PB
Lucas Hipólito Xavier	Chefe do Serviço de Agricultura Familiar	SFA/PB - MAPA
Maria Bethania Torres Costa	Organização Geral CONSINTER	SINTER-PB

Palestra Magna de Abertura “Quebrando Paradigmas: As Construções Discursivas que Corroboram para as Inquietações nas Relações de Gênero”

A Palestra Magna de Abertura foi proferida conjuntamente por **ROSELITA VITOR DA COSTA ALBUQUERQUE** Coordenação do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema e Assentada da Reforma Agrária.

ADRIANA GALVÃO FREIRE

Assessora Técnica do Núcleo de Saúde e Alimentação da AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – Agricultura Familiar e Agroecologia) e Membro de corpo editorial da Revista Agriculturas.

TEMÁTICAS

TEMÁTICA I - O Cenário Nacional das Políticas Públicas Voltadas à ATER Oficial

Palestrantes/ Convidados

LUCAS HIPÓLITO XAVIER

Chefe do SERVIÇO DE AGRICULTURA FAMILIAR (SEAF) da SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DA PARAÍBA (SFA/PB) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

IVANILDO PEREIRA DANTAS

Assessor Técnico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba (FETAG)

ADAILTON SEVERINO DE MELO

Coordenador Executivo da FASER (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil) e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (SINTAPE).

Mediador/ Relatoria

Ailton Francisco dos Santos

Delegados(as)

Participaram 24 delegados(as) das discussões deste tema.

Pontos Levantados

1. Lutar por uma ATER pública continuada, fortalecida conjuntamente com outros sindicatos e federações e afins;
2. Lutar pela manutenção e melhoria das políticas públicas já existentes (PRONAF, PNAE, POLÍTICA PARA JOVENS, PAA);
3. Lutar pela garantia de recursos para agricultura familiar;
4. Assegurar recursos para custeio no orçamento estadual para as ações de ATER;
5. Maior divulgação nos trabalhos da ATER oficial, mostrando a sua importância para a sociedade;
6. Realização de concurso público para fortalecimento das instituições de ATER;
7. Investimento em infraestrutura e equipamentos para melhoria do serviço de ATER.
8. Resgate da PNATER - Princípios e Diretrizes;
9. Fortalecimento das políticas públicas;

10. Políticas públicas para mulheres, e rediscutir efetividade da políticas públicas para jovens rurais;
11. Segurança no campo;
12. ATER PÚBLICA e gratuita
13. Retomada e fortalecimento da PNDT
14. Aportes e recursos financeiros da ANATER
15. Capacitação dos agentes de ATER/Agricultores familiares
16. Programa de convivência com a Seca
17. Garantir custeios para ATER de forma sistêmica e contínua;
18. Fortalecer as parcerias institucionais entre bancos oficiais;
19. Fortalecer as representações de classe;
20. Garantir recursos necessários para a execução das políticas de agricultura familiar existentes;
21. Campanha de sensibilização e mobilização dos servidores de ater para o fortalecimento dos sindicatos;
22. Identificar parlamentares locais para fazer parte da frente parlamentar em defesa da ATER.

TEMÁTICA II - Os Desafios para o Fortalecimentos da ATER Pública Estadual

Palestrantes/ Convidados

EDNALDO LEITE PEREIRA

Coordenador Geral da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado da Paraíba (FETRAF PB).

NELSON ANACLETO PEREIRA

Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema – POAB. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca-PB

Mediadores/ Relatoria

José Gilson Silva Alves

Berenice Oliveira de Lima

Delegados(as)

Participaram 25 delegados(as) das discussões deste tema.

Pontos Levantados

1. Reestruturação física da EMPAER-PB (Imóveis, equipamentos, veículos);
2. Realização de concurso Público para o fortalecimento da ATER Oficial;
3. Promover ações motivacionais de relações interpessoais de valorização para o trabalho dos extensionistas no campo;
4. Identificar e reavaliar o papel do extensionista, adequando as necessidades da agricultura familiar de base agroecológica,
5. As entidades Sindicais deverão promover ações, junto aos Órgãos Governamentais do Estado e sociedade civil, com o objetivo de tornar a EMPAER-PB sustentável financeiramente;
6. Buscar apoio Político para o fortalecimento da ATER Estadual;
7. Colocação de recursos na LDO Estadual para o fortalecimento da ATER;
8. Interações, integração e convergência dos diversos órgãos, entidades e setores que

- trabalham com a AF no Estado em prol das mudanças necessárias;
9. Elaboração e implementação de um planejamento estratégico por parte da EMPAER-PB para se adequar as necessidades atuais e demandas da Agricultura Familiar;
 10. Remanejamento em todos os níveis da força de trabalho, através de acordo com as demandas dos locais mais necessitados de ATER no Estado;
 11. A EMPAER-PB, deverá firmar Convênios que tragam dividendo financeiro, pelos serviços prestados a outras entidades governamentais;
 12. Participar efetivamente do Empreender e orçamento democrático, PB Sustentável etc;
 13. Avaliação de desempenho profissional;(incluindo o administrativo).

TEMÁTICA III - As Reformas (Administrativa, Trabalhista e Previdenciária) : Impactos e Desafios para o Movimento Sindical

Palestrantes/ Convidados

ADAILTON SEVERINO DE MELO

Coordenador Executivo da FASER (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil) e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (SINTAPE).

EDEILDO DE ARAÚJO FILHO

Coordenador Pedagógico da Escola Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Nordeste “Marise Paiva Moraes”

e Diretor da Secretaria do Interior do Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação de Pernambuco (SINTEPE).

JACKELINE TEIXEIRA NATAL

Supervisora Técnica do Escritório Regional PE do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)

Mediadores/ Relatoria

José Victor Cordeiro

José Pereira da Silva

José Genuíno da Nobrega

Delegados

Participaram 20 delegados(as) das discussões deste tema.

Pontos Levantados

1. AS REFORMAS ADMINISTRATIVAS ESTADUAIS: IMPACTOS E DESAFIOS PARA O MOVIMENTO SINDICAL
2. Estreitar relações com os representantes dos agricultores familiares e representantes políticos nas 03 (três) esferas.
3. Articular um plano de governo que contemple a agricultura familiar com foco na ater publica oficial.
4. Aprimorar o diálogo com os demais sindicatos que representam os funcionários da EMPAER-PB, para o fortalecimento da categoria.
5. REFORMA TRABALHISTA: IMPACTOS E DESAFIOS PARA O MOVIMENTO SINDICAL.
6. Elaboração de material informativo sobre a nova legislação trabalhista e previdenciária.

7. Monitorar a aplicação da lei estadual de criação da EMPAER-PB para garantir a manutenção dos direitos de seus funcionários diante da reforma trabalhista.

8. A REFORMA PREVIDENCIÁRIA: IMPACTOS E DESAFIOS PARA O MOVIMENTO SINDICAL.

Promover educação previdenciária junto a funcionários e parceiros.

Estudar a possibilidade de plano previdenciário complementar com adesão voluntária.

PLENÁRIA GERAL DE ENCERRAMENTO DO IV CONSINTER

José Cláudio Fidélis Pereira (Diretoria Geral do SINTER-PB)

Kátia Santana Ferreira da Silva (Organização Geral IV CONSINTER)

José Gilson Silva Alves (Condução da Mesa dos Trabalhos)

Berenice Oliveira de Lima (Relatoria da Mesa dos Trabalhos)

Justino Vieira Filho (Cerimonial)

ENCAMINHAMENTOS

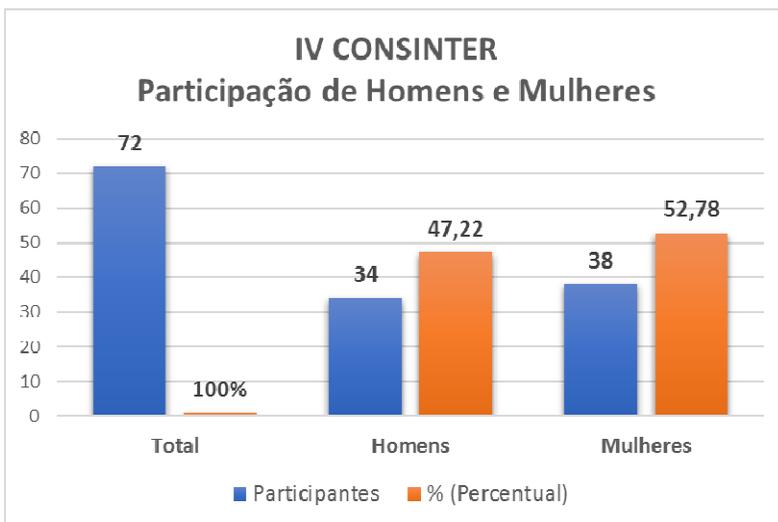
1. Cobrar a definição do Governo do Estado da Paraíba das políticas públicas voltada para agricultura familiar, buscando garantir a geração de emprego e renda, bem como a melhoria das condições sócio econômicas dos(as) agricultores(as) familiares do estado;

2. Reunir todos os sindicatos dos(as) trabalhadores(as) que compõem a EMPAER, para construir um diálogo visando superar todos os entraves;
3. Criação de um Conselho Diretor Intersindical, composto por membros das representações sindicais do SINTER, SINAVEZ e SINPAF.

MOÇÕES APRESENTADAS E APROVADAS PELA PLENÁRIA GERAL DE ENCERRAMENTO DO IV CONSINTER

- 1) **Moção de Aplausos e Reconhecimento** ao Senhor ELIAS CÂNDIDO DO NASCIMENTO, carinhosamente conhecido por Seu Elías, por sua militância Político-Sindical e como ex-diretor do SINTER-PB.
- 2) **Moção de Repúdio** contra a aprovação em primeiro turno na Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda Constitucional PEC nº 6/2019, que altera que altera o Sistema de Previdência Social, estabelece regras de Transição e Disposições Transitórias, e dá outras providências.

Gráfico - A participação de Homens e de Mulheres no IV CONSINTER



Sentimo-nos orgulhosos pela expressiva participação da categoria no IV CONSINTER, que como processo democrático mais uma vez demonstrou o compromisso e o profissionalismo dos(as) extensionistas do nosso estado. Nossos agradecimentos a cada um(a) dos(as) congressistas.

Quadro - Relação dos(as) Delegados(as) por Diretoria:

DIRETORIAS	DELEGADOS(AS)	Nº
DIRETORIA COLEGIADA EXECUTIVA ESTADUAL	José Cláudio Fidélis Pereira	01
	Kátia Santana Ferreira da Silva	02
	Maria Bethânia Torres Costa	03
	Helloyse Alves dos Santos Villar	04
	Antônio Ferreira Filho	05
	José Victor Cordeiro	06
	Tatiana Eiko Asahi Araújo	07

	Josemilton Gomes de Matos	08
AREIA	João Paulo da Silva Macedo	09
	José Paulino da Silva	10
	Justino Vieira Filho	11
	Nelson Pedro da Silva Filho	12
	Romero Bento dos Santos	13
CAJAZEIRAS	Adeilza Dutra Gomes	14
	José Dias Silva	15
	José Soares de Brito Filho	16
	José Orlando de Medeiros	17
CAMPINA GRANDE	Ailton Francisco dos Santos	18
	Aldeide Maria Cadena de Paula	19
	Genival Dantas	20
	Juarez Rodrigues do Nascimento	21
	Maria Nazarete da Silva Gomes	22
	Simão Albino Neto	23
	Maria José Souto Menezes	24
	Vitoria Aparecida Pereira Vitor	25
CATOLÉ DO ROCHA	Maria de Fátima Ferreira Nobre de Carvalho	26
	Severino de Assis Martins de Carvalho	27
ESTADUAL	Maria Vilani de Souza Marinho	28
	Tereza Cristina Pereira de Carvalho	29
	Maria Verônica de Medeiros	30
	Denise Sales de Lima	31
	Ibérica Virginia Lopes Gondim	32
	Aldenora Pereira da Silva	33
	Keila L. D. Evangelista	34
	José Bezerra Ramos	35
GUARABIRA	José Genuíno da Nobrega Medeiros	36
	José Pereira da Silva	37
	Joseilson Pessoa Dantas	38
ITABAIANA	Berenice Oliveira de Lima	39
	Antônio Jocemar da Silva	40
	José Wilson da Silva Barbosa	41
	Angela de Cássia C. de Alcântara	42
	Mínervina Anunciada da Silva Barbosa	43
ITAPORANGA	Ivete Pinto Ramalho	44
	Roméria Pereira da Silva	45
	Francisco Pinto Ramalho	46
	Welma da Silva Mangueira	47

JOÃO PESSOA	Maria Lúcia da Silva Borges	48
	Marta Fernandes da Costa Alcântara	49
	José Gilson Silva Alves	50
	Paula Francinete Pereira Silva	51
	Ednete Freire Cirilo Nascimento	52
	Maria Betânea Lima Diniz Pinto	53
PATOS	Francisco Jose Bento da Silva	54
	Mascigleudo Almeida de Oliveira	55
	Irani da Silva Lima	56
	Maria Stela da Guia Ferreira de Oliveira	57
POMBAL	Maria da Paz Nascimento dos Santos e Silva	58
	Maria do Socorro Benigno da Silva	59
PRINCESA ISABEL	Ana Paula de Medeiros	60
	Maria de Fátima da Silva Nunes	61
	Conceição de Maria Caetano de Brito	62
SERRA BRANCA	Geneilson Evangelista da Silva	63
	Silvana Raquel Nunes de Sousa	64
	Maria do Socorro Barbosa Jeronimo	65
SOLÂNEA	Francisco Maraton Soares Zacarias	66
	Tiago Pereira dos Santos	67
	José Augusto Soares Nicolau	68
SOUSA	Cícero Fábio de Sousa Alvarenga	69
	Geraldo Luiz de Araújo	70
	José Geraldo de Almeida	71
	Ana Cristina da Silva Soares	72

ANEXO – Registro Fotográfico



**Abertura Oficial do IV CONSINTER –
Formação da Mesa**



**Palestra Magna de Abertura “Quebrando
Paradigmas: As Construções Discursivas que
Corroboram para as Inquietações nas
Relações de Gênero”**



**Assembleia Geral Extraordinária –
Reforma Estatutária do SINTER-PB**



**SALA TEMÁTICA I - “O Cenário Nacional das
Políticas Públicas Voltadas à ATER Oficial”**



**SALA TEMÁTICA II - “Os Desafios para
o Fortalecimentos da ATER Pública
Estadual”**



**SALA TEMÁTICA III - “As Reformas
(Administrativas Estaduais, Trabalhista e
Previdenciária): Impactos e Desafios para o
Movimento Sindical”**



**Plenária Geral de Encerramento do
IV CONSINTER**

CAPÍTULO 16

HISTÓRICO DO SINAVEZ – PB

O SINAVEZ-PB sucedeu o Sindicato dos Agrônomos e Veterinários da Extensão Rural da EMATER-PB – SINDAVE, que foi criado em 19 de Julho de 1993 e administrado por uma junta Governativa Fundadora composta do Presidente Odnilson Alves de Aguiar, do Secretário Gilson Pereira de Sousa e do Tesoureiro Hermano Severino de Araújo. O SINDAVE nasceu da necessidade de defesa dos interesses da Categoria, razão da sua existência; sendo a Categoria minoritária era prejudicada nas decisões do Sindicato Geral e Único. Ele Iniciou as suas atividades em um Escritório localizado na Sede do Sindicato dos Engenheiros da Paraíba – SENGE-PB com quem fez boa parceria. O seu registro foi cassado judicialmente em 1997 por uma ação do SINTER-PB, porque na Empresa já existia um Sindicato que representava a Categoria de Extensionistas Rurais.

Em substituição ao SINDAVE foi criado o Sindicato dos Agrônomos, Veterinários e Zootecnistas dos Entes Públicos no Estado da Paraíba - SINAVEZ - PB aos 14 de Agosto do ano de 1998, que por ter uma atuação abrangente ficou imune a nova cassação. Ele passou a ser administrado por uma Junta Governativa Fundadora composta do Presidente Odnilson Alves de Aguiar, do Secretário Gilson Pereira de Sousa e do Tesoureiro Hermano Severino de Araújo, com o objetivo de realizar as Eleições Gerais. A Eleição da nova Diretoria se deu no dia 10 de dezembro de 1998, tendo sido empossada aos 15 dias do mês de dezembro desse ano para o Triênio 1999/2001 uma chapa com a seguinte composição: Presidente: Fernando Vasconcelos Valadares. Vice Presidente: Antônio Ferreira Filho. 1º Secretário: Carlos Eugênio de Vasconcellos. 2º

Secretário: Raimundo Barbosa Sucupira. 1º Tesoureiro: Genival Soares da Silva. 2º Tesoureiro: Vicente de Assis Ferreira. Diretor de Cultura e Comunicação: Severino Henrique de Lima. Diretor de assuntos Jurídicos: Aunadir Cabral de Carvalho. Diretor de Política Sindical: Odnilson Alves de Aguiar. Titulares do Conselho Fiscal: Manoel Quintães Filho, Hermano Severino de Araujo e José Joacy dos Santos. Suplentes do Conselho Fiscal: José Everaldo Barbosa Cadena, José Alexandre Marques da Fonseca e Francisco de Assis Bernardino. Posteriormente o Sindicato foi Presidido por Gilson Pereira de Sousa empossado no dia 14/12/2001 para o triênio 2002/2004; por Odnilson Alves de Aguiar empossado em 18/12/2004 para o triênio 2005/2007; no dia 01/12/2007 por Odnilson Alves de Aguiar, reeleito para o período 2008/2010; no dia 04/12/2010 por Severino Henrique de Lima para o triênio 2011/2013; no dia 07/12/2013 por Odnilson Alves de Aguiar para o triênio 2014/2016; no dia 03/12/2016 por Odnilson Alves de Aguiar reeleito para o triênio 2017/2019.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada nos dias 28 29, 30 e 31 de Maio do ano de 2012 alterou seu Estatuto para incluir os Profissionais Afins e passou a ser “Sindicato dos Agrônomos, Veterinários, Zootecnistas e Profissionais afins dos Entes Públicos no Estado da Paraíba” - SINAVEZ-PB, que ao longo destes anos cumpriu fielmente o que reza o seu Estatuto defendendo a Categoria e a Sociedade.

NOSSO SINDICATO TEM UM BOM PATRIMÔNIO



Figura 03 - Aquisição da Sede Social em 04/12/2000
Mandato do Presidente **Fernando Valadares.**



Figura 04 - Construção do anexo à Sede com Auditório e 3 (três) apartamentos.
Mandato do Presidente **Gilson Pereira.**



Figura 05 - Instalação de poltronas, móveis e equipamentos no auditório e apartamentos.
Mandato do Presidente **Odnilson Aguiar**



Figura 06 - Aquisição da Sede Social com área de lazer em 20/12/2013.
Mandato do Presidente **Severino Henrique.**



Figuras 07 – Adequação e instalação de 14 apartamentos na Sede Social.

Mandato do Presidente **Odnilson Aguiar**.

O SINDICATO TEM UM BOM EQUILÍBRIO FINANCEIRO: Os sindicatos em geral e as Centrais Sindicais em nível Nacional passam por crise financeira, depois que a contribuição sindical deixou de ser obrigatória com a reforma trabalhista. O SINAVEZ, entretanto, está com suas obrigações em dia e só compra a vista.

Doou recursos à EMATER-PB para que viabilizasse o início das “Chamadas Públicas” e fez uma “campanha midiática” em horário nobre na TV e nas Redes Sociais, chamando a atenção da sociedade sobre as ações de excelência do Extensionista, junto a agricultores das 15 Regiões Administrativas da EMATER-PB. Está tendo continuidade este trabalho na mídia, através do CREA-PB e da ASBRAER.



Figura 08 – Mídia da Cooperativa de beneficiamento do leite de cabra em Zabelê.

Mandato do Presidente **Odnilson Aguiar**.

Acabou de instalar 1 (um) Poço Tubular visando economizar no valor do consumo de água das instalações e da Piscina e ao mesmo tempo dar regularidade no tocante à questão da disponibilização de água nas instalações do Sindicato, que estava precária. A vazão do poço é de 2.500 litros por hora e a água de ótima qualidade e ausência de bactérias nocivas.



Figura 09 – Poço tubular funcionando no SINAVEZ-PB desde 20/10/2019.
Mandato do Presidente **Odnilson Aguiar**.

Instalação de uma Usina Fotovoltaica com capacidade para atender a demanda de energia limpa do Escritório e da Sede Social e reduzir consideravelmente o gasto com Energia.



Figura 10 – Placas da Usina Fotovoltaica no SINAVEZ-PB em 25/10/2019.
Mandato do Presidente **Odnilson Aguiar**.

CONTRATO DE PLANO DE SAUDE: O Sindicato tem um contrato de Plano de Saúde com a UNIMED à Nível Nacional, sem coparticipação, desde 1994 que, por ser bem administrado, detém os melhores preços do mercado.

TABELA DA UNIMED/SINAVEZ-2019

Plano Enfermaria - E		Plano Apartamento - F	
faixa etária	VALOR	faixa etária	
00 a 18	167,79	00 a 18	
19 a 23	189,78	19 a 23	
24 a 28	239,00	24 a 28	
29 a 33	305,16	29 a 33	
34 a 38	310,50	34 a 38	
39 a 43	327,06	39 a 43	
44 a 48	334,58	44 a 48	
49 a 53	342,53	49 a 53	
54 a 58	462,42	54 a 58	665,00
+ de 58anos	655,28	+ de 58anos	969,58

Figura 11 – Tabela de valor da UNIMED - João Pessoa por usuário até julho/2020.
Mandato do Presidente **Odnilson Aguiar**

O SINDICATO PARTICIPOU DE AÇÕES JUDICIAIS, ACORDOS, DISSÍDIOS, ETC.

Através de Acordo Coletivo reduziu de 24 anos (Lei Leôncio) para 22 anos o tempo para que cada colega chegasse ao último nível do Plano de Cargos de Salários da EMATER-PB. Ascendeu para o último nível 48 colegas antigos que por força de um acordo anterior SINTER-PB/EMATER-PB, embora tivessem mais de 22 anos não poderiam alcançar o último nível.

Conquistou o Piso Salarial da Categoria com base na Lei 4.950 A/66 com um reajuste de 136%, ficando o Piso da Categoria na EMATER-PB de R\$ 1.200,00, enquanto o restante do Nível Superior ficou com um Piso de R\$ 882,35, que conseguiu isonomia anos depois. Os colegas concursados no último concurso já foram admitidos com este Piso. Até hoje os trabalhadores de nível médio e administrativo permanecem com esta defasagem de 136%.

Em Reunião do Conselho Técnico Administrativo - CTA para deliberação do último concurso realizado no ano de 2006 a proposta apresentada pela Diretoria da EMATER-PB foi a contratação de Técnicos de Nível Médio. Após sugestão e defesa do SINAVEZ foram incluídas profissões de nível superior de diversas áreas. Graças à nossa intervenção os profissionais de Nível superior, inclusive advogados, puderam participar do Concurso.

O Sindicato negociou com o Presidente Nivaldo Magalhães da EMATER-PB e votou no CTA da Empresa, logo após o último Concurso Público realizado pela Empresa no ano de 2006, as mudanças no plano de Cargos e Salários que facilitaram a ascensão de Nível da Categoria no Plano de Cargos e Salários - PCS.

Promoveu a transparência aos atos da Comissão de Avaliação Curricular da EMATER-PB, onde cada um dos

avaliados recebia uma correspondência com a sua avaliação, facilitando a sua ascensão no Plano de Cargos e Salários. Antes do concurso de 2006 raríssimos colegas chegavam ao último nível através de avaliação curricular e tinham que esperar 22 anos para alcançar este benefício até porque o acesso à análise curricular era só para quem participava da comissão que conhecia as normas, diferentemente de hoje em que a presença do Presidente do SINAVEZ-PB na Comissão influenciou para que todos os Colegas do último concurso recebessem o resultado da avaliação curricular e seus respectivos pontos em cada fator.

A Assembleia do dia 07/12/2012 autorizou e o Sindicato entrou com uma ação contra a EMATER-PB para implantação de 229 pontos na análise curricular dos colegas do último Concurso, que culminou em um acordo numa audiência de conciliação realizada no dia 12 de julho de 2018 no Núcleo de Conciliação da Justiça do Trabalho em João Pessoa. No ato do acordo esta ação já tinha sido ganha em 2ª instância. Como resultado dessa audiência todos os colegas da categoria que estavam sendo avaliados receberam estes pontos, ficando a maioria no último Nível do Plano de Cargos e Salários. Essa ação visava equipará-los com os Profissionais de Nível Médio, que tinham recebido este benefício em anos anteriores.

Conquistou a transferência de todos os trabalhadores para a EMPAER, após a extinção da EMATER-PB e da EMEPA, garantindo os seus empregos com todos os direitos e vantagens. Com a extinção da EMATER-PB e da EMEPA em 02 de Janeiro de 2019 o Governo do Estado, através do Presidente Nivaldo Magalhães, das Empresas Extintas, exigiu do Sindicato a retirada de 2 (duas) ações de cumprimento em troca da transferência de todos os trabalhadores das empresas extintas para a EMPAER. O Sindicato convocou a Categoria para uma Assembleia Geral Extraordinária no Município de Campina Grande para deliberar sobre o assunto e, em

obediência à assembleia, retirou estas ações e todos os trabalhadores passaram para o quadro desta nova Empresa com todos os direitos e vantagens. Durante a tramitação da assinatura do acordo, o Sindicato, juntamente com o SINTER-PB, fez em trabalho de conscientização dos Deputados estaduais para que votassem uma Emenda ao texto da Lei que criou a EMPAER, substituindo o termo “os trabalhadores poderão ser transferidos para a EMPAER” pelo termo “os trabalhadores serão transferidos para a EMPAER com todos os direitos e vantagens adquiridas ao longo do tempo”, a qual foi aprovada por unanimidade; a emenda foi proposta pelo Deputado Nabor Wanderley, acompanhada por todos os Deputados. Abaixo, na figura 12, fotos do deputado Nabor assinando a emenda, recebendo o livro Extensão Rural – Experiências, Pesquisas e Sindicalismo–Volume I e um Pendrive com as Mídias produzidas pelo SINAVEZ-PB. Foto da Deputada Poliana recebendo o Livro e o Pendrive; todos os 36 deputados receberam o Livro e o Pendrive.



Até 2015, através de dissídios e acordos, o Sindicato conseguiu reajustar os Salários da Categoria na EMATER-PB

de forma que não ficaram defasados. Acionou a EMATER-PB para buscar na justiça o reajuste e o anuênio relativos ao ano de 2016 e já tinha ganho em 1ª e 2ª instância. Conseguiu autorização de assembleias para corrigir os salários de 2017 e 2018, porém com a extinção da Empresa em janeiro de 2019 a categoria abriu mão dos direitos conquistados na justiça em troca da manutenção do Emprego. Foi celebrado um acordo na justiça do trabalho em que todos os trabalhadores passaram para a EMPAER com todos os direitos e vantagens. Até 2019 a defasagem salarial da categoria na EMPAER-PB é de 24,50%, conforme quadro abaixo.

MÊS/ANO	IPCA ACUMULADO	DEFASAGEM SALARIAL ACUMULADA
JANEIRO DE 2016	10,71%	10,71
JANEIRO DE 2017	5,35%	16,63
JANEIRO DE 2018	2,86	19,97
JANEIRO DE 2019	3,78	24,50

Sabendo que o Umbu, a “Árvore sagrada do sertão” – do livro os “Sertões” de Euclides da Cunha, tem no Cariri e no Curimataú paraibano uma das excelentes opções de Emprego e Renda o SINAVEZ-PB realizou uma viagem de estudo à zona produtora de Umbu da Bahia, através de uma comissão de 5 associados. O relatório da comissão apontou para a necessidade de ser realizado um Simpósio com a temática do UMBU como ponto inicial para elaboração de um Projeto de Desenvolvimento dessa Cultura. Para tanto incentivou, através de várias reuniões, o INSA, Prefeituras e Universidades. O Simpósio aconteceu no ano de 2018 no Auditório do INSA que ficou superlotado. A grande contribuição que o Sindicato deu foi reunir especialistas e Órgãos Governamentais que já trabalhavam com esta cultura de forma isolada e que passaram a se integrar em prol do desenvolvimento da cadeia produtiva

desta importante cultura. Abaixo fotos do simpósio. Fotos do Simpósio.



O Sindicato, além das ações em defesa da Categoria e da Sociedade, promove a confraternização como forma de integrar os seus associados. Além das confraternizações por ocasião das Assembleias realiza no final do ano esta integração através de almoços ou Jantar dançante. Neste ano de 2019 mais precisamente no dia 09 de novembro o Sindicato realizará para seus associados e famílias a posse festiva da Diretoria e Delegados Sindicais na Casa de Recepções Paço dos Leões das 20 às 24 horas. Fotos mostrando Recepção dos Convidados, Frios, Grupo Musical e Dança.



De forma democrática promove eleições para renovação de sua Diretoria a cada 3 anos. Neste ano de 2019 a Eleição para o mandato de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022, será realizada no dia 06 de Novembro e concorrem ao pleito a chapa “Sindicalismo de Resultados” representada pelo associado Severino Henrique de Lima e a “Renovação” representada pelo associado Antônio Ferreira Filho.

SOBRE A AUTORA DA CAPA

MARIA DAS GRAÇAS JERÔNIMO DOS SANTOS - Possui curso Técnico em Contabilidade (1994) pela Escola Estadual de 2º grau “Arlindo Ramalho, graduação em Administração de Empresas (2000) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), curso de aperfeiçoamento em Gestão Pública (2017) pela UNIPÊ, Curso de Secretariado e Redação Oficial (2017) pela UNIPÊ) Curso de Informática (Hágape Computação), Curso de Pintura Primitiva (2008-SEBRAE), Participou com ilustrações do Informativo Sindical (AS-PTA), foi professora de informática no Centro de Referência e Tecnologia Educacional Solidária-Solânea e Assistente em Administração por 16 anos na Prefeitura Municipal de Solânea. Trabalhou na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba-EMATER-PB, na função de Auxiliar de Escritório e Atualmente é Assistente Administrativo na Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária EMPAER-PB, é autora de diversas telas retratando o meio rural e outros temas, tendo experiências na área de desenho artístico e pintura em óleo sobre tela.

E-mail – gracaemater@hotmail.com

Telefone – (83) 991118235

Breve Resumo da tela – Capa do Livro Extensão Rural

Pintura em óleo sobre tela, 1,0m x 0,70cm, retratando a vida do homem no campo.

Lembranças do meu pai, assim como tantos outros agricultores rurais, voltando para o lar, depois de um dia de trabalho árduo, mas, compensador.

Produtor Rural, Razão De Ser Da Nossa Empresa!

SOBRE OS AUTORES E EDITORES (em ordem alfabética)

AILTON FRANCISCO DOS SANTOS - Possui Graduação em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba (2006), Aperfeiçoamento em Gestão Pública pela UNIPÊ (2017), Mestrado em Manejo do Solo e Água Pela Universidade Federal da Paraíba (2008), e Doutorado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Campina Grande (2014), tem Experiência em trabalhos com Sistemas Agroflorestais, Agroecologia, Extensão Rural, Gestão Pública, Recuperação de Áreas Degradadas e na área da Ciência do Solo com ênfase em fertilidade, adubação e ciclagem de nutrientes. Foi Bolsista de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial - (DTI-CNPq) na EMBRAPA Algodão (2009 a 2010). Secretário Municipal de Agricultura de Junco do Seridó-PB (2009 a 2012), Secretário Executivo de Agricultura de Junco do Seridó-PB (2013 a 2014) e Assessor de Agropecuária do município de Santa Cecília-PB (2012 a 2014). Cursa Administração Pública na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Desde 2007 é funcionário da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB) hoje Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regulamentação Fundiária (EMPAER), atualmente exerce o cargo de Gerente Regional da EMPAER em Campina Grande-PB.

ALDAIR DOS SANTOS GOMES - Mestre em Recursos Naturais Universidade Federal de Campina Grande-UFCG (2019), Especialista em Educação Ambiental Faculdades Integradas de Patos-FIP (2017) Graduado em Biologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA (2014). Atuou como coordenador do Programa de Manejo da Agrobiodiversidade: Sementes do Semiárido e como Agente

Educador do programa de convivência com a realidade semiárida, é membro da rede sementes da Articulação no Semiárido Paraibano (ASA-PB). Atua com pesquisas sobre Sustentabilidade, Mapeamento de Bens e Serviços Ecosistêmicos, Valoração Ambiental, e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

ALEXANDRE EDUARDO DE ARAÚJO - Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias/Departamento de Agricultura. Graduado em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba (2000) e Doutorado em Engenharia Agrícola, linha de pesquisa Monitoramento e Controle da Degradação na Agricultura pela Universidade Federal de Campina Grande (2006). Foi consultor da FAO, COOPAGEL e ASSOCENE. Exerceu a função de Extensionista Rural-Agrônomo concursado na EMATER-PB. Exerceu o cargo de Secretário Executivo da Agricultura Familiar do estado da Paraíba. Foi Coordenador do Bacharelado em Agroecologia. Ocupou os cargos de Assessor de Extensão do CCHSA e Secretário Especial de Pesquisa e Extensão do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros. Leciona os conteúdos curriculares: Metodologias Participativas e Extensão Rural, Silvicultura e Introdução à Fitotecnia, Tecnologias Sociais. Membro da Sociedade Brasileira de Agroecologia, da Rede de Educação para Convivência com o Semiárido e da Rede de Educação do Campo do Território da Borborema. Coordena projeto financiado pelo CNPq e é colaborador em pesquisas desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Tem experiência na área de Desenvolvimento Rural Sustentável, atuando principalmente nos seguintes temas: agroecologia, semi-árido, agricultura familiar, educação contextualizada, extensão rural, sociedade, desastres, desertificação e meio ambiente. Já escreveu vários artigos e

capítulos de livros. Os trabalhos desenvolvidos com a Agricultura Familiar foram agraciados quatro vezes com o Prêmio Elo Cidadão nos anos 2009, 2010 e 2014 nas áreas de meio ambiente e cultura. Prêmio Iniciação à Docência 2015. Prêmio COINTER 2016. Bolsista CNPq de Extensão 2016/2017

BILAC SOARES DE OLIVEIRA - Possui curso Técnico Agrícola na modalidade Agropecuária (1999) pelo Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN/UFPB), graduado em Licenciatura Plena em Geografia (2003) pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e em Licenciatura Plena em Química (2011) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas no Semi-árido Nordeste (2012) pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). É Professor de Geografia do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de Passa e Fica – RN desde 2003. Foi técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB) de 2009 a 2019. É Extensionista Rural I da Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER). Foi Vereador por dois mandatos consecutivos (2005-2008 / 2009-2012) no município de Tacima-PB, e já pelo 2º mandato consecutivo (2013-2016 / 2017-2020) ocupa o cargo eletivo de Vice-Prefeito do referido município. Atualmente está cursando Agronomia (5º período) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no CCA em Areia-PB.

CYBELLE RODRIGUES FIDÉLIS - Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual da Paraíba (2016).

CRISTIANO CAMPELLO CAVALCANTE - Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2005). Atualmente é extensionista rural II/Zootecnista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB), hoje Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regulamentação Fundiária (EMPAER). Tem experiência na área de Zootecnia, com ênfase em Apicultura, Produção Animal e Extensão Rural.

ELAINE CRISTINA DOS SANTOS - Técnica em Agropecuária pela Escola Agrícola de Jundiá - EAJ/UFRN (2001-2003). Graduada em Pedagogia (licenciatura) pela Faculdade Mauricio de Nassau - Natal (RN) (2007-2010). Especialista em Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial/Centro de Ciências Aplicadas/CCSA/UFRN (2011-2013). Tem experiência na área de Planejamento Regional e educação profissional atuando como instrutora pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) através da/do Escola Agrícola de Jundiá e Instituto Federal do RN (IFRN); e de trabalhos realizados em extensão rural, como extensionista de carreira, pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Norte - EMATER/RN, desde 2009. Coordenou projeto (finalizado) para Juventude Rural, pela Associação dos Moradores da Comunidade de Porteiras e Adjacências - AMCOPA, localizada no Município de Pedro Velho/RN, com financiamento público através da Fundação Banco do Brasil em parceria com BNDES. Atuou como coordenadora de polo do Programa Projovem Campo - Saberes da Terra através da Secretária Estadual de Educação e Cultura do RN. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, no desenvolvimento de pesquisa voltada para sucessão familiar no campo e estudos paralelos sobre a Extensão Rural, Políticas Públicas, Educação do Campo e Juventude Rural. Profissionalmente atua como auxiliar de analista de extensão rural, exercendo a função de técnica

em agropecuária do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER-RN). No âmbito da agricultura familiar, atua na execução de políticas públicas voltadas para agroecologia, gênero na agricultura familiar, inclusão social e digital, fortalecimento da infraestrutura, serviços no meio rural, educação profissionalizante, segurança alimentar e nutricional, elaboração e acompanhamento de projetos de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar.

FLÁVIO MÜLLER BORGHEZAN - Atualmente é extensionista rural na Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER). Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural, comercialização de produtos da agricultura familiar, programas sociais como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), feiras da agricultura familiar, turismo e artesanato, agroecologia e controle alternativo de pragas e doenças

GISELE ROCHA CORTÊS - Graduada em Pedagogia (1996) e Ciências Sociais (1998) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Possui Mestrado (2002) e Doutorado (2008) em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é professora associada do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Atua nos seguintes temas: Organização Acesso e Uso da Informação, Mediação da Informação e Relações de Gênero. Atua como vice-coordenadora do GT3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação da ANCIB (Gestão 2018-2020). Vice líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação (GEPSI).

GUSTAVO JOSÉ BARBOSA - Possui curso Técnico em Agropecuária (2003) pela Escola Agrícola de Jundiá (EAJ), graduação em Licenciatura em Ciências Agrárias (2014) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Mestre em Ciências Agrárias - Agroecologia (2016) pela UFPB. Foi trainee do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER-RN) e técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB) . Atualmente é Extensionista Rural I da Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER). Autor do livro Riqueza da Paraíba: Feijão-Fava e agricultura familiar no município de Serraria-PB e organizador do livro Extensão Rural: experiências, pesquisas e sindicalismo. Tem experiência na área de Agricultura Familiar, Agroecologia, Extensão Rural e Organizações Sociais.

HELLOYSE ALVES DOS SANTOS VILLAR - Possui Curso Técnico em Agropecuária pelo Colégio Agrícola do Cajueiro da Universidade Estadual da Paraíba (1998). Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba (2012). Graduação em Licenciatura em Ciências Agrária pela Universidade Federal da Paraíba (2019). Tem experiência em trabalhos com Extensão Rural, Desenvolvimento Rural Sustentável, Agroecologia, políticas públicas para agricultores familiares e empoderamento feminino da mulher rural. Desde 2009 é Extensionista Rural da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB), hoje Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regulamentação Fundiária (EMPAER)

HERMANO SEVERINO DE ARAÚJO -Médico Veterinário, Extensionista Rural II, funcionário da Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER), lotado no setor do NUPAP na função de

Assessor Estadual de Bovinocultura. Exerceu por duas vezes o cargo de Diretor Presidente da EMATER-PB nos anos de 1987 e 2009. Atua como Membro do Conselho de Medicina Veterinária do Estado da Paraíba e Presidente da Associação de Avicultura do Estado da Paraíba - AVIEP, desenvolvendo também a atividade de criação avícola na modalidade industrial, no município de Caldas Brandão-PB.

HERMES MAIA PEREIRA – Extensionista Social da EMPAER, atualmente ocupa o cargo de Gerente Regional de Princesa Isabel.

IVANALDA DANTAS NÓBREGA DI LORENZO - Doutora em Educação na Linha de Educação Popular (2009) pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Mestre em Geografia pela UFPB (2007), Graduada em Ciências Contábeis pela UFPB (1997), Graduada em Bel. Geografia pela UFPB (2002) e Graduada em Licenciatura em Geografia pela UFPB (2003). Tem experiência nas áreas Educação, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação à Distância (EaD), Educação Básica, Extensão Rural, Ensino de Geografia e, na área de Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamentos rurais, Ensino de Geografia, Educação do Campo, agroecologia, mediadores sociais, assistência técnica e extensão rural e recursos hídricos. Foi Assessora Estadual de Educação do Campo, de Comercialização, de Indígenas, e, de Juventude do Campo pela Emater-PB, Professora de Educação Básica pela PMJP/Pb, Coordenadora da EAD do Polo Municipal de Apoio Presencial de João Pessoa - PB. Atua como Professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na área de Ensino de Geografia, onde foi Assessora de Graduação do CFP/UFCG; Coordenadora de Gestão do PIBID CFP/UFCG, Campus Cajazeiras-PB no Edital 2013 UFCG. Atualmente atua

como Coordenadora da Unidade Administrativa de Geografia, Coordenadora de Área do Subprojeto PIBID Geografia e Colaboradora no Subprojeto Residência Pedagógica de Geografia do CFP/UFPG.

JOÃO GOMES DE OLIVEIRA NETO -Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal da Paraíba (2016). Mestrado em ciências Agrárias, pela Universidade Federal da Paraíba.

JOÃO RAFAEL GOMES DE MORAIS -Mestrando e bolsista Capes do Programa de Pós-graduação em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE) 2018.1 e Graduado em Ciências Sociais (ênfase em sociologia rural) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) concluído em 2007. Atualmente é presidente do Instituto de Cidadania do Nordeste e Moradia Popular (HABITAR) e presta serviços pela empresa Práxis Consultoria & Serviços em Geral, consultor do SEBRAE-PE em Associativismo e Cooperativismo. Possui experiência na área de Desenvolvimento Territorial, Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Assistência técnica e Extensão Rural, com foco em elaboração, implantação, monitoramento e avaliação de projetos sociais e produtivos junto a Instituições Governamentais e Não-Governamentais, com trabalhos desenvolvidos junto a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (FETAPE), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA-PE), Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (CAATINGA), entre outras organizações governamentais e não-governamentais.

JOSÉ CLÁUDIO FIDÉLIS PEREIRA -Atualmente é Extensionista Rural I da Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER) e coordenador geral do SINTER-PB.

JOSÉ ROMÁRIO LACERDA DE BARROS -Possui graduação em Tecnologia em Agroecologia (2013) pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e Mestrado em Ciências Agrárias (Agroecologia) (2016) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atuou como Técnico de campo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cariri Ocidental (CISCO) (PB), no Programa Cisternas do Ministério do Desenvolvimento Social. Atualmente participa do grupo de pesquisa Estudo, Uso e Manejo dos Solos do Semiárido - UFCG, estuda o idioma Inglês em OXFORD (2020) e atua como Administrador de empresa particular.

JOSÉ VICTOR CORDEIRO -Estudante do curso de Ciências Agrárias (Licenciatura) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), possui curso Técnico em Agropecuária pelo Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), trabalhou no Instituto Nordeste Cidadania (INEC) como Assessor de Microcrédito Rural e atualmente trabalha na Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER-PB).

JOSICLEIDE FIDELIS PEREIRA - Bióloga pela Universidade Estadual da Paraíba.

JULIANA ESCARIÃO DA NÓBREGA -Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Paraíba (2003). Mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa (2007). Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa

(2012), tendo realizado parte de seus estudos de doutorado no Institut National de la Recherche Agronomique - INRA (França) como bolsista CAPES, sob orientação da Dra. Florence Valence-Bertel. Atualmente é professora adjunto I no Departamento de Gestão e Tecnologia de Alimentos do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias da Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência na área de Ciência e Tecnologia de Alimentos, com ênfase em Ciência e Tecnologia de Alimentos, atuando principalmente nos seguintes temas: queijo artesanal, biodiversidade microbiana, fermento endógeno, características físico-químicas e características microbiológicas

JULIANA FERREIRA DE LIMA - Mestranda em Ciências Agrárias (Agroecologia) pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Agrárias (Agroecologia) UFPB/CCHSA, sob a orientação do Prof. Dr^o Alexandre Eduardo de Araújo. Bacharela em Agroecologia, pela na Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias, Campus III - Bananeiras/PB. Técnica Agrícola com Habilitação em Agroindústria pelo Colégio Agrícola Vidal de Negreiros UFPB/CCHSA. Participou do Grupo de Estudos do Laboratório de Solos, do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Forragicultura, participa do Núcleo de Agroecologia da UFPB Campus III. Atuou dois anos no Laboratório de Tecnologia de Sementes como bolsista em um projeto de extensão titulado de: Resgate e Mapeamento dos Guardiões das Sementes da Paixão e estratégias para Manutenção da Agrobiodiversidade no território da Paraíba, coordenado e orientado pelo professor Fillipe Silveira Marini, ambos na UFPB/CCHSA, Campus III - Bananeiras/PB.

JULIANA FERREIRA GONÇALVES - Possui graduação em Ciências Agrárias pela Universidade Federal da Paraíba (2014) e em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2004). Pós-graduação em Psicopedagogia (2006) e em Supervisão e Orientação (2012) ambas pelas Faculdades Integradas de Patos-FIP, Mestranda em Ciências Agrárias Agroecologia pela Universidade Federal da Paraíba (2015) Atualmente atua como Coordenadora Pedagógica na secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Cacimbas, coordenadora municipal do pnaic do Ministério da Educação e Cultura. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação do campo, tecnologias sociais de convivência com o semiárido, associativismo valorização do saber popular e da agricultura familiar camponesa, projeto Raízes e Escola sustentável.

MAYSA AIRES DA MOTTA B GADELHA - possui graduação em Desenho Industrial pela Universidade Federal da Paraíba (1978) . Atualmente é Administrativo da SOBREIRA MOTTA LTDA. Tem experiência na área de Engenharia de Produção , com ênfase em Gerência de Produção. Presidente da CoopNatural

RAMON FREIRE DA SILVA - Engenheiro Agrônomo UFPB, Mestre em Agrobioenergias e Agricultura familiar (UEPB - EMBRAPA ALGODÃO) e Técnico do laboratório de matéria orgânica do solo DSER – UFPB.

VALERIA VERAS RIBEIRO - Professora da Universidade Estadual da Paraíba e atua na área de Fisiologia Humana, Metodologia Científica, Micologia. Fitossanidade, Fitotecnia, Resíduos sólidos.

VERNECK ABRANTES DE SOUSA - Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba (1978), especialização em Agribusiness pela Universidade Federal da Paraíba (1998), especialização em Irrigação e Drenagem pela Universidade Federal da Paraíba (1988) e especialização em Agentes de Inovação e Difusão Tecnológica pela Universidade Federal da Paraíba (1996). É extensionista rural II da Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER).

WINIFRED KNOX - Posuo especialização em filosofia (UFRN - 1996), mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e antropologia do IFCS pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tenho experiência em pesquisa social em movimentos sociais de favela no âmbito da sociologia urbana enfoque dado na dissertação de mestrado. Nos últimos anos tenho me dedicado à pesquisa e à docência na área de Sociologia e Antropologia com grande ênfase em Comunidades Pesqueiras, principalmente nos seguintes temas: tradição, memória, imaginário social, imagem, meio ambiente, territorialidade, transformação social, uso de novas tecnologias, urbanização, desenvolvimento, conflitos, questões de gênero relativas às mulheres pescadoras e as políticas públicas voltadas para estas populações. Fui professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento do ES (GEPPEDES/UFES). Atualmente participo no Laboratório de Estudos Rurais da UFRN, sou professora do Departamento de Políticas Públicas, e do Programa de Estudos Urbanos e Regionais.

EXTENSÃO RURAL

Tenha em sua cabeceira
Este livro magistral Que
trata de Experiências E de
Pesquisa natural
E sem tratar de modismo
Mostra o Cooperativismo
Braço da Extensão Rural

NIVALDO MORENO MAGALHÃES
Presidente da ASBRAER



ISBN: 978-85-7320-182-6

